



MP-PR

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 14/12/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR)**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou apenas 01 (uma) questão passível de recurso e/ou que deve ser anulada. Em nosso material, trata-se da questão de número 39. Eventualmente, poderão surgir outras questões e você acompanhará tudo através do nosso blog.

<https://cj.estrategia.com/portal/concurso-mp-pr-promotor/>

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-PR** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/dc5e281b-a6d4-4b9d-9e4f-227d22afa85a/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/24f687bd-258d-4e99-a926-a856bc9499be/>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

[Acesse aqui](#)



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contém sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROVA COMENTADA

QUESTÃO 01. Acerca das fontes do Direito Penal e da delimitação constitucional da competência legislativa em matéria penal, analise as proposições a seguir:

I. A União detém a competência legislativa privativa para a edição de normas de Direito Penal (conforme o art. 22, I, da Constituição Federal), o que estabelece a Lei Penal como a fonte material primária da disciplina jurídica, em estrita observância ao princípio da legalidade penal. Ademais, o ordenamento constitucional admite expressamente o uso de Medida Provisória para a criação de leis penais de caráter não incriminador ou benéfico (*in bonam partem*), tal como ocorreu na hipótese de prorrogação de prazo para entrega de armas de fogo, que resultou em um período de *abolitio criminis* temporária.

II. O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a ampliação, por legislação estadual, do rol de autoridades sujeitas à sanção por crime de responsabilidade, conflita com o princípio da simetria e invade a competência legislativa federal para legislar sobre a matéria.

III. Ao ampliar o catálogo sancionatório de crimes estabelecidos no Código Penal, uma lei estadual incorre em inconstitucionalidade formal, por invadir a competência legislativa exclusiva da União em matéria de Direito Penal.

IV. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a complementação de normas penais em branco, como o art. 268 do Código Penal e o art. 60 da Lei nº 9.605/1998, pode ser feita por atos normativos infralegais editados por Estados e Municípios. Essa complementação, desde que respeite a esfera de atuação de cada ente federativo, não viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal.

V. A Constituição Federal proíbe integralmente qualquer delegação de competência legislativa penal aos Estados-membros.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- e) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema competência.

Primeiramente vamos analisar item a item.

O item I está incorreto. O ordenamento constitucional não admite de forma expressa a utilização da espécie medida provisória para legislar sobre matéria penal. O que ocorreu foi uma exceção, por se tratar de decisão benéfica. O entendimento do STF em relação ao tema é de que a inadmissibilidade da Medida Provisória em matéria penal, “extraída pela doutrina consensual da interpretação sistemática da Constituição, não compreende a de normas penais benéficas, assim, as que abolem crimes ou lhes restringem o alcance, extingam ou abrandem penas ou ampliam os casos de isenção de pena ou de extinção de punibilidade.”.RE 254.818, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 8-11-2000, P, DJ de 19-12-2002;

O item II está correto. Conforme julgado pelo STF: “É vedado aos Estados-membros a ampliação do rol de autoridades sujeitas à convocação pela Assembleia Legislativa e à sanção por crime de responsabilidade, por afronta ao princípio da simetria (art. 50, caput e § 2º, CF) e à competência privativa da União para legislar sobre o tema (art. 22, I, CF e Súmula Vinculante nº 46).Tese definida na ADI 6.646, rel. min. Roberto Barroso, P, j. 22-2-2023, DJE s/n de 2-3-2023;

O item III está correto. Decisão recente do STF, no julgamento da ADI 7715, cuja leitura da ementa é de fundamental importância: “ 1. Inconstitucionalidade, à luz do art. 22, I e XXVII, da Constituição da República, da Lei do Estado de Mato Grosso nº 12.430/2024, que “disciplina a aplicação de sanções a ocupantes de propriedades privadas rurais e urbanas comprovadamente enquadrados conforme o disposto na Lei Federal nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e nos arts. 150 e 161, § 1º, II, do Código Penal”, no âmbito daquela unidade da federação. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em saber se há, na espécie, usurpação da competência privativa da União para legislar sobre a matéria. III. Razões de decidir 3. A legislação estadual, ao ampliar o rol sancionatório contido no Código Penal, ingressa indevidamente na seara reservada ao direito penal, cuja competência para legislar é privativa da União (art. 22, I, da Lei Magna). 4. A proibição de “contratar com o Poder Público Estadual” desatende ao comando do art. 37, XXI, do texto constitucional e configura usurpação da competência privativa da União para dispor sobre normas gerais de licitação e contratação públicas (art. 22, XXVII, da Lei Maior). IV. Dispositivo 5. É formalmente inconstitucional, por afronta ao art. 22, I e XXVII, da Constituição da República, a Lei do Estado de Mato Grosso nº 12.430/2024. 6. Procedência do pedido.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 22, I e XXVII, e 37, XXI. Jurisprudência relevante citada: ADI 2935, ADI 3092, ADI 3639, ADI 3670, ADI 3735, ADI 4748 e ADI 7200. (ADI 7715, Relator(a): FLÁVIO DINO, Tribunal Pleno, julgado em 05-03-2025;

O item IV está correto. 1. Nos termos da jurisprudência desta Suprema Corte a competência para proteção da saúde, seja no plano administrativo, seja no plano legislativo, é compartilhada entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, inclusive para impor medidas restritivas destinadas a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa. 2. A infração a determinações sanitárias do Estado, ainda que emanada de atos normativos estaduais, distrital ou municipais, permite seja realizada a subsunção do fato ao crime tipificado no artigo 268 do Código Penal, afastadas as alegações genéricas de inconstitucionalidade de referidas normas por violação da competência privativa da União. 3. Agravo em recurso extraordinário conhecido. Apelo extremo provido. 4. Fixada a seguinte tese: O art. 268 do Código Penal veicula norma penal em branco que pode ser complementada por atos normativos infralegais editados pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), respeitadas as respectivas esferas de

atuação, sem que isso implique ofensa à competência privativa da União para legislar sobre direito penal (CF, art. 22, I). (ARE 1418846 RG, Relator(a): MINISTRA PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 24/03/2023.

O item V está incorreto. Dispõe a Constituição Federal, no art. 22 Parágrafo único que: “Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra B. Esta alternativa aponta os itens II, III e IV como corretos. As alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 02. Considerando a aplicação prática do princípio da insignificância e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmações a seguir:

I. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o princípio da bagatela (insignificância) não pode ser reconhecido no delito de tráfico de drogas, haja vista que a quantidade e a qualidade da substância entorpecente são irrelevantes para afastar a tipicidade material do crime.

II. O furto qualificado afasta a incidência do princípio da insignificância. Entretanto, sua aplicação pode ser admitida em circunstâncias excepcionais que demonstrem a ausência de interesse social na intervenção penal.

III. Os delitos de porte ou posse de munição, seja de uso permitido ou restrito, são classificados como crimes de perigo abstrato, cuja lesividade é presumida pela lei. Por essa natureza, a jurisprudência dominante estabelece a inaplicabilidade, em regra, do princípio da insignificância para estes delitos.

IV. O princípio da insignificância, em regra, é aplicável ao delito previsto no art. 273 do Código Penal em face da diminuta ofensividade da conduta e da inconstitucionalidade material do tipo.

V. O Supremo Tribunal Federal não admite a incidência do princípio da insignificância para o crime previsto no art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 201/1967.

VI. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a conduta de expor à venda CDs e DVDs contrafeitos é considerada atípica em virtude da mínima lesividade do bem jurídico tutelado, o que justificaria a aplicação do princípio da insignificância, e pela sua adequação social à realidade brasileira.

Estão corretas:

a) Apenas as afirmações I, II, III e IV.

b) Apenas as afirmações I, II, III, e V.

c) Apenas as afirmações I, II, III, IV e VI.

d) Apenas as afirmações I, II e III.

e) Apenas as afirmações I, III e V.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema princípio da insignificância.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Conforme a jurisprudência do STF: “O reconhecimento da atipicidade da conduta delitiva com fundamento no princípio da insignificância não é admissível em relação ao crime de tráfico ilícito de drogas, pois trata-se de crime de perigo abstrato, no qual os objetos jurídicos tutelados são a segurança pública e a paz social, sendo irrelevante a quantidade da droga apreendida.(HC 318.936/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 09/11/2015);

O item II está correto. De acordo com a orientação traçada pelo Supremo Tribunal Federal: “a aplicação do princípio da insignificância demanda a verificação da presença concomitante dos seguintes vetores (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.O princípio da insignificância é verdadeiro benefício na esfera penal, razão pela qual não há como deixar de se analisar o passado criminoso do agente, sob pena de se instigar a multiplicação de pequenos crimes pelo mesmo autor, os quais se tornariam inatingíveis pelo ordenamento penal. Imprescindível, no caso concreto, porquanto, de plano, aquele que é contumaz na prática de crimes não faz jus a benesses jurídicas. Na espécie, a conduta é referente a um furto qualificado pelo concurso de agentes de produtos alimentícios avaliados em R\$ 62,29. Assim, muito embora a presença da qualificadora possa, à primeira vista, impedir o reconhecimento da atipicidade material da conduta, a análise conjunta das circunstâncias demonstra a ausência de lesividade do fato imputado, recomendando a aplicação do princípio da insignificância.HC 553.872/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2020.”;

O item III está correto. No agravo regimental no HC 804.912, a Quinta Turma reconheceu que: “para a aplicação do princípio da insignificância no crime de posse de munição, é necessária a análise das circunstâncias do caso concreto, não se podendo levar em conta apenas critérios quantitativos. O relator, ministro Ribeiro Dantas, lembrou que a jurisprudência do STJ considerava os crimes previstos nos artigos 12, 14 e 16 da Lei 10.826/2033 como sendo de perigo abstrato, o que dispensava a prova de lesividade concreta da conduta. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a incidência do princípio da bagatela na posse de pequena quantidade de munição desacompanhada de armamento capaz de deflagrá-la.No caso dos autos, Ribeiro Dantas destacou que o acusado era reincidente pela prática de crime similar e estava respondendo a outro processo pela mesma imputação. "Sua reiteração delitiva obsta a incidência do princípio da insignificância",

O item IV está incorreto. O artigo 273 do CP prevê o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.Acerca da incidência do princípio da insignificância no crime, o STJ fixou as seguintes teses: 1- inaplicável o princípio da insignificância ao crime do art. 273 do CP, qualquer que seja a quantidade de medicamentos apreendidos, pois a conduta traz prejuízos efetivos à saúde pública; não se aplica o princípio da insignificância na hipótese em que o agente introduz no território nacional medicamentos não autorizados pelas autoridades competentes, diante da potencial lesividade à saúde pública; e é possível, excepcionalmente, aplicar o princípio da insignificância aos casos de importação não autorizada de pequena quantidade de medicamento para consumo próprio..

O item V está correto. O STF já decidiu ser possível: “Ex-prefeito condenado pela prática do crime previsto no art. 1º, II, do Decreto-Lei 201/1967, por ter utilizado máquinas e caminhões de propriedade da Prefeitura para efetuar terraplanagem no terreno de sua residência. 3. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. 4. Ordem concedida” (HC 104.286/SP, DJe 20/05/2011).”;

o item IV está incorreto. A jurisprudência do STJ, no julgamento do HC 804.912, e também do STF, orienta-se no sentido de: “considerar típica, formal e materialmente, a conduta prevista no artigo 184, § 2º, do Código Penal, afastando, assim, a aplicação do princípio da adequação social, de quem expõe à venda CD'S E DVD'S “piratas”. 2. Na hipótese, estando comprovadas a materialidade e a autoria, afigura-se inviável afastar a consequência penal daí resultante com suporte no referido princípio.”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra D. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 03. A relação sistemática entre a tipicidade e a antijuridicidade constitui um ponto de divergência entre as teorias do Direito Penal, culminando em diferentes modelos para a estrutura do delito. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

a) A Teoria da Independência Absoluta concebe o tipo legal como a ratio cognoscendi da antijuridicidade, sustentando que a adequação formal da conduta ao modelo legal incriminador gera uma presunção relativa de ilicitude, passível de ser afastada pela presença de uma causa de justificação.

b) A doutrina que entende o tipo como meramente descritivo, desprovido de qualquer conteúdo valorativo, é aquela que afirma que a tipicidade é a ratio essendi, ou seja, a razão de ser e o fundamento da ilicitude, unificando os dois institutos no conceito de injusto (tipo total do injusto).

c) A Teoria dos Elementos Negativos do Tipo é incompatível com o conceito de tipo total do injusto, dado que exige a autonomia conceitual entre tipicidade e antijuridicidade para o correto escalonamento analítico do crime.

d) Para a Teoria dos Elementos Negativos do Tipo, que se filia à ratio essendi da antijuridicidade, uma conduta que formalmente se ajusta ao tipo legal de homicídio, mas é praticada em legítima defesa, resulta em um fato atípico.

e) A concepção dominante na doutrina brasileira, que adota a tipicidade como ratio essendi da antijuridicidade, postula que as causas de justificação, por representarem exceções à regra proibitiva, atuam no plano da culpabilidade para afastar o juízo de reprovação do agente.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata sobre os elementos normativos do tipo penal.

A alternativa A está incorreta. Há confusão entre o nome da Teoria da Ratio Cognoscendi com a Teoria da Independência Absoluta, porém estas se distinguem. A Teoria da Independência Absoluta (ou Autonomia) vê tipicidade e ilicitude como separadas, enquanto a Ratio Cognoscendi (Indiciariedade), majoritária no

Brasil, diz que o fato típico indicia (presume) a ilicitude, mas permite prova em contrário, como legítima defesa;

A alternativa B está incorreta. A doutrina que afirma a tipicidade como *ratio essendi* (razão de ser da ilicitude) é a **Teoria dos Elementos Negativos do Tipo** (ou Tipo Total do Injusto). Essa teoria, contudo, **não** entende o tipo como "meramente descritivo, desprovido de qualquer conteúdo valorativo"; ao contrário, ela **une** o desvalor da ação e o desvalor do resultado (tipicidade e antijuridicidade) no conceito de injusto, dotando o tipo de um conteúdo valorativo de proibição. O tipo puramente descritivo é característico das fases iniciais do conceito de delito, não da *ratio essendi*;

A alternativa C está incorreta. A Teoria dos Elementos Negativos do Tipo é o conceito de **Tipo Total do Injusto**. Elas são sinônimas. Para essa teoria, a ausência de causas de justificação é um "elemento negativo do tipo", ou seja, é um requisito para a própria tipicidade;

A alternativa D está correta. Na Teoria dos Elementos Negativos do Tipo (*ratio essendi*), a tipicidade é definida como a **ausência de causas de justificação**. Portanto, se a conduta está amparada pela legítima defesa (uma causa de justificação), o fato é considerado **formal e materialmente atípico** (o tipo total do injusto não se preenche), e não apenas lícito;

A alternativa E está incorreta. A concepção dominante na doutrina brasileira é a **Teoria da Ratio Cognoscendi** (indiciária), e **não** a *ratio essendi*. Além disso, as causas de justificação atuam no plano da **ilicitude/antijuridicidade**, e **não** no plano da culpabilidade.

QUESTÃO 04. Considerando a Teoria da Imputação Objetiva, assinale a alternativa correta:

a) O resultado naturalístico é a afetação do bem jurídico (lesão ou perigo) e o foco da Teoria da Imputação Objetiva. Caso a imputação objetiva falhe, o fato permanece típico e antijurídico, mas o agente será excluído da culpabilidade, por ausência de dolo normativo.

b) A Teoria da Imputação Objetiva constitui um elemento da culpabilidade, sendo o critério que permite aferir se o dolo ou a culpa do agente é compatível com o risco permitido no ordenamento jurídico.

c) Conforme doutrina majoritária, a imputação objetiva só possui utilidade prática nos delitos em que se exige a produção de um resultado naturalístico para a sua consumação.

d) A função principal da Teoria da Imputação Objetiva é fornecer um critério normativo de restrição à causalidade física, exigindo, para a tipicidade objetiva, que a conduta tenha criado ou incrementado um risco juridicamente desaprovado que se concretize no resultado jurídico, sendo sua análise prévia à imputação subjetiva.

e) Nos termos da doutrina pátria majoritária, a Teoria da Imputação Objetiva, ao introduzir a análise do risco proibido, tem a pretensão de substituir a Teoria da Equivalência dos Antecedentes e superar a questão do regressus ad infinitum.

Comentários

A alternativa certa é a letra D. A questão trata do tema Teoria da Imputação Objetiva.

A alternativa A está incorreta. Quando a imputação objetiva falha, o fato é considerado **atípico**, e não apenas excludente de culpabilidade. A Teoria da Imputação Objetiva é um requisito do **tipo objetivo** (primeiro nível da tipicidade). A ausência de dolo normativo (termo obsoleto) não tem relação direta com a falha na TIO;

A alternativa B está incorreta. A Teoria da Imputação Objetiva se debruça sobre o **tipo objetivo**, e não da culpabilidade. Sua análise, portanto, é anterior e independente do dolo ou da culpa (imputação subjetiva).

A alternativa C está incorreta. Embora sua aplicação seja mais evidente nos crimes materiais (que exigem resultado naturalístico), a Teoria da Imputação Objetiva tem utilidade nos crimes formais e de mera conduta (especialmente na modalidade de perigo), ao delimitar o **risco proibido** da conduta (por exemplo, na avaliação do risco permitido, do princípio da confiança, etc.), sendo essencial para a tipicidade;

A alternativa D está correta. A Teoria da Imputação Objetiva é um **corretivo normativo da causalidade** (restringe a Teoria da Equivalência dos Antecedentes), exigindo dois níveis: 1. **Criação/Incremento de um Risco Proibido** (primeiro nível da imputação); e, 2. **Concretização desse Risco Proibido no Resultado** (segundo nível da imputação).

A alternativa E está incorreta. A Teoria da Imputação Objetiva **pressupõe** que o nexos causal físico (equivalência dos antecedentes) já exista; ela atua como um **filtro normativo** que restringe o âmbito da causalidade, superando os problemas do *regressus ad infinitum* **dentro** do plano da tipicidade.

QUESTÃO 05. Considerando as vertentes funcionalistas, assinale a alternativa correta:

I. O Funcionalismo de Roxin utiliza o princípio da bagatela para negar a tipicidade material, alinhado à ideia de que o Direito Penal é a ultima ratio e só deve punir lesões graves. Já o Funcionalismo de Jakobs resiste a esses critérios ético-sociais (como a adequação social) para exclusão do ilícito, pois sua prioridade é a vigência da norma e a manutenção da confiança social no sistema jurídico.

II. O Funcionalismo Sistemico de Jakobs, focado na estabilização normativa, harmoniza-se com o Direito Penal do Inimigo (Direito Máximo), que sacrifica a garantia individual pela segurança sistêmica.

III. A finalidade precípua do Funcionalismo Redutor não é a contenção do poder punitivo estatal e sim garantir sua eficácia no caso concreto. Nesta esteira, deixar de punir um delito em face do advento da prescrição punitiva, quando o tempo já esvaziou a necessidade e a utilidade da sanção, gera a impunidade e ineficácia da norma, reduzindo assim o campo de atuação do Direito Penal.

IV. A diferença fundamental entre os sistemas funcionalistas de Roxin e Jakobs reside no referencial normativo usado para construir o Direito Penal: Roxin constrói o Direito Penal com base em princípios garantistas e na proteção de bens jurídicos. Jakobs o constrói com base nas necessidades sistêmicas e na vigência da norma.

a) As afirmativas I e II estão incorretas.

b) Apenas a afirmativa IV está incorreta.

c) Apenas a afirmativa III está incorreta.

d) As afirmativas I, III e IV estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema funcionalismo.

Primeiramente analisemos item a item.

O item I está correto. **Roxin** de fato, utiliza o princípio da insignificância (*bagatela*) para afastar a **tipicidade material**, por entender que o Direito Penal só deve intervir em lesões relevantes ao bem jurídico (*ultima ratio*). Já **Jakobs (Funcionalismo Sistemico)**, prioriza a **vigência da norma** (estabilização normativa). A exclusão do ilícito com base em critérios ético-sociais (como a adequação social, ou mesmo a insignificância) representaria uma **ruptura** na confiança do sistema e enfraqueceria a norma. Para Jakobs, o fundamental é a reafirmação da norma pela punição, e não a proteção material do bem jurídico;

O item II está correto. **Jakobs** é o idealizador e maior defensor da Teoria do **Direito Penal do Inimigo** (*Feindstrafrecht*), que ele concebe como uma parte necessária do sistema para lidar com indivíduos que, por sua conduta de vida estruturalmente desviada, deixam de ser "cidadãos" (pessoas) e passam a ser "inimigos" (não pessoas). Essa teoria, focada na **segurança sistêmica** e na prevenção de riscos futuros, justifica a flexibilização ou sacrifício das garantias individuais, harmonizando-se com o foco de Jakobs na estabilização e eficácia do sistema normativo.

O item III está incorreto. Afirmar que a prescrição gera "impunidade e ineficácia" é uma crítica que seria mais alinhada à visão **sistêmica de Jakobs** (que exige a reafirmação contínua da norma) do que ao Funcionalismo Redutor/Garantista (Roxin), que a aceita como limite necessário.

O item IV está correto. De fato, esta é a diferença entre **Roxin, para quem** o Direito Penal é construído a partir de fins **Político-Criminais e Garantistas** (proteção de bens jurídicos e direitos fundamentais) e **Jakobs, que defende que o** Direito Penal é construído a partir de fins **Sociológicos/Sistêmicos** (manutenção da **vigência da norma** e da confiança no sistema social, segundo a Teoria dos Sistemas de Luhmann).

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa C está correta. As demais estão incorretas.

QUESTÃO 06. Com base na evolução da Teoria do Delito, analise as assertivas abaixo:

I. Na concepção majoritária do conceito analítico de crime (tripartite), a culpabilidade é compreendida como um juízo de reprovação que recai sobre o injusto penal (fato típico e antijurídico) e exerce a função de fundamento e limite da pena, sendo sua ausência uma causa de exclusão de responsabilidade penal, mas que não afeta a ilicitude do fato praticado.

II. Para a Teoria Psicológica, a culpabilidade era o vínculo anímico entre o autor e o resultado, englobando o dolo e a culpa como suas modalidades. A imputabilidade servia apenas como pressuposto para verificar a presença desse nexa mental.

III. A superação do conceito puramente psicológico deu origem à Teoria Psicológico-Normativa, que adicionou o juízo de reprovação e a exigibilidade de conduta diversa como elementos da culpabilidade. Não obstante, o dolo, ainda integrante dessa categoria, era concebido como *dolus malus*, por incluir a consciência atual da ilicitude.

IV. A Teoria Normativa Pura, consolidada pelo Finalismo, extraiu o dolo e a culpa da culpabilidade, deslocando-os para o tipo de injusto (dolo natural), fazendo com que a culpabilidade passasse a ser um juízo puramente valorativo, composto exclusivamente por elementos normativos, como o potencial conhecimento da ilicitude.

V. A Teoria Extremada da Culpabilidade estabelece que o erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação (descriminante putativa fática) é equiparado, quanto aos seus efeitos jurídicos, ao erro de tipo, ou seja, exclui o dolo do agente, permitindo a punição por crime culposos, se houver previsão legal.

VI. A Teoria da *Actio Libera in Causa* é o critério de imputação pelo qual a capacidade de culpabilidade do agente em estado de inimputabilidade (como a embriaguez completa não acidental) deve ser aferida no momento da ação precedente e não no momento da prática do tipo penal, sendo indispensável a presença de dolo ou culpa na conduta de se colocar em tal estado.

a) I, III e IV são incorretas.

b) Apenas a assertiva V é incorreta.

c) II, V e VI são incorretas.

d) I, II e III são incorretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema teoria do delito.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. A culpabilidade, na teoria tripartite, é o último degrau e tem natureza normativa (juízo de reprovação). Sua função é, de fato, a de fundamento e limite da pena. O injusto penal (fato típico e antijurídico) é analisado antes. A ausência de culpabilidade (ex: inimputabilidade) não torna o fato lícito (antijurídico), apenas impede a punição do agente por ele não ser reprovável;

O item II está correto. Esta é a descrição da Teoria Clássica/Causalista do início do século XX. A culpabilidade era vista como puramente psicológica, o nexos psíquico entre o agente e o fato (Dolo ou Culpa). A inimputabilidade era um pressuposto anterior para que esse nexos pudesse ser estabelecido;

O item III está correto. Esta teoria (desenvolvida por Frank, Asua, Exner) reconheceu que a culpabilidade não poderia ser apenas o dolo ou a culpa, pois precisava de um elemento valorativo (normativo): o juízo de reprovação (composto pela exigibilidade de conduta diversa). No entanto, ela manteve o dolo e a culpa

dentro da culpabilidade. O dolo nesse momento era o *dolus malus* (dolo do injusto), pois ainda exigia o conhecimento (atual) da ilicitude como seu elemento cognitivo.

O item IV está correto. O Finalismo (Welzel) promoveu a maior revolução na Teoria do Delito ao entender que dolo e culpa são elementos da ação final e, portanto, pertencem ao tipo de injusto (tipo objetivo + tipo subjetivo). Ao retirar o dolo e a culpa, a culpabilidade se tornou "Normativa Pura" ou "Normativa Extrema", sendo composta apenas por elementos de valoração (normativos): imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. O dolo transferido é o dolo natural, que não inclui o conhecimento da ilicitude.

O item V está incorreto. A afirmativa descreve a Teoria Limitada da Culpabilidade. A Teoria Extremada trata o erro sobre a discriminante putativa (fática ou legal) sempre como erro de proibição, que não exclui o dolo, mas sim a potencial consciência da ilicitude (na culpabilidade), resultando na redução da pena (ou isenção se inevitável).;

O item VI está correto. A Teoria da *Actio Libera in Causa* é o critério de imputação pelo qual a capacidade de culpabilidade do agente em estado de inimputabilidade (como a embriaguez completa não accidental) deve ser aferida no momento da ação precedente e não no momento da prática do tipo penal, sendo indispensável a presença de dolo ou culpa na conduta de se colocar em tal estado.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa C está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina penalista acerca da dosimetria da pena, notadamente no que tange à valoração do contido no art. 59 do Código Penal, analise as proposições abaixo e assinale a opção correta:

I. A premeditação justifica o aumento da pena-base em alguns casos, em face da maior reprovabilidade da conduta praticada pelo agente, desde que tal circunstância não seja ao mesmo tempo elemento do tipo penal, agravante ou qualificadora. Além disso, a valoração negativa da culpabilidade não é automática, exigindo fundamentação específica no caso concreto a ensejar o aumento da pena base.

II. A intenção de obter lucro fácil é elemento inerente aos crimes de corrupção e concussão, de modo que sua utilização para exasperar a pena-base pode configurar bis in idem, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

III. O elevado prejuízo financeiro causado ao erário constitui um fundamento apto para valorar negativamente as consequências do crime na primeira fase da dosimetria, desde que devidamente motivado no caso concreto.

IV. A Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça veda a utilização de inquéritos policiais e de ações penais em curso para aumentar a pena-base em face dos maus antecedentes, mas permite expressamente sua valoração como conduta social desabonadora.

V. Em se tratando de crimes de ação múltipla, como o tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/2006), a realização de mais de uma das condutas típicas descritas nos verbos-núcleos do tipo penal, não justifica a

valoração negativa da culpabilidade na primeira fase da dosimetria, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

VI. A folha de antecedentes criminais é documento suficiente para comprovar maus antecedentes.

- a) I, II, III e IV são corretas.
- b) I, III e IV são corretas.
- c) I, II, III e VI são corretas.
- d) II, IV e V são corretas.
- e) I, III, IV e VI são corretas

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata de temas de dosimetria da pena.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. A Terceira Seção do STJ, nos REsp 2.174.028-AL e REsp 2.174.008-AL, relatados pelo Ministro Otávio de Almeida Toledo, estabeleceu duas premissas fundamentais: a premeditação autoriza a valoração negativa da culpabilidade prevista no artigo 59 do Código Penal, desde que não constitua elementar do tipo, não seja ínsita ao crime nem pressuposto para incidência de agravante ou qualificadora; e a exasperação da pena-base pela premeditação não é automática, exigindo fundamentação específica sobre a maior reprovabilidade da conduta no caso concreto;

O item II está correto. No julgamento do EDv nos EREsp 1196136/RO o STJ decidiu que: “A dosimetria da pena está inserida no âmbito de discricionariedade do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais, quando malferida alguma regra de direito. 2. Embora inseridos no Código Penal no Título dos crimes contra a administração pública, tanto a concussão (art. 316, CP) quanto a corrupção passiva (art.317, CP) possuem várias das características dos crimes contra o patrimônio, com a peculiaridade da qualificação do agente como servidor público. Assim sendo, no exame das circunstâncias judiciais envolvendo a prática desses dois delitos, a jurisprudência desta Corte vem entendendo que a cobiça, a ganância e a intenção de obter lucro fácil constituem elementares dos delitos, não podendo, assim, serem utilizadas novamente na apreciação das circunstâncias judiciais para justificar a elevação da pena-base.”;

O item III está correto. Para o STJ: “Não há se falar em ausência de motivação ou em utilização de fundamentação ilegal para elevação da pena-base. De fato, verifica-se que foi concretamente demonstrada a maior reprovabilidade das condutas imputadas, em razão da condição de político conhecido e da prática do crime ao longo de 4 anos, bem como devidamente valoradas as consequências do crime, diante do prejuízo estimado em R\$ 2.604.799,40, em valores históricos, além do significativo número de beneficiários que envolveu nas fraudes (50 benefícios previdenciários).” (AgRg no REsp 1.683.930/SC. Quinta Turma. Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. DJe de 09.12.2019.”;

O item IV está incorreto. Súmula 444 : “É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.”;

O item V está incorreto. O STJ admite a culpabilidade acentuada, desde que demonstrada, conforme julgamento do HC 966.551 “A pena para o crime de tráfico de drogas não deve ser fixada acima do mínimo legal quando a culpabilidade não é suficiente para isso.”;

O item VI está correto. Súmula 636 do STJ: “A folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra C. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. Acerca das causas extintivas da punibilidade, analise as proposições abaixo e assinale a opção correta:

I. Enquanto a anistia, instituída pelo Poder Legislativo, caracteriza-se por ser um ato que recai sobre o fato delituoso e opera a extinção integral de todos os seus efeitos penais, suprimindo, inclusive, a reincidência; a graça e o indulto, concedidos pelo Poder Executivo como atos de clemência individual ou coletiva, direcionam-se à pessoa já condenada, resultando apenas na extinção da pena aplicada, sem, contudo, afastar os efeitos secundários da condenação, como o registro de reincidência.

II. A prescrição em perspectiva não é admitida pelo Superior Tribunal de Justiça.

III. Nos crimes de calúnia e difamação, a retratação do agente, embora causa de extinção da punibilidade, para sua validade e eficácia, exige a aceitação expressa da parte ofendida.

IV. O prazo decadencial para o oferecimento da queixa ou representação é de seis meses e não se interrompe, ainda que formulado pedido de explicações em juízo. V. A sentença que concede o perdão judicial, por ter natureza condenatória, ainda que declare extinta a punibilidade, mantém os efeitos secundários da condenação, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça.

a) I, II e III são corretas.

b) I, III e V são corretas.

c) II, III, IV e V são corretas.

d) II e III são corretas.

e) I, II e IV são corretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata sobre o tema causas extintivas de punibilidade.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. De fato, enquanto a Anistia é esquecimento do fato criminoso, que extingue todos os efeitos penais, inclusive a reincidência, a Graça e o Indulto são atos de clemência que recaem sobre a pena já aplicada, não anulam o crime, apenas extinguem ou reduzem a pena, mantendo os efeitos secundários da condenação, como a reincidência;

O item II está correto. Dispõe a Súmula 438 do STJ que : "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou não de recurso da acusação.";

O item III está incorreto. A lei não exige a aceitação expressa da parte ofendida para a validade e eficácia da retratação. A retratação deve ser cabal e feita antes da sentença. A aceitação da vítima seria relevante apenas no caso de perdão do ofendido;

O item IV está correto. O prazo decadencial para o exercício do direito de queixa (ação penal privada) ou de representação (ação penal pública condicionada) é de seis meses, contado do dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime (Art. 103 do CP). Por ser um prazo de natureza material e preclusiva, ele é fatal e improrrogável, e não se interrompe nem se suspende. O pedido de explicações em juízo (Art. 144 do CP) tem natureza cautelar e não interrompe o prazo decadencial, conforme pacificado na doutrina e jurisprudência.

O item V está incorreto. O perdão judicial é uma causa de extinção da punibilidade que, por expressa previsão legal do Art. 120 não gera reincidência: "Art. 120 - A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.".

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra E. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 09. Considerando os crimes de associação criminosa (art. 288 do Código Penal), organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013), constituição de milícia privada (art. 288-A do Código Penal), obstrução de justiça (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/13) e lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98), analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta:

I. O crime de constituição de milícia privada (art. 288-A do Código Penal) distingue-se da associação criminosa (art. 288 do Código Penal) e da organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013) por ter sua finalidade restrita à prática de infrações penais tipificadas exclusivamente no Código Penal, vedada a interpretação extensiva para incluir delitos de legislação extravagante.

II. O reconhecimento da continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal) é incompatível com a incidência da majorante prevista no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/1998 (delito de lavagem de dinheiro cometido de maneira reiterada, por intermédio de organização criminosa), pois a aplicação cumulativa de ambos configuraria bis in idem.

III. O delito de impedir ou embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013) possui natureza formal, consumando-se com a simples conduta

obstrutiva, independentemente da efetiva frustração da investigação, conforme orientação atual e sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça.

IV. A organização criminosa caracteriza-se por uma estrutura ordenada e divisão de tarefas, elementos que, juntamente com o objetivo de obter vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou de caráter transnacional, a diferenciam da associação criminosa, que não demanda tal complexidade estrutural em seu tipo.

a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema organização criminosa.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Dispõe o CP: “Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código”;

O item II está correto. O crime de lavagem de ativos se caracteriza pela prática de atos de dissimulação e ocultação dos proveitos do delito em bens, com a finalidade de dificultar a rastreabilidade da origem criminosa. Sua consumação por meio de um ciclo complexo de atos caracteriza crime único. Portanto, não há continuidade delitiva. **REsp 1.875.233**;

O item III está incorreto. O STJ, no julgamento do REsp 1.817.416, fixou o entendimento de que: “Impedir ou embaraçar a investigação de organização criminosa, delito previsto pelo artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.850/2013, é crime material, inclusive na modalidade embaraçar – portanto, é possível a condenação pela forma tentada. A adoção da corrente que classifica o delito como crime material se explica porque o verbo 'embaraçar' atrai um resultado, ou seja, uma alteração do seu objeto. Na hipótese normativa, o objeto é a investigação, que pode se dar na fase de inquérito ou na instrução da ação penal, ou seja, haverá embaraço à investigação se algum resultado, ainda que momentâneo e reversível, for constatado”;

O item IV está correto. Define a Lei nº 12.853/13 que: “Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado. § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra A. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 10. Considerando as especificidades da causa de aumento de pena prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal para os crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, analise as afirmativas a seguir:

I. A aplicação da referida majorante aos Governadores de Estado e Prefeitos Municipais é admitida, uma vez que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça reconhece que tais agentes, em virtude de suas atribuições, exercem cumulativamente funções políticas e administrativas, caracterizando-se como funções de direção da Administração Pública.

II. Para os Tribunais Superiores, a majorante em questão não abrange vereadores, salvo para aqueles que além de detentores de um mandato, exerçam, simultaneamente, atribuições de caráter administrativo.

III. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inadmissível estender a causa de aumento de pena do art. 327, § 2º, do Código Penal a servidores de autarquias que ocupem cargos em comissão ou funções de direção ou assessoramento, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade penal estrita, pela vedação à analogia in malam partem.

IV. A majorante em questão é aplicável à solicitação indevida de vantagem formulada antes da assunção da função pública, contanto que o pleito esteja fundamentado no futuro exercício de um dos cargos ou funções descritas no dispositivo legal.

V. Para o Superior Tribunal de Justiça, a causa de aumento prevista no art. 327, § 2º, do Código Penal é extensível aos coautores ou partícipes, inclusive ao *extraneus*. Estão corretas as afirmativas:

a) I, II, III e V, apenas.

b) I, III, IV e V, apenas.

c) II, III, IV e V, apenas.

d) I, II, III e IV, apenas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema crimes praticados por funcionários públicos.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. No julgamento do Inq 2191, Rel. Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 08/05/2008, DJe 07/05/2009 foi definido que: “De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, retratada no Inq 2606, aplica-se a causa de aumento do art. 327, § 2º, do Código Penal aos

Governadores de Estado; ao decidir o Inq 3983, o STF não alterou seu entendimento, ressaltando apenas que o mero exercício de mandato eletivo não é suficiente para a incidência da norma; ao decidir o HC 130389, o STF deixou claro que as duas proposições não são excludentes: não é suficiente o mero exercício de mandato eletivo para atrair a incidência da causa de aumento; não obstante, se, além do mandato eletivo, houver exercício de cargo ou função de chefia em órgão da Administração Pública – tal como o cargo de Governador de Estado – há incidência, sim, da majorante.”;

O item II está correto. “O Presidente da Câmara Municipal, além do exercício político como chefe do Poder Legislativo local, possui atribuições de caráter administrativo, como repasse das verbas descontadas da folha de pagamento de funcionários, de forma que o paciente equipara-se a funcionário público na função de direção da Administração Direta e, conseqüentemente, tem contra si o reconhecimento da causa de aumento de pena do art. 327, § 2º. do CP.”. HC 110.575/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 28.6.2010;

O item III está correto. No rol de incidência da causa especial de aumento de pena, entre os entes da Administração Pública indireta, não há menção às autarquias. Analogia para entender que os servidores ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou de assessoramento das autarquias também estariam sujeitos à majorante. Pelo princípio da legalidade penal estrita, inadmissível o aproveitamento da analogia in malam partem. AO 2093, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 03/09/2019

O item IV está correto. Aplicabilidade da causa de aumento prevista no artigo 327, §2º, do Código Penal à solicitação indevida efetuada antes da assunção da função pública, se o pedido está baseado no futuro exercício de algum dos cargos ou funções descritos no dispositivo. Decorrência lógica da tipicidade da corrupção em casos de solicitação de vantagem indevida formulada antes de o agente assumir a função pública. AgRg na AÇÃO PENAL Nº 827 - DF (2004/0176179-1)

O item V está incorreto. Não há que se confundir a norma penal de caráter explicativo constante do caput do art. 327 do CP, extensível a todos os participantes (coautores ou partícipes) de crimes em que a condição de funcionário públicos seja elementar típica, com aquela disposição prevista no § 2º do dispositivo legal em testilha, essa última emblemática circunstância accidental que implica em especial agravamento da pena, aplicável apenas aos detentores de cargo em comissão ou função comissionada, posto que o legislador presumiu lhes ser maior a culpabilidade, em linha com o disposto no art. 29 do CP.(AgRg no REsp n. 1.789.273/PR, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 25/8/2020, DJe de 8/9/2020.).

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra D. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 11. Considerando a temática afeta aos delitos de menor potencial ofensivo e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, avalie as assertivas a seguir:

I. Prevalece na jurisprudência o entendimento de que a conduta de se atribuir falsa identidade perante a autoridade policial, quando motivada pela intenção de ocultar antecedentes criminais ou evitar a prisão, é atípica, em virtude do princípio da não autoincriminação.

II. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a conduta de desobedecer à ordem de parada emitida por agentes em contexto de fiscalização ou policiamento ostensivo não se enquadra no

tipo penal de desobediência. Isso ocorre porque o ato encontra previsão sancionatória específica na legislação de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro), o que é suficiente para afastar a caracterização do crime.

III. Conforme a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para caracterizar o delito de prevaricação, é imprescindível que o agente público atue com o dolo específico de buscar a satisfação de um interesse ou sentimento de natureza pessoal, aferível de modo concreto. A ausência desse elemento subjetivo especial, manifestando-se apenas a desídia no cumprimento do dever de ofício, descaracteriza o tipo penal.

IV. A contravenção penal de portar arma branca fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade, é inconstitucional, dado que não compatível com a Constituição Federal e com o Pacto de São José da Costa Rica.

V. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o delito de desacato não ofende a Constituição Federal. Todavia, para a sua configuração, o Tribunal exige uma interpretação restritiva do tipo penal, sendo indispensável a demonstração da efetiva intenção do agente de vilipendiar a função pública, e não apenas o mero desentendimento com o funcionário.

Estão corretas as afirmativas:

a) I, II e V.

b) II e IV.

c) I, III e IV.

d) II e III.

e) III e V.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema delitos de menor potencial ofensivo.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. Dispõe a Súmula 522 do STJ: "A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.";

O item II está incorreto. Segundo o STJ, no julgamento do Tema 1.060: "A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para a prevenção e repressão de crimes, constitui conduta penalmente típica, prevista no art. 330 do Código Penal Brasileiro.";

O item III está correto. Tese de julgamento: "1. O dolo específico para o crime de prevaricação exige a satisfação de interesse ou sentimento pessoal de forma objetiva e concreta. 2. Desídia e comodismo não

configuram o dolo específico necessário para o crime de prevaricação.". AgRg nos EDcl no AREsp n. 2.693.820/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 11/3/2025, DJEN de 19/3/2025;

O item IV está incorreto. O STF, no julgamento do Tema 857 de Repercussão geral, fixou a seguinte tese: ““O art. 19 da Lei de Contravenções penais permanece válido e é aplicável ao porte de arma branca, cuja potencialidade lesiva deve ser aferida com base nas circunstâncias do caso concreto, tendo em conta, inclusive, o elemento subjetivo do agente.”;

O item V está correto. O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria de votos, que o crime de desacato foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. A maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, pela improcedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 496, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para questionar o artigo 331 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940).

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra E. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 12. Considerando as disposições penais da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e os contornos atuais da jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir:

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sedimentou-se no sentido de que a prática concomitante da condução de veículo sob a influência de álcool e da direção sem a respectiva habilitação configura, em última análise, um crime único. Essa solução jurídica advém da aplicação do princípio da consunção, que determina que a conduta menos grave (crime-meio) seja absorvida pela conduta mais grave (crime-fim), com a consequente exasperação da pena aplicada a esta.

II. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (afastar-se do local do acidente para fugir à responsabilidade penal ou civil), firmou tese no sentido de sua inconstitucionalidade, por suposta afronta ao princípio da não autoincriminação, garantidor do direito ao silêncio do indivíduo.

III. A jurisprudência atual e majoritária do Superior Tribunal de Justiça exige que a penalidade de suspensão ou proibição de dirigir, cuja violação constitui o crime do art. 307 do Código de Trânsito Brasileiro, tenha sido determinada por autoridade judicial. Logo, a sanção de dirigir imposta exclusivamente na esfera administrativa não é suficiente para tipificar o referido delito.

IV. O crime previsto no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro, que tipifica a entrega de direção de veículo à pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou suspensa, ou a quem não esteja em condições de conduzi-lo com segurança, é classificado como delito de perigo abstrato, não exigindo a comprovação de dano concreto ou perigo real para sua configuração.

V. A descrição típica do art. 311 do Código de Trânsito Brasileiro (trafegar em velocidade incompatível com a segurança em determinados locais) dispensa a necessidade de perigo de dano para o perfazimento do tipo. Estão corretas as afirmativas:

a) I, II e V.

b) II e IV.

c) I, II, III e IV.

d) II, III, IV e V.

e) III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema crimes de trânsito.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. A condenação do paciente, em concurso material, pelos tipos dos arts. 306 e 309 do CTB, alinha-se ao entendimento assente nesta Corte Superior sobre o assunto, no sentido de que os crimes em questão são autônomos, com objetividades jurídicas distintas, pois um delito não constituiu meio para a execução do outro. AgRg no HC n. 749.440/SC, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF), Quinta Turma, julgado em 23/8/2022;

O item II está incorreto. A regra que prevê o crime do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) é constitucional, posto não infirmar o princípio da não incriminação, garantido o direito ao silêncio e ressalvadas as hipóteses de exclusão da tipicidade e da antijuridicidade. Precedente. 2. Ação direta julgada procedente. ADC 35, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 13/10/2020;

O item III está correto. Dada a natureza penal da sanção, somente a decisão lavrada por juízo penal pode ser objeto do descumprimento previsto no tipo do art. 307, caput, do CTB, não estando ali abrangida a hipótese de descumprimento de decisão administrativa, que, por natureza, não tem o efeito de coisa julgada e, por isso, está sujeita à revisão da via judicial. In casu, a conduta de violar decisão administrativa que suspendeu a habilitação para dirigir veículo automotor não configura o crime do artigo 307, caput, do CTB, embora possa constituir outra espécie de infração administrativa, segundo as normas correlatas. HC 427.472/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 12/12/2018;

O item IV está correto. Tema 901 do STJ: "É de perigo abstrato o crime previsto no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro. Assim, não é exigível, para o aperfeiçoamento do crime, a ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na conduta de quem permite, confia ou entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança.";

O item V está incorreto. O crime previsto no artigo 311 do CTB não exige para sua configuração dano efetivo a outras pessoas por ser o perigo presumido por lei, haja vista a proteção da segurança do trânsito, sendo suficiente que reste comprovado estar o condutor trafegando em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo de dano. AgRg nos EDcl no HC nº 354.810 - PB (2016/0109959-2).

QUESTÃO 13. Um empreendedor, visando à implantação de um complexo turístico, iniciou a construção de uma edificação de grande porte em uma área integralmente inserida em Unidade de Conservação de Proteção Integral, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. A referida obra resultou na supressão de vegetação nativa, impedindo a regeneração natural da flora local, e causou danos significativos à biodiversidade e aos ecossistemas da unidade de conservação. Diante desse cenário, considerando o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

a) O empreendedor deverá responder em concurso material pelos crimes previstos nos arts. 40 (dano à unidade de conservação), 48 (impedimento à regeneração da flora) e 64 (construção irregular) da Lei nº 9.605/1998, haja vista a pluralidade de bens jurídicos atingidos e a autonomia das condutas.

b) Em face do princípio da especialidade, a conduta do empreendedor deverá ser tipificada exclusivamente no art. 64 da Lei nº 9.605/1998, por ser este o tipo penal que descreve de forma mais pormenorizada a construção em local não edificável, absorvendo os demais delitos.

c) O princípio da consunção será aplicado, resultando na responsabilização exclusiva pelo crime do art. 64 da Lei nº 9.605/1998, uma vez que as condutas dos arts. 40 e 48 são consideradas, respectivamente, fase de execução e pós-fato impunível da edificação irregular, sendo irrelevante a eventual diferença de bens jurídicos tutelados ou de penas cominadas.

d) Não é possível a aplicação do princípio da consunção, pois os bens jurídicos protegidos pelos arts. 40 (meio ambiente – unidade de conservação), 48 (meio ambiente – flora) e 64 (administração ambiental e meio ambiente – licenciamento) são distintos, impondo o concurso formal imperfeito de crimes.

e) A aplicação do art. 64 da Lei nº 9.605/1998 é subsidiária aos arts. 40 e 48, respondendo o empreendedor pelos crimes de dano à unidade de conservação e impedimento à regeneração da flora em concurso formal.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema princípio da consunção.

A alternativa A está incorreta. Consoante o entendimento das duas Turmas que compõem a Terceira Seção deste STJ, a conduta do art. 48 da Lei 9.605/1998 é mero pós-fato impunível do ato de construir em local não edificável. Afinal, com a própria existência da construção desejada e executada pelo agente - e à qual, portanto, se dirigia seu dolo -, é inevitável que fique impedida a regeneração da flora antes existente no mesmo lugar. Para analisar a possibilidade de absorção do crime do art. 40 da Lei 9.605/1998 pelo do art. 64, não é relevante a diversidade de bens jurídicos protegidos por cada tipo incriminador; tampouco impede a consunção o fato de que o crime absorvido tenha pena maior do que a do crime continente, como se vê na própria Súmula 17/STJ. O dano causado pela construção do recorrido à estação ecológica se encontra, efetivamente, absorvido pela edificação irregular. Este dano pode, em tese, ser considerado concomitante à construção, enquanto ato integrante da fase de execução do iter do art. 64, caso em que se aplicaria o princípio da consunção em sua formulação genérica; ou, então, como consequência naturalística inafastável e necessária da construção, de maneira que seu tratamento jurídico seria o de pós-fato impunível. De todo modo, o dano à unidade de conservação se situa na escala causal da construção irregular (seja como ato executório ou como exaurimento), nela exaurindo toda sua potencialidade lesiva. (REsp 1925717/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/05/2021, DJe 28/05/2021);

A alternativa B está incorreta. A absorção se dá em face do princípio da consunção;

A alternativa C está correta. Este dano pode, em tese, ser considerado concomitante à construção, enquanto ato integrante da fase de execução do iter do art. 64, caso em que se aplicaria o princípio da consunção em sua formulação genérica; ou, então, como consequência naturalística inafastável e necessária da construção, de maneira que seu tratamento jurídico seria o de pós-fato impunível. (REsp 1925717/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/05/2021, DJe 28/05/2021)

A alternativa D está incorreta. Conforme já demonstrado, aplicar-se-á o princípio da consunção;

A alternativa E está incorreta. No julgamento do já citado REsp 1925717/SC, haverá a aplicação do princípio da consunção.

QUESTÃO 14. Considerando a disciplina dos crimes contra a dignidade sexual e a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

a) O crime de assédio sexual, previsto no caput do art. 216-A do Código Penal, se enquadra na definição de infração de menor potencial ofensivo.

b) O delito de favorecimento à exploração sexual de adolescente (art. 218-B do Código Penal) é classificado como crime habitual, consumando-se somente com a reiteração de atos que evidenciem a exploração sexual.

c) A prática de ato libidinoso em detrimento de menor de 14 (quatorze) anos, independentemente da superficialidade do ato praticado, quando presente o dolo específico de satisfazer a lascívia do agente, configura o crime de estupro de vulnerável na forma tentada.

d) O relacionamento entre adolescente maior de 14 (quatorze) anos e menor de 18 (dezoito) anos e um adulto que oferece vantagens econômicas em troca de favores sexuais, somente configurará o tipo penal do art. 218-B, § 2º, I, do Código Penal se comprovada a inserção da adolescente em um contexto de prostituição ou exploração sexual por um terceiro distinto do adulto que oferece as vantagens.

e) No crime de estupro de vulnerável, só é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, se bem delimitado na inicial acusatória ao menos 8 (oito) atos sexuais praticados com a vítima.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata dos crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está correta. O crime do Art. 216-A: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” tem Pena de detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, se enquadrando como de menor potencial ofensivo;

A alternativa B está incorreta. O delito de favorecimento à exploração sexual de adolescente não exige habitualidade, tratando-se de crime instantâneo, que se consuma no momento em que o agente obtém a

anuência para práticas sexuais com a vítima menor de idade, mediante artifícios como a oferta de dinheiro ou outra vantagem. Esta interpretação da norma do art. 218-B, caput, do Código Penal é a única capaz de cumprir com a exigência de proteção integral da pessoa em desenvolvimento contra todas as formas de exploração sexual.(REsp n. 1.963.590/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 20/9/2022, DJe de 29/9/2022.);

A alternativa C está incorreta. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.121), fixou a tese de que, presente o dolo específico de satisfazer a lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (artigo 217-A do Código Penal – CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a sua desclassificação para o delito de importunação sexual (artigo 215-A do CP);

A alternativa D está incorreta. A relação conhecida como sugar, em que um adulto oferece vantagens econômicas a um adolescente em troca de favores sexuais, caracteriza exploração sexual quando envolve menores de 18 anos. Essa prática, independentemente do consentimento da vítima, configura o crime previsto no art. 218-B, §2º, I, do Código Penal, dada a vulnerabilidade presumida dessa faixa etária e a natureza mercantilista da relação. Tese fixada: O relacionamento entre adolescente maior de 14 e menor de 18 anos (sugar baby) e um adulto (sugar daddy ou sugar mommy) que oferece vantagens econômicas configura o tipo penal previsto no art. 218-B, § 2º, I, do Código Penal, porquanto essa relação se constrói a partir de promessas de benefícios econômicos diretos e indiretos, induzindo o menor à prática de conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso. AREsp n. 2.529.631/RJ;

A alternativa E está incorreta. Exigem-se sete e não oito repetições. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.202), estabeleceu a seguinte tese: "No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no artigo 71, *caput*, do Código Penal, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve sete ou mais repetições".

QUESTÃO 15. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco na proteção da mulher contra a violência de gênero. Com base na valorosa construção jurisprudencial acerca deste importante texto normativo, analise as seguintes assertivas:

I. Antes da vigência do art. 24-A da Lei nº 11.340/2006, o descumprimento de medidas protetivas de urgência, de forma geral, não configurava o crime de desobediência (art. 330 do Código Penal) nem o crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359 do Código Penal), uma vez que a Lei Maria da Penha já previa sanções específicas, como a requisição de força policial e a possibilidade de prisão preventiva, afastando a tipicidade penal pelo princípio da intervenção mínima.

II. O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a prática de questionar o histórico de vida ou a vida sexual da mulher vítima de violência em investigações e processos criminais, vedando ao magistrado valorar tais aspectos na dosimetria da pena.

III. O Superior Tribunal de Justiça decidiu recentemente que a aplicação da agravante do art. 61, II, “f”, do Código Penal ao delito tipificado no art. 24-A da Lei Maria da Penha, configura bis in idem.

IV. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher, no contexto doméstico ou familiar e com violência ou grave ameaça, não inviabiliza a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, desde que preenchidos todos os requisitos insculpidos no art. 44 do Código Penal.

V. Para a aplicação das disposições da Lei Maria da Penha, é imprescindível a demonstração da subjugação feminina no caso concreto, uma vez que a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar não são presumidas por esta legislação. Assinale a alternativa que apresenta as assertivas corretas:

a) I, II e IV são corretas.

b) I, II e III são corretas.

c) II, III e V são corretas.

d) I, III e V são corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Maria da Penha.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Antes da introdução do crime específico de descumprimento de medidas protetivas de urgência (Art. 24-A, incluído em 2018), a jurisprudência do STJ e do STF era pacífica no sentido de que o descumprimento não configurava o crime de desobediência (Art. 330 do CP). Isso se devia ao fato de a própria Lei Maria da Penha já prever medidas coercitivas específicas para o descumprimento, como a requisição de força policial e a decretação de prisão preventiva (Art. 42 da Lei 11.340/06 na redação anterior e o Art. 313, III, do CPP). O entendimento era de que as sanções específicas afastavam o caráter subsidiário do tipo penal de desobediência;

O item II está correto. Decidiu o STF no julgamento da ADPF 1.107 que: “É inconstitucional a prática de desqualificar a mulher vítima de violência durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual e todos os crimes de violência contra a mulher, de modo que é vedada eventual menção, inquirição ou fundamentação sobre a vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiências e decisões judiciais (CF, arts. 1º, III; 3º, I e IV; 5º, caput e I; 226, § 5º)”;

O item III está correto. “1. A aplicação da agravante prevista no art. 61, II, “f”, do Código Penal ao crime de descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 24-A da Lei Maria da Penha) configura bis in idem, pois o contexto de violência doméstica já é elemento constitutivo do tipo penal. 2. O Tema 1.197/STJ não se aplica ao delito do art. 24-A da Lei Maria da Penha, por tratar de situações distintas, em que a agravante do art. 61, II, “f”, do Código Penal incidiu sobre crimes que não possuem a violência de gênero como elemento típico..REsp n. 2.182.733/DF, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 8/4/2025, DJEN de 22/4/2025;

O item IV está incorreto. Súmula 588 do STJ: "A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos."

O item V está incorreto. No AgRg no REsp 2.080.317-GO, julgado em 04/03/2024, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a orientação mais condizente com o espírito da Lei n. 11.340/2006 é no sentido de que a vulnerabilidade e a hipossuficiência da mulher são presumidas, sendo desnecessária a demonstração da motivação de gênero para que incida o sistema protetivo da Lei Maria da Penha e a competência da vara especializada.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa B está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 16. Em tema de tutela penal eleitoral e de garantias eleitorais, assinale a alternativa incorreta:

a) Uma vez que os crimes eleitorais, no que se referem à competência em razão da matéria, são considerados crimes comuns, a incidência da prerrogativa de foro no âmbito da Justiça Eleitoral, considerada Justiça Especial, não atenta contra o princípio do juiz natural.

b) Em vista da conformação constitucional de Juízo Criminal Natural, pode-se afirmar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) conta com competência originária em matéria criminal eleitoral para o processo e o julgamento dos detentores de prerrogativa de foro perante os Tribunais Superiores.

c) O juiz eleitoral, ou o presidente da mesa receptora de votos, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.

d) Se o órgão do Ministério Público, recebendo com vista peças informativas ou autos de inquérito policial, destinados à apuração de crime eleitoral, não oferecer denúncia no prazo legal, representará contra ele a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

e) Nenhuma autoridade poderá, desde 15 (quinze) dias antes e até 48 (quarenta e oito horas) depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer candidato, salvo o caso de flagrante delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre competência da justiça eleitoral.

A alternativa A está incorreta. Os crimes eleitorais são, de fato, crimes comuns quanto à sua natureza, mas a competência para processá-los é da Justiça Eleitoral (Justiça Especializada), conforme a Constituição Federal: "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;"

A alternativa B está correta. Tribunal Superior Eleitoral possui competência originária para o julgamento de algumas autoridades, como os seus próprios juízes e os juízes dos TREs, mas NÃO possui competência originária para julgar detentores de prerrogativa de foro perante os Tribunais Superiores (STF e STJ). Vejamos o que dispõe o art. 84 do CPP: “Art. 84. A competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.”

A alternativa C está incorreta. A cominação de prisão por desobediência é de 30 (trinta) dias, e não de 5 (cinco) dias. Vejamos o que dispõe o Código Eleitoral: “Art. 235. O juiz eleitoral, ou o presidente da mesa receptora, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias, em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.”

A alternativa D está incorreta. O Art. 357 do Código Eleitoral prevê que, se o MPE não oferecer denúncia no prazo legal, a autoridade judiciária competente representará contra ele para apuração de responsabilidade, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal. Este é o procedimento correto. Vejamos: “Art. 357. Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias.”

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o prazo de 48 horas depois é aplicado tanto a eleitores quanto a candidatos. Vejamos o art. 236 do Código Eleitoral: “Art. 236. Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.”

QUESTÃO 17. Sobre suspensão dos direitos políticos, assim como sobre condições de elegibilidade e inelegibilidades, assinale a alternativa correta:

a) As inelegibilidades denominadas na doutrina como absolutas e relativas, dada a fonte legal de criação de cada qual, apresentam como característica comum o fato de que devem ser suscitadas pelos legitimados, no ano em que se realizam eleições, na primeira oportunidade processual e no prazo previsto, pena de preclusão, convalidando caso não levadas à Justiça Eleitoral ou por esta não reconhecidas, de ofício, quando do registro de candidatura.

b) A filiação partidária constitui condição de elegibilidade em quaisquer circunstâncias, sem exceção, não havendo possibilidade de se admitir disputa em convenção partidária e ulterior registro de candidatura de quem não estiver filiado a partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, dada a previsão constitucional de sistema político representativo através da vinculação partidária.

c) Quanto ao ato doloso de improbidade administrativa para incidência de inelegibilidade, a legislação eleitoral considera dolo a vontade livre e consciente de alcançar os resultados ilícitos tipificados isolada ou cumulativamente na Lei nº 8.429/1992 (LIA), não bastando a voluntariedade do agente.

d) A suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal com previsão de pena unicamente de multa, se dará pelo período de 2 (dois) anos, após o efetivo pagamento, em simetria ao prazo prescricional da pena de multa, como consagrado na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

e) Se houver dúvida razoável sobre a capacidade eleitoral passiva (elegibilidade) o pré-candidato ou o partido a que estiver filiado pode formular à Justiça Eleitoral, a qualquer tempo, Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE), o qual poderá ser impugnado no prazo de 5 (cinco) dias, por qualquer partido político que tenha órgão de direção ativo na circunscrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre suspensão dos direitos políticos.

A alternativa A está incorreta. As causas de inelegibilidade podem ser arguidas por qualquer candidato, partido político ou Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 dias contados da publicação do edital do pedido de registro (LC 64/90, Art. 3º). Vejamos: “Art. 3º Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 9º da Lei das Eleições (Lei nº 9. 504/1997), para disputar um pleito, o candidato deve estar com a filiação partidária aprovada pela agremiação política pelo menos seis meses antes da eleição.

A alternativa C está incorreta. O dolo exigido é a intenção deliberada de praticar o ilícito (ou de violar o princípio), e não apenas o resultado.

A alternativa D está incorreta. A suspensão dos direitos políticos é determinada pelo Art. 15, III, da CF/88. Nesse sentido, a suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal, mesmo que a pena seja somente de multa, perdura enquanto durarem os efeitos da condenação: “Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;”

A alternativa E está correta. Resolução do TSE, de fato, prevê a impugnação por qualquer partido político com diretório ativo na circunscrição, no prazo de 5 (cinco) dias.

QUESTÃO 18. Nos termos da legislação eleitoral, assinale a alternativa incorreta:

a) Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 20% (vinte por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.

b) Em caso de união de dois ou mais Partidos Políticos em Federação Partidária, aplicam-se as mesmas normas que regem as atividades do partido político isolado no que diz respeito às eleições, inclusive escolha em convenção e registro de candidatos para as eleições majoritárias e proporcionais, diferentemente do que sucede com as Coligações Partidárias, dentro da mesma circunscrição, que admitem reunião apenas para as eleições majoritárias.

c) Em hipótese de captação ou gastos ilícitos de recursos para fins eleitorais, comprovados em representação movida pelos legitimados, mediante adoção do rito processual previsto no art. 22 e

seguintes da Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990), poderá ser negado o diploma ao candidato responsável ou cassado, se já outorgado.

d) É proibida a veiculação de qualquer propaganda eleitoral paga na internet, admitindo-se, porém, o impulsionamento de conteúdos, desde que inequivocadamente como tal contratado, exclusivamente, por partidos, coligações e candidatos ou representantes destes.

e) Dentre as condutas vedadas aos agentes públicos que possam afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos durante o ano da eleição, excepcionalmente admite-se a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública quando se tratar de programas sociais autorizados em lei e que tenha iniciado execução orçamentária no exercício anterior, hipótese em que o Ministério Público poderá acompanhar a execução financeira e administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre candidaturas de mulheres negras.

A alternativa A está correta. O percentual mínimo obrigatório de aplicação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP) nas campanhas de candidaturas negras é de 30% (trinta por cento), e não 20% (ADIns 7.706 e 7.707).

A alternativa B está incorreta. As Coligações, por sua vez, só são permitidas para as eleições majoritárias (Presidente, Governador e Senador), sendo vedadas nas eleições proporcionais (Deputados), conforme o Art. 17, §1º, da Constituição Federal: “§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.”

A alternativa C está incorreta. A sanção é a cassação do diploma ou do registro. Vejamos o disposto no art. 22, XIV da Lei de Inelegibilidades: “julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;”

A alternativa D está incorreta. A propaganda eleitoral paga na internet, exceto o impulsionamento de conteúdos, que é permitido apenas aos partidos, coligações e candidatos e deve ser identificado de forma clara. Vejamos: “Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.”

A alternativa E está incorreta. A distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pode ser feita em ano eleitoral, desde que se trate de programas sociais autorizados em lei, já em execução orçamentária no ano anterior e não interrompidos. Vejamos o disposto no art. 73, §10º da Lei nº 9.504/97: § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa”

QUESTÃO 19. Com base nas disposições da Lei Complementar Estadual nº 85/1999, analise as assertivas abaixo e assinale a opção que apresenta a avaliação correta:

I. A vitaliciedade, como garantia, é adquirida pelos membros do Ministério Público do Paraná após o período de 2 (dois) anos de efetivo exercício, não podendo o membro perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

II. A sanção disciplinar de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade prescreverá em 4 (quatro) anos.

III. Constitui prerrogativa dos membros da Instituição não estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento em qualquer processo ou inquérito, exceto se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público, ressalvadas as hipóteses constitucionais.

IV. A pena de suspensão de membro do Ministério Público importa na perda do subsídio e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, sendo permitida a sua conversão em multa, se o membro não tiver sofrido sanção disciplinar anterior de censura.

V. É dever funcional do membro do Ministério Público indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, sendo a elaboração de relatório obrigatória apenas em sua manifestação recursal.

VI. A sanção disciplinar de advertência será aplicada reservadamente e por escrito nos casos de desídia e negligência no exercício das funções ou de prática de ato reprovável.

VII. O membro vitalício do Ministério Público, quando em licença para tratar de interesses particulares, por ser período sem subsídio, está liberado para o exercício de outra atividade profissional de natureza particular, desde que não exerça funções inerentes ao Ministério Público.

a) I, III, V e VI são corretas.

b) Apenas as assertivas VI e VII são incorretas.

c) IV, V e VII são incorretas.

d) I, II, III e VI são incorretas.

e) II e IV são corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a lei orgânica do Ministério Público do estado do Paraná.

Preliminarmente sobre as afirmações, temos: a afirmação I está em conformidade com o art. 86, que prevê: “A vitaliciedade somente será alcançada após dois anos de efetivo exercício.” e art. 150: “Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e gozam das seguintes garantias: I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado”; a afirmação II está em conformidade com o art. 168, que prevê: “Prescreverá: III - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.”; a afirmação III está em conformidade com o art. 152, vejamos: “Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, além de outras previstas nas Constituições Federal e Estadual: II - não estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento, exceto se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público, ressalvadas as hipóteses constitucionais;” e a alternativa VI está em conformidade com o art. 164: “As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas: I - a de advertência, reservadamente e por escrito, nos casos de: a) desídia e negligência no exercício das funções; b) desobediência às determinações e instruções dos órgãos da administração superior do Ministério Público; c) prática de ato reprovável;”. Já as seguintes afirmativas encontram-se em desconformidade com os ditames legais: afirmativa IV, por contrariar o art. 164: “As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas: (...) § 1º A suspensão importa, enquanto durar, na perda do subsídio e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada a sua conversão em multa e não podendo ter início durante o gozo de férias ou licença.”; a afirmativa V, que contraria o art. 155: “Os membros do Ministério Público devem exercer suas funções com zelo e probidade, observando o decoro pessoal, as normas que regem a sua atividade e, especialmente: (...) III - indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal;” e a afirmativa VII, que contraria o art. 134: “Conceder-se-á licença. (...) § 1º O membro do Ministério Público licenciado não poderá exercer qualquer de suas funções, ou outra de natureza pública ou particular.”

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a afirmação V está errada, conforme acima explicitado.

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a afirmação V está errada, conforme acima explicitado, enquanto a afirmação VI está correta e em conformidade com o art. 164: “As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas: I - a de advertência, reservadamente e por escrito, nos casos de: a) desídia e negligência no exercício das funções; b) desobediência às determinações e instruções dos órgãos da administração superior do Ministério Público; c) prática de ato reprovável;”.

A alternativa C está correta, tendo em vista que, conforme acima explicitado, as afirmações IV, V e VII são incorretas.

A alternativa D está incorreta, pois as afirmações I, II, III e VI estão corretas, conforme demonstrado.

A alternativa E está incorreta, pois a afirmação IV está errada, conforme demonstrado.

QUESTÃO 20. Com base nas disposições da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e da Lei Complementar Estadual nº 85/1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), analise as assertivas a seguir: I. O Procurador-Geral de Justiça, que é um órgão da Administração

Superior e de Execução do Ministério Público do Estado do Paraná, será escolhido pelo Governador do Estado para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução, observado o processo de lista tríplice.

II. O Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, é o órgão competente para fixar os critérios de distribuição de toda representação ou petição formulada ao Ministério Público entre os membros que tenham atribuições para apreciá-la.

III. Os Procuradores de Justiça podem officiar em feitos privativos do Procurador-Geral de Justiça junto aos Tribunais, desde que não configurem atos decisórios, sendo tal possibilidade condicionada à delegação expressa do Procurador-Geral de Justiça.

IV. Ao Colégio de Procuradores de Justiça, órgão da Administração Superior, compete elaborar seu Regimento Interno e, ainda, aprovar o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

V. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em sua função correcional, deve realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça e remeter o relatório respectivo ao Procurador-Geral de Justiça para ciência e providências.

VI. A Lei Complementar Estadual nº 85/1999 prevê que a criação de novas comarcas, seções judiciárias ou juízos perante os quais deva funcionar membro do Ministério Público, importa na criação automática do respectivo cargo de Promotor de Justiça.

VII. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público veda ao Procurador-Geral de Justiça delegar a membros do Ministério Público suas funções de órgão de execução, exceto se a delegação for destinada ao Subprocurador-Geral de Justiça.

Marque a opção que apresenta a correta avaliação das assertivas:

a) Apenas I, II e V são incorretas.

b) I, IV, V e VII são incorretas.

c) II, III e VI são incorretas.

d) III, IV, V e VII são corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre disposições da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e da Lei Complementar Estadual nº 85/1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná).

Vejamos preliminarmente as afirmações apresentadas. A afirmação I contraria o art. 10 da Lei nº 8.625/1993: “O Procurador-Geral de Justiça será escolhido pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, indicados em lista tríplice, elaborada na forma desta lei, por todos os seus membros, para mandato de dois

anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.”; a afirmação II está correta, conforme o art. 21 da Lei nº 8.625: “A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Colégio de Procuradores, que visem à distribuição eqüitativa dos processos por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie dos feitos.”; a afirmativa III está correta e em conformidade do art. 31 da Lei nº 8.625: “Cabe aos Procuradores de Justiça exercer as atribuições junto aos Tribunais, desde que não cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, e inclusive por delegação deste.” A afirmativa IV está incorreta, tendo em vista que não está entre as competências do Colégio de Procuradores aprovar o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público; a afirmativa V está incorreta, pois contraria o art. 17 da Lei nº 8.625: “A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições: (...) II - realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça;” a afirmação VI está correta, pois em conformidade com o art. 55 da LC nº 85/99: “A criação de novas comarcas, seções judiciárias ou juízos perante os quais deva funcionar membro do Ministério Público, importará na criação automática do respectivo cargo de Promotor de Justiça.”; e, por fim, a afirmação VII está incorreta, pois contraria o art. 29, da Lei nº 8.625, que prevê: “Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça: (...) IX - delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.” Dito isso, vejamos as alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois a afirmação II está correta.

A alternativa B está correta, pois, de fato, as I, IV, V e VII são incorretas.

A alternativa C está incorreta, pois as afirmações II, III e VI são corretas.

A alternativa D está incorreta, pois as afirmações III, IV, V e VII estão incorretas.

A alternativa E está incorreta, pois há afirmativas incorretas apresentadas no enunciado, conforme acima explicitado.

QUESTÃO 21. Utilizando como fundamento a legislação de regência das ações de controle de constitucionalidade julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) No julgamento de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade, a declaração da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada depende da manifestação de 2/3 (dois terços) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) Para que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, é necessária a presença de, pelo menos, seis Ministros na sessão de julgamento.

c) A concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão exige, obrigatoriamente, a manifestação prévia do Procurador-Geral da República, no prazo de 5 (cinco) dias.

d) Em ação direta de inconstitucionalidade, é inviável, em razão das especificidades do rito e do caráter abstrato dessa ação constitucional, a designação de perito ou comissão de peritos para esclarecer matéria ou circunstância de fato.

e) A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, em interpretação do art. 1º, caput e parágrafo único, da Lei nº 9.882/1999, admite o cabimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver, concomitantemente, violação generalizada de direitos humanos, omissão estrutural dos três poderes e a necessidade de solução complexa que exija a participação de todos os poderes.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o conhecimento sobre as regras processuais das ações de controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. O quórum para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em ADI e ADC não é de 2/3, mas sim de maioria absoluta dos membros do Tribunal, o que corresponde a 6 (seis) Ministros. O quórum de 2/3 é exigido para a modulação dos efeitos da decisão. Veja a literalidade da Lei nº 9.868/1999: "Art. 23. Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis Ministros, quer se encontrem presentes à sessão todos os integrantes do Tribunal, quer não."

A alternativa B está incorreta. O quórum mínimo de presença para que o STF possa deliberar em sede de controle concentrado de constitucionalidade é de 8 (oito) Ministros, e não seis. Veja a literalidade da Lei nº 9.868/1999: "Art. 22. A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes à sessão pelo menos oito Ministros."

A alternativa C está incorreta. A manifestação prévia do Procurador-Geral da República para a concessão de medida cautelar em ADO é facultativa, e não obrigatória. O relator *poderá* ouvi-lo, a seu critério, em caso de urgência e relevância. Veja a literalidade da Lei nº 9.868/1999, aplicável à ADO: "Art. 12-F. [...] § 2º O relator poderá, em caso de urgência e relevância da matéria, ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo de 5 (cinco) dias."

A alternativa D está incorreta. A designação de peritos ou a realização de audiências públicas para esclarecer questões de fato são instrumentos perfeitamente viáveis e previstos na lei que rege a ADI, mesmo sendo uma ação de caráter abstrato. Veja a literalidade da Lei nº 9.868/1999: "Art. 9º [...] § 1º Em caso de necessidade, o relator poderá requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão ou, ainda, fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria."

A alternativa E está correta. A alternativa descreve com precisão a doutrina do "Estado de Coisas Inconstitucional" (ECI), reconhecida pelo STF no julgamento da ADPF 347, que tratou da crise do sistema carcerário brasileiro. A Corte entendeu que a ADPF é o instrumento cabível para enfrentar quadros de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrentes de falhas estruturais dos Poderes Públicos, e que exigem soluções complexas e dialógicas. Veja a literalidade da Lei nº 9.882/1999: "Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.". No mesmo sentido, o STF versa: ADPF 347 MC-Ref — Publicado em 19/05/2016. O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro impõe a adoção de providências estruturais. A violação massiva de direitos fundamentais e a inércia ou incapacidade reiterada das

autoridades públicas em modificar a conjuntura exigem a atuação do Poder Judiciário em caráter mais proativo.

QUESTÃO 22. A respeito da intervenção federal nos estados e da intervenção estadual nos municípios, assinale a alternativa correta:

a) Em observância ao princípio federativo e à autonomia de auto-organização dos Estados-Membros, o rol de hipóteses de intervenção estadual em Municípios, previsto na Constituição Federal, possui natureza exemplificativa, sendo possível ao constituinte estadual prever hipóteses adicionais que visem a assegurar o cumprimento de preceitos da própria Constituição Estadual.

b) O rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previstos no inc. VII do art. 34 da Constituição Federal deve ser obrigatoriamente reproduzido no texto da Constituição Estadual, o que constitui condição para a intervenção do Estado em seus Municípios.

c) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, obrigatoriamente, nomeará o interventor, será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

d) A inobservância, por parte de um Estado-Membro, da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino ou nas ações e serviços públicos de saúde constitui hipótese de intervenção federal que, por configurar violação a princípio constitucional sensível, depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, cuja propositura é de atribuição exclusiva do Procurador-Geral da República.

e) A intervenção do Estado em Município é constitucionalmente autorizada quando este deixa de pagar dívida fundada, por mais de um ano consecutivo, independentemente da comprovação de motivo de força maior, ou, ainda, quando o chefe do Poder Executivo tiver suas contas anuais rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão aborda o conhecimento sobre as complexas regras constitucionais sobre a intervenção federal e estadual.

A alternativa A está incorreta. O rol de hipóteses de intervenção estadual em Municípios é taxativo, e não exemplificativo. O STF já firmou o entendimento de que o constituinte estadual não pode ampliar essas hipóteses, sob pena de violação da autonomia municipal. Veja a literalidade da CF: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.". No mesmo sentido, o STF versa: ADI 6616 — Publicado em 05/05/2021. Na intervenção estadual, as hipóteses excepcionais pelas quais é permitida a supressão da autonomia municipal estão taxativa e exaustivamente previstas no art. 35 da

Constituição da República, sem possibilidade de alteração pelo legislador constituinte estadual para ampliá-las ou reduzi-las.

A alternativa B está incorreta. Embora os princípios sensíveis sejam de observância obrigatória, o STF entende que não é necessária a sua reprodução literal no texto da Constituição Estadual como condição para a intervenção, pois eles já vinculam os Estados por força da própria Constituição Federal. Veja a literalidade da CF: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: [...] VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.". No mesmo sentido, o STF versa: ADI 7369 — Publicado em 08/08/2024. É de observância obrigatória pelos Estados o rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previstos no inc. VII do art. 34 da Constituição da República, sendo desnecessária a reprodução literal na Constituição estadual como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus Municípios.

A alternativa C está incorreta. O prazo para submissão do decreto de intervenção ao Poder Legislativo correspondente é de 24 (vinte e quatro) horas, e não 48 horas. Veja a literalidade da CF: "Art. 36, § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas."

A alternativa D está correta. A alternativa descreve perfeitamente o procedimento para a intervenção federal em caso de violação de um princípio constitucional sensível. A não aplicação do mínimo exigido em saúde e educação é uma das hipóteses que enseja a modalidade de intervenção provocada por representação do Procurador-Geral da República, com julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Veja a literalidade da CF: "Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: [...] VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: [...] e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde." e "Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: [...] III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal."

A alternativa E está incorreta. A alternativa contém dois erros. Primeiro, a intervenção por não pagamento de dívida fundada só é cabível após dois anos consecutivos, e não um, com ressalva para motivo de força maior. Segundo, a rejeição de contas não é, por si só, uma hipótese constitucional de intervenção. Veja a literalidade da CF: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;"

QUESTÃO 23. Com fundamento na Constituição Federal e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal a respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

a) O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito fundamental à informação.

b) O Supremo Tribunal Federal, embora reafirmando a publicidade como regra, estabeleceu que o sigilo em processos sancionadores de agências reguladoras é constitucionalmente válido quando visar à proteção do interesse público ou à estabilidade econômica do mercado regulado, interesses estes que se equiparam, por interpretação teleológica, à segurança da sociedade.

c) Os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência somente podem fornecer dados e conhecimentos específicos à ABIN quando comprovado o interesse público da medida e desde que a solicitação seja devidamente motivada, viabilizando eventual controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

d) O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse coletivo, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que rege a matéria, não sendo necessária a intermediação da respectiva casa legislativa.

e) A interrupção abrupta da coleta e divulgação integral de dados epidemiológicos imprescindíveis ao enfrentamento de emergência sanitária configura ofensa direta ao princípio da publicidade e ao dever de transparência, os quais atuam como instrumentos indispensáveis à efetivação concreta do direito fundamental à saúde pública.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B. A questão aborda o conhecimento sobre o direito fundamental à publicidade e ao acesso à informação, bem como suas exceções.

A alternativa A está correta. O princípio da publicidade é a regra na Administração Pública. Qualquer ato que restrinja essa publicidade é excepcional e deve ser devidamente fundamentado, indicando de forma clara e específica qual interesse público justifica o sigilo. Atos que impõem sigilo de forma genérica, sem motivação concreta, são nulos por violarem diretamente a Constituição. Veja a literalidade da CF: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]".

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa contraria frontalmente a jurisprudência do STF. No julgamento da ADI 5.371, a Corte declarou inconstitucional uma lei que previa o sigilo como regra nos processos administrativos sancionadores de agências reguladoras (ANTT e ANTAQ). O STF reafirmou que a publicidade é a regra e que o sigilo só é admitido em situações excepcionais, previstas na própria Constituição: imprescindibilidade à segurança do Estado e da sociedade ou proteção à intimidade e vida privada. A alegação genérica de "proteção do interesse público" ou "estabilidade econômica" não foi considerada uma justificativa válida para criar uma regra geral de sigilo, sendo, portanto, inconstitucional. No mesmo sentido, o STF versa: ADI 5371 — Publicado em 31/03/2022. Os processos administrativos sancionadores instaurados por agências reguladoras contra concessionárias de serviço público devem obedecer ao princípio da publicidade durante toda a sua tramitação, ressalvados eventuais atos que se enquadrem nas hipóteses de sigilo previstas em lei e na Constituição.

A alternativa C está correta. A Lei nº 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, estabelece que o fornecimento de dados e conhecimentos por órgãos do sistema à ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) depende da comprovação do interesse público e de solicitação devidamente motivada. Essa

exigência de motivação é o que permite o controle de legalidade do ato pelo Poder Judiciário, caso seja provocado. Veja a literalidade da Lei nº 9.883/1999: "Art. 4º O fornecimento de dados e conhecimentos específicos por órgãos e entidades do Sistema Brasileiro de Inteligência à ABIN, para fins de integração, será realizado mediante solicitação, comprovado o interesse público."

A alternativa D está correta. O STF, no julgamento do RE 865.401 (Tema 832 de Repercussão Geral), decidiu que o parlamentar, na sua condição de cidadão, pode exercer diretamente o direito de acesso à informação previsto na Constituição, não sendo necessário que o pedido seja feito por intermédio da Mesa Diretora da respectiva casa legislativa. O direito de acesso à informação é um direito fundamental de todo cidadão, e o parlamentar não perde essa condição ao assumir o mandato. No mesmo sentido, o STF versa: RE 865401 — Publicado em 19/10/2018. O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.

A alternativa E está correta. No contexto da pandemia de COVID-19, o STF foi provocado a se manifestar sobre a interrupção da divulgação de dados epidemiológicos pelo governo federal. Na ADPF 690, a Corte decidiu que tal ato configurava uma violação grave ao princípio da publicidade e ao direito de acesso à informação, que são essenciais para a formulação de políticas públicas e para o controle social, impactando diretamente a efetividade do direito à saúde. Veja a literalidade da CF: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.". No mesmo sentido, o STF versa: ADPF 690 MC-Ref — Publicado em 18/12/2020. Omissão do Ministério da Saúde na coleta, processamento e divulgação dos dados epidemiológicos relativos à pandemia do coronavírus. Violação a preceitos fundamentais, como o acesso à informação, o princípio da publicidade e o direito à saúde. O Poder Público tem o dever de registrar, consolidar e divulgar, de forma clara e transparente, os dados necessários à execução de políticas públicas de enfrentamento da pandemia.

QUESTÃO 24. Na doutrina acerca dos limites às restrições dos direitos fundamentais, a teoria do núcleo essencial desempenha papel central como barreira à atuação estatal. Com base na posição majoritária na doutrina constitucional contemporânea sobre a colisão de direitos, assinale a alternativa correta sobre a definição e a operabilidade do núcleo essencial dos direitos fundamentais.

a) A teoria absoluta do núcleo essencial defende que a proteção da dignidade humana exige a definição concreta da parcela intocável de cada direito, razão pela qual o núcleo essencial se confunde com o próprio princípio da proporcionalidade, sendo impossível sua determinação prévia pelo legislador.

b) De acordo com a teoria relativa, o núcleo essencial é definido como uma barreira abstrata e apriorística, imune à ponderação, de modo que qualquer medida legislativa ou judicial que afete essa esfera mínima será inconstitucional, independentemente da justificação apresentada.

c) A teoria relativa sustenta que o núcleo essencial não é uma medida fixada prévia e abstratamente, mas sim o resultado final do processo de ponderação (proporcionalidade); assim, a garantia do núcleo essencial traduz-se no dever de justificação adequada para a restrição, admitindo-se que, em casos concretos, um direito possa sofrer restrições intensas para ceder passo a outro valor constitucional prevalente.

d) No plano objetivo, a atuação do legislador é livre para estabelecer hierarquias fixas entre direitos fundamentais — como a prevalência do direito à intimidade sobre o direito à informação —, não cabendo

ao Judiciário decidir sobre a constitucionalidade da ponderação abstrata de direitos fundamentais conflitantes realizada pelo legislador.

e) A teoria relativa da proteção ao núcleo essencial dos direitos fundamentais rejeita a aplicação do princípio da proporcionalidade na definição do núcleo essencial, argumentando que a ponderação é um método subjetivo que gera insegurança jurídica, devendo prevalecer a taxatividade das restrições constitucionais expressas (reservas legais qualificadas).

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda as diferentes concepções sobre o núcleo essencial dos direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. A descrição apresentada corresponde, na verdade, à teoria relativa, e não à absoluta. A teoria absoluta, ao contrário, defende que o núcleo essencial é uma esfera predeterminada e abstrata de cada direito, que não pode ser tocada em nenhuma hipótese, independentemente da ponderação com outros valores. A confusão entre as teorias torna a alternativa incorreta.

A alternativa B está incorreta. A alternativa descreve a teoria absoluta do núcleo essencial, mas a atribui à teoria relativa. A teoria absoluta é que concebe o núcleo como uma barreira "abstrata e apriorística, imune à ponderação". A teoria relativa, por sua vez, entende que o núcleo é definido caso a caso, por meio da ponderação. A troca de conceitos invalida a afirmativa.

A alternativa C está correta. Esta alternativa descreve com precisão a teoria relativa do núcleo essencial, que é a concepção majoritariamente adotada pela doutrina e pela jurisprudência, inclusive pelo STF. Segundo essa teoria, o núcleo essencial não é um conteúdo fixo e predefinido, mas sim o resultado da aplicação do princípio da proporcionalidade em um caso concreto. A restrição a um direito fundamental só é legítima se for proporcional (adequada, necessária e proporcional em sentido estrito). Portanto, a proteção do núcleo essencial se materializa na exigência de uma justificação robusta para qualquer restrição, sendo o resultado da ponderação entre os direitos e valores em colisão.

A alternativa D está incorreta. O legislador não possui liberdade para estabelecer hierarquias fixas e abstratas entre direitos fundamentais. A doutrina e a jurisprudência majoritárias entendem que não há hierarquia *a priori* entre normas constitucionais de direitos fundamentais. A prevalência de um direito sobre outro deve ser determinada no caso concreto, por meio da ponderação. O Poder Judiciário tem o dever de controlar a constitucionalidade das leis que restringem direitos, avaliando se a ponderação realizada pelo legislador foi adequada e proporcional.

A alternativa E está incorreta. A alternativa apresenta uma contradição fundamental. A teoria relativa, ao contrário do que se afirma, baseia-se inteiramente na aplicação do princípio da proporcionalidade para definir o alcance da proteção de um direito em um caso concreto. É justamente a ponderação que permite determinar se uma restrição atingiu ou não o núcleo essencial. Rejeitar a proporcionalidade seria adotar uma visão absolutista, o que é o oposto do que a teoria relativa propõe.

FONTE – LDI – CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL PARA CARREIRAS JURÍDICAS

QUESTÃO 25. Considerando a legislação infraconstitucional de regência dos remédios constitucionais e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) O mandado de injunção é a via processual adequada para sanar omissão legislativa relativa à ascensão funcional de militares, ainda que o direito alegado esteja previsto em norma infraconstitucional, como o Estatuto dos Militares, dada a força normativa dos direitos fundamentais.

b) Nos termos da Lei nº 12.016/2009 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se a intervenção de terceiros no rito do mandado de segurança, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, para garantir o contraditório ampliado.

c) A petição inicial do habeas data deve ser instruída com prova da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de 30 (trinta) dias sem decisão da autoridade administrativa, sob pena de indeferimento por falta de interesse de agir.

d) O Ministério Público detém legitimidade ativa para a impetração de mandado de segurança quando a medida visar à defesa de suas prerrogativas institucionais, como a estrita observância, pelos Tribunais de Justiça estaduais, da regra do quinto constitucional.

e) A superveniência de norma regulamentadora, após decisão transitada em julgado em mandado de injunção, produzirá, via de regra, efeitos ex tunc, alcançando os beneficiados pela decisão judicial, salvo se a nova norma for prejudicial aos seus interesses.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão aborda as regras processuais e os entendimentos jurisprudenciais aplicáveis aos principais remédios constitucionais.

A alternativa A está incorreta. O mandado de injunção destina-se a sanar a omissão de norma regulamentadora que inviabilize o exercício de direitos e liberdades previstos na Constituição. Se o direito à ascensão funcional está previsto apenas em norma infraconstitucional (como o Estatuto dos Militares), a via adequada não é o mandado de injunção, mas sim uma ação ordinária. Veja a literalidade da CF: “Art. 5º, LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;”.

A alternativa B está incorreta. O rito do mandado de segurança é célere e sumário, e, por essa razão, a jurisprudência consolidada e a doutrina majoritária entendem que ele não é compatível com a intervenção de terceiros nas modalidades previstas no Código de Processo Civil (como a assistência, a denúncia da lide ou o chamamento ao processo). A Lei nº 12.016/2009 não prevê tal possibilidade, e a sua aplicação subsidiária do CPC é restrita.

A alternativa C está incorreta. A alternativa erra o prazo legal. Para a impetração do habeas data, é necessário comprovar a recusa administrativa ou o decurso de prazo sem decisão. No entanto, a Lei nº 9.507/1997 estabelece o prazo de dez dias para a resposta sobre o acesso à informação e de quinze dias para a resposta sobre a retificação, e não 30 dias. Veja a literalidade da Lei nº 9.507/1997: “Art. 8º, Parágrafo único. A petição

inicial será instruída com prova: I - da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão; II - da recusa em fazer-se a retificação ou do decurso de mais de quinze dias, sem decisão;”.

A alternativa D está correta. O Ministério Público, embora não tenha legitimidade universal para impetrar mandado de segurança em defesa de qualquer direito, pode fazê-lo para a defesa de suas próprias prerrogativas institucionais. A correta observância da regra do quinto constitucional, que reserva vagas nos tribunais para membros do MP, é um exemplo clássico de prerrogativa institucional, cuja violação legitima a atuação do Parquet por meio do mandado de segurança. No mesmo sentido, o STF versa: “DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUNAL MILITAR ESTADUAL. QUINTO CONSTITUCIONAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da legitimidade do Ministério Público para impetrar mandado de segurança na defesa de suas prerrogativas institucionais. Precedentes. 2. A decisão proferida pelo Tribunal de origem está alinhada à jurisprudência desta Corte no sentido da importância da garantia da pluralidade na composição dos tribunais. Precedentes. 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível, na hipótese, condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e Súmula 512/STF). 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (STF - AgR ARE: 1150653 RS - RIO GRANDE DO SUL 0086405-15.2012.8.21.7000, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 27/09/2019, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-222 14-10-2019)

A alternativa E está incorreta. A alternativa inverte a regra legal. A Lei nº 13.300/2016 (Lei do Mandado de Injunção) estabelece que a norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex nunc* (não retroativos) em relação aos beneficiados pela decisão judicial, a menos que a nova norma seja mais favorável, caso em que poderá retroagir para beneficiá-los. Veja a literalidade da Lei nº 13.300/2016: “Art. 11. A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.”.

QUESTÃO 26. O estatuto dos parlamentares estaduais, previsto na Constituição do Estado do Paraná, estabelece um rígido sistema de incompatibilidades e impedimentos, visando assegurar a independência do Poder Legislativo e a moralidade administrativa. Tais vedações incidem em momentos distintos: algumas a partir da expedição do diploma e outras a partir da posse. Considerando estritamente o texto da Constituição Paranaense, assinale a alternativa correta:

a) Desde a expedição do diploma, é vedado ao parlamentar aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público.

b) A vedação para patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista incide já a partir da expedição do diploma, visando evitar o tráfico de influência desde a certificação da eleição.

c) Desde a posse, o Deputado Estadual não poderá firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, inexistindo exceções constitucionais a esse impedimento.

d) A proibição de ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público aplica-se imediatamente após a expedição do diploma, impedindo a diplomação de candidatos que se enquadrem nessa situação.

e) Desde a expedição do diploma, o Deputado Estadual não poderá ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo, devendo renunciar aos demais mandatos ou cargos efetivos imediatamente após a proclamação do resultado eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão aborda as regras de incompatibilidade dos Deputados Estaduais, conforme a Constituição do Estado do Paraná.

A alternativa A está correta. A alternativa descreve com exatidão uma das proibições que incidem sobre os parlamentares a partir da expedição do diploma. O texto corresponde diretamente à vedação de aceitar ou exercer cargos remunerados em entidades da administração indireta ou concessionárias. Veja a literalidade da Constituição do Estado do Paraná (CE/PR): “Art. 56. Os Deputados não poderão: I - desde a expedição do diploma: [...] b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis 'ad nutum', nas entidades constantes da alínea anterior;”.

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa está no momento em que a vedação passa a vigorar. A proibição de patrocinar causas contra entidades públicas ou paraestatais incide somente a partir da posse, e não da expedição do diploma. Veja a literalidade da CE/PR: “Art. 56. Os Deputados não poderão: [...] II - desde a posse: [...] c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, 'a';”.

A alternativa C está incorreta. A alternativa contém dois erros. Primeiro, a proibição de firmar ou manter contratos com o poder público incide desde a expedição do diploma, não desde a posse. Segundo, a própria Constituição estabelece uma exceção para essa regra: os contratos que obedecem a cláusulas uniformes (como um contrato de adesão para fornecimento de água ou luz). Veja a literalidade da CE/PR: “Art. 56. Os Deputados não poderão: I - desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;”.

A alternativa D está incorreta. A proibição de ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que tenha contrato com o poder público é uma incompatibilidade que se aplica a partir da posse, e não da expedição do diploma. Portanto, a situação não impede a diplomação, mas obriga o eleito a se desincompatibilizar antes de tomar posse. Veja a literalidade da CE/PR: “Art. 56. Os Deputados não poderão: [...] II - desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;”.

A alternativa E está incorreta. A vedação ao acúmulo de mandatos eletivos também é uma regra que se aplica a partir da posse, momento em que o parlamentar deve fazer a opção, caso ocupe outro cargo ou mandato. A proibição não incide desde a expedição do diploma. Veja a literalidade da CE/PR: “Art. 56. Os Deputados não poderão: [...] II - desde a posse: [...] d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.”.

QUESTÃO 27. À luz da Constituição do Estado do Paraná, no que tange aos crimes de responsabilidade imputáveis ao Governador do Estado, considere a tipificação dos atos que atentam contra a Constituição Federal e a Constituição Estadual. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das hipóteses expressas de crime de responsabilidade e a respectiva norma de regência para sua definição substantiva.

a) Constituem crimes de responsabilidade os atos que atentarem contra a existência do Estado do Paraná e a segurança interna do ente federativo, sendo tais infrações definidas por Lei Complementar Estadual.

b) São crimes de responsabilidade os atos que atentarem contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, devendo tais crimes ser os definidos em lei federal.

c) Configura crime de responsabilidade o ato que atentar contra a probidade na administração, cuja definição e o respectivo rito processual devem ser estabelecidos privativamente pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

d) É crime de responsabilidade o ato que atentar contra a lei orçamentária e o cumprimento das decisões administrativas dos Tribunais de Contas, nos termos definidos pela Constituição Estadual.

e) Os crimes de responsabilidade compreendem os atos que atentarem contra a segurança interna do ente federativo estadual e o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, conforme tipificação prevista no Código Penal Brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda a disciplina dos crimes de responsabilidade do Governador, conforme a Constituição do Estado do Paraná.

A alternativa A está incorreta. Embora os atos mencionados sejam hipóteses de crime de responsabilidade, a norma que os define não é uma Lei Complementar Estadual. A competência para legislar sobre crimes de responsabilidade e estabelecer as normas de processo e julgamento é privativa da União, conforme determina a Constituição Federal e a própria Constituição do Paraná. Veja a literalidade da Constituição do Estado do Paraná (CE/PR): “Art. 86. [...] Parágrafo único. Estes crimes serão definidos em lei federal especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.”

A alternativa B está correta. A alternativa descreve com precisão uma das hipóteses de crime de responsabilidade previstas na Constituição Estadual e aponta corretamente a fonte normativa para sua definição. A Constituição do Paraná elenca o atentado contra o livre exercício dos Poderes como crime de responsabilidade e remete a sua definição à lei federal, em harmonia com a repartição de competências da Constituição Federal. Veja a literalidade da CE/PR: “Art. 86. São crimes de responsabilidade do Governador do Estado os atos que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado e, especialmente, contra: [...] II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais dos Municípios; [...] Parágrafo único. Estes crimes serão definidos em lei federal especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.”

A alternativa C está incorreta. O erro está em atribuir ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa a competência para definir o crime e o rito processual. O Regimento Interno disciplina o procedimento interno do julgamento na casa legislativa, mas a definição do crime e as normas gerais do processo são matéria de

lei federal especial (Lei nº 1.079/1950), conforme determina a Constituição Federal. Veja a literalidade da CF: “Art. 85. [...] Parágrafo único. Esses crimes, definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento, serão admitidos à Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.”

A alternativa D está incorreta. A Constituição Estadual não define os crimes de responsabilidade; ela apenas os enuncia, remetendo a definição à lei federal. Além disso, a Constituição do Paraná, em seu art. 86, VII, menciona o atentado contra "o cumprimento das leis e das decisões judiciais", e não "decisões administrativas dos Tribunais de Contas", o que torna a descrição da conduta imprecisa. Veja a literalidade da CE/PR: “Art. 86. [...] Parágrafo único. Estes crimes serão definidos em lei federal especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.”

A alternativa E está incorreta. A tipificação dos crimes de responsabilidade não se encontra no Código Penal. Crimes de responsabilidade são infrações de natureza político-administrativa, processadas e julgadas por um rito próprio, e suas sanções são a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de função pública. A sua definição está em lei federal especial (Lei nº 1.079/1950), e não na legislação penal comum, que trata dos crimes comuns. Veja a literalidade da CF: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;”.

QUESTÃO 28. Com fundamento nas disposições da Constituição Federal acerca das competências recursais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa incorreta.

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o crime político.

b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D. A questão aborda as competências recursais ordinárias do STF e do STJ.

A alternativa A está correta. A Constituição Federal atribui expressamente ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar, em sede de recurso ordinário, o crime político. Veja a literalidade da CF: “Art. 102.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...] II - julgar, em recurso ordinário: [...] b) o crime político;”.

A alternativa B está correta. A alternativa descreve de forma precisa a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar recursos ordinários em habeas corpus denegados por tribunais de segunda instância. Veja a literalidade da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: [...] II - julgar, em recurso ordinário: a) os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;”.

A alternativa C está correta. A alternativa reproduz fielmente a competência recursal ordinária do STF para julgar os *writs* constitucionais quando decididos em única instância e denegados pelos Tribunais Superiores. Veja a literalidade da CF: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...] II - julgar, em recurso ordinário: a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;”.

A alternativa D está incorreta. O erro da alternativa está na inclusão da expressão "ou última instância". A competência do STJ para julgar recurso ordinário em mandado de segurança se restringe às decisões denegatórias proferidas em única instância pelos tribunais locais, diferentemente do que ocorre com o habeas corpus (visto na alternativa B). Veja a literalidade da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: [...] II - julgar, em recurso ordinário: [...] b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;”.

A alternativa E está correta. A alternativa descreve corretamente a competência do STJ para julgar, em recurso ordinário, as causas que envolvem Estados estrangeiros ou organismos internacionais contra Municípios ou pessoas residentes no Brasil, cuja competência originária é dos juízes federais (Art. 109, II, da CF). Veja a literalidade da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: [...] II - julgar, em recurso ordinário: [...] c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;”.

QUESTÃO 29. Tendo a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como parâmetros, e atentando-se, especificamente, às normas relativas à organização, às atribuições e ao estatuto do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

a) A iniciativa de lei complementar estadual que disponha sobre a organização, as atribuições e o estatuto do respectivo Ministério Público é concorrente entre o Governador do Estado e o Procurador-Geral de Justiça; contudo, padece de inconstitucionalidade formal a norma que, proposta pelo Chefe do Parquet, verse sobre matéria processual, por usurpação da competência legislativa da União.

b) O princípio da unidade do Ministério Público, consagrado no art. 127, § 1º, da Constituição Federal, abrange todos os ramos da instituição, razão pela qual a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a constitucionalidade da remoção por permuta entre membros de Ministérios Públicos de Estados diversos, desde que haja reciprocidade e equivalência de entrâncias.

c) Incorre em inconstitucionalidade formal e material a lei estadual que estabelece, como critério de desempate na promoção por antiguidade de membros do Ministério Público, o tempo de serviço na

Administração Pública estadual, federal ou municipal, uma vez que tal previsão extrapola as normas gerais fixadas pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e viola o princípio da isonomia, ao criar distinção indevida entre candidatos com tempo equivalente na carreira.

d) Embora a Constituição Federal atribua à União a competência para dispor sobre normas gerais de organização do Ministério Público, os Estados possuem competência para legislar sobre questões específicas relativas aos critérios de promoção e remoção na carreira. Desse modo, a criação de requisitos de desempate não previstos na Lei nº 8.625/1993 insere-se na competência legislativa suplementar, não havendo óbice para a valorização do tempo de serviço público pretérito.

e) A inconstitucionalidade de lei estadual de iniciativa do chefe do Poder Executivo que altere atribuições do Ministério Público local pode ser sanada se houver sanção posterior do Governador, desde que a norma não implique aumento de despesa e vise a aprimorar o combate à improbidade administrativa, em homenagem ao princípio da eficiência.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda temas centrais da organização do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. O erro da alternativa está em afirmar que a iniciativa para a lei orgânica do MP estadual é "concorrente". A jurisprudência do STF, em respeito à autonomia da instituição, consolidou o entendimento de que a iniciativa para propor leis sobre a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público é privativa do respectivo Procurador-Geral de Justiça. Veja a literalidade da CF: "Art. 128, § 5º. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público [...]"

A alternativa B está incorreta. O princípio da unidade não unifica todos os MPs do país em uma única instituição nacional. Ele se aplica no âmbito de cada Ministério Público. Por essa razão, o STF considera inconstitucional a remoção por permuta entre membros de Ministérios Públicos de estados distintos, por entender que tal prática viola a regra do concurso público. Veja a literalidade da CF: "Art. 127, § 1º. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional."; "Art. 129, § 3º. O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação."; ADI 3.708: "A remoção por permuta entre membros do Ministério Público de Estados diversos é inconstitucional, por configurar burla à exigência de concurso público de provas e títulos para o ingresso na carreira (art. 129, § 3º, da CF)."

A alternativa C está correta. A criação de um critério de desempate para promoção por antiguidade que valoriza tempo de serviço fora da carreira do Ministério Público é inconstitucional. Formalmente, extrapola as normas gerais da Lei Orgânica Nacional do MP. Materialmente, viola o princípio da isonomia, pois cria uma distinção injustificada entre membros com o mesmo tempo de serviço na carreira. No mesmo sentido, o STF versa: ADI 3.573: "É inconstitucional a fixação de critério de desempate para a promoção por antiguidade na carreira do Ministério Público que confira valor a tempo de serviço público estranho à carreira. A antiguidade há de ser apurada estritamente no cargo."

A alternativa D está incorreta. Embora os Estados possuam competência suplementar, ela não pode ser exercida para contrariar as normas gerais federais ou para violar princípios constitucionais. A criação de um critério de desempate não previsto na lei geral federal (Lei nº 8.625/1993) e que viola a isonomia extrapola a competência suplementar do Estado. Veja a literalidade da CF: “Art. 24, § 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. [...] § 4º. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

A alternativa E está incorreta. O vício de iniciativa em matéria de competência exclusiva, como a organização do Ministério Público, é insanável. A sanção posterior do Governador não tem o poder de convalidar um ato que nasceu com um vício de origem, pois a prerrogativa de iniciar o processo legislativo foi usurpada. No mesmo sentido, o STF versa: Súmula 5 " A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo."

QUESTÃO 30. Com fundamento na disciplina constitucional das medidas provisórias e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal acerca do controle jurisdicional, dos limites materiais e do trâmite legislativo de tais atos normativos, assinale a alternativa incorreta.

a) Viola o princípio democrático e o devido processo legislativo a prática da inserção, mediante emenda parlamentar no processo de conversão de medida provisória em lei, de matérias de conteúdo temático estranho ao objeto originário da medida provisória.

b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite o controle de constitucionalidade de medida provisória quando comprovado abuso da competência normativa do Chefe do Executivo, notadamente pela ausência dos requisitos de relevância e urgência, bem como quando a edição do ato normativo recair sobre matéria reservada a lei complementar.

c) A medida provisória, por seu caráter transitório e precário, não opera a revogação definitiva da lei anterior com ela incompatível, mas apenas a suspensão de sua eficácia no ordenamento jurídico. Desse modo, caso a medida provisória seja rejeitada ou perca a eficácia, a legislação anterior volta a produzir efeitos.

d) As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 do art. 62 da Constituição Federal, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

e) Se a medida provisória não for apreciada em até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, sobrestando-se todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando, inclusive a votação de propostas de emenda à Constituição e projetos de lei complementar, dada a urgência inerente às matérias tratadas por meio de medida provisória.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda a disciplina constitucional das medidas provisórias.

A alternativa A está correta. A afirmação descreve a proibição do chamado "contrabando legislativo". O STF, no julgamento da ADI 5.127, firmou a tese de que a inserção de emendas sem pertinência temática com o objeto original da Medida Provisória é inconstitucional por violar o devido processo legislativo. No mesmo

sentido, o STF versa: ADI 5.127: "Viola a Constituição da República, notadamente o princípio democrático e o devido processo legislativo (arts. 1º, caput, 2º, caput, 5º, LIV, e 62), a prática da inserção, mediante emenda parlamentar no projeto de lei de conversão de medida provisória, de matérias de conteúdo temático estranho ao objeto originário da medida provisória."

A alternativa B está correta. A jurisprudência do STF, embora considere a análise dos requisitos de relevância e urgência uma prerrogativa do Chefe do Executivo, admite o controle judicial de forma excepcional, quando há abuso evidente. O controle sobre os limites materiais (como a vedação de MP sobre matéria de lei complementar) também é exercido pela Corte. Veja a literalidade da CF: "Art. 62, § 1º. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: [...] III - reservada a lei complementar;"

A alternativa C está correta. A jurisprudência do STF é consolidada no sentido de que a Medida Provisória, por sua natureza transitória, não revoga a lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos. Caso a MP seja rejeitada ou perca sua eficácia, a norma anterior volta a vigor automaticamente (efeito repristinatório tácito). No mesmo sentido, o STF versa: ADI 221 MC/DF: "A medida provisória (...) não tem, em nosso sistema jurídico, a força de revogar, mas, tão-somente, a de suspender a eficácia das leis ordinárias com ela mesma incompatíveis. A rejeição da medida provisória, ou a sua não-conversão em lei, opera a restauração plena da eficácia das leis que haviam sido por ela suspensas em seu campo de aplicabilidade. Trata-se do fenômeno da repristinação tácita."

A alternativa D está correta. A alternativa é uma paráfrase do texto constitucional, descrevendo o que ocorre quando uma MP não é convertida em lei. Ela perde sua eficácia desde a edição (*ex tunc*), e cabe ao Congresso Nacional regular as relações jurídicas constituídas durante sua vigência. Veja a literalidade da CF: "Art. 62, § 3º. As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes."

A alternativa E está incorreta. O erro da alternativa está em afirmar que o regime de urgência da MP sobresta todas as demais deliberações. O próprio texto constitucional estabelece uma exceção a esse bloqueio de pauta, que a alternativa ignora. Veja a literalidade da CF: "Art. 62, § 6º. Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando, com exceção daquelas que tenham prazo constitucional determinado."

QUESTÃO 31. O Município de "Delta", visando a organizar o tráfego urbano e garantir o sossego público em áreas mistas (residenciais e comerciais), editou a Lei Municipal nº 1.234/2024. O diploma normativo fixou o horário de funcionamento do comércio local, restringindo a abertura de lojas de rua aos dias úteis, das 08h às 18h, e aos sábados, das 08h às 13h. A Associação Comercial local ajuizou mandado de injunção coletivo, para proteger o direito de seus associados, alegando, incidentalmente, a inconstitucionalidade da norma por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, previstos no art. 170 da Constituição Federal, bem como usurpação de competência da União para legislar sobre Direito do Trabalho. Com fundamento nesse contexto, assinale a alternativa correta.

a) A lei municipal é inconstitucional, pois a Constituição Federal assegura o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei federal.

b) A norma é constitucional, visto que compete ao Município fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, com base no interesse local, não havendo violação aos princípios da ordem econômica.

c) A lei padece de inconstitucionalidade formal, uma vez que a definição de horários de funcionamento impacta a jornada de trabalho dos empregados, matéria de competência legislativa privativa da União.

d) A lei é inconstitucional, pois, embora o Município tenha competência para legislar sobre assuntos de interesse local, a restrição de horários comerciais configura intervenção indevida do Estado no domínio econômico, ferindo o núcleo essencial da livre iniciativa.

e) A lei seria constitucional apenas se houvesse lei complementar estadual autorizando os Municípios a legislar sobre questões específicas de comércio local, conforme preceitua o parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda a repartição de competências no federalismo brasileiro.

A alternativa A está incorreta. O princípio da livre iniciativa, previsto no Art. 170 da Constituição, não é absoluto. Ele deve ser exercido em harmonia com outros valores e princípios constitucionais, como a defesa do consumidor, a proteção do meio ambiente e, no caso, a organização da vida urbana e o bem-estar da coletividade. A competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local permite a imposição de limitações razoáveis ao exercício de atividades econômicas. Veja a literalidade da CF: "Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...] parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei; Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;".

A alternativa B está correta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica e sumulada no sentido de que a fixação do horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais é matéria de interesse local, inserindo-se, portanto, na competência legislativa dos Municípios. Tal regulação, baseada no poder de polícia administrativo para organizar a vida na cidade (trânsito, segurança, sossego), é considerada uma limitação compatível com os princípios da ordem econômica. No mesmo sentido, o STF versa: Súmula Vinculante 38: "É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial."

A alternativa C está incorreta. Embora a legislação sobre Direito do Trabalho seja de competência privativa da União, a lei municipal em questão não regula a jornada de trabalho ou o contrato de trabalho dos empregados. Ela regula a atividade do estabelecimento comercial. O impacto no horário de trabalho dos funcionários é uma consequência indireta e reflexa da norma administrativa, não configurando usurpação de competência. Veja a literalidade da CF: "Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;".

A alternativa D está incorreta. A restrição de horários não é considerada uma "intervenção indevida" que fira o "núcleo essencial" da livre iniciativa. Trata-se de um exercício regular do poder de polícia do Município, que busca conciliar o exercício da atividade econômica com outros interesses da coletividade, como o direito ao sossego e a organização do espaço urbano. A intervenção é considerada proporcional e justificada pelo interesse local. No mesmo sentido, o STF versa: Súmula Vinculante 38: "É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial."

A alternativa E está incorreta. A competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local é uma competência própria e direta, não dependendo de autorização de lei complementar estadual. O mecanismo do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal refere-se à possibilidade de a União, por lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de sua competência privativa, sendo um instituto inaplicável à relação entre Estado e Município nesse contexto. Veja a literalidade da CF: "Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; Art. 22. [...] Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo."

QUESTÃO 32. À luz da disciplina do art. 225 da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o meio ambiente, assinale a alternativa incorreta.

a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

b) O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras ou o estabelecimento de procedimento estadual que torne menos eficiente a proteção ambiental caracteriza violação do direito fundamental ao meio ambiente e afronta os princípios da prevenção, da precaução e da proibição de retrocesso socioambiental.

c) De acordo com a Constituição Federal, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que, cumulativamente, sejam manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial e sejam regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

d) A exploração de recursos minerais obriga o agente econômico responsável pela atividade extrativista a recuperar o meio ambiente degradado, devendo-se observar a solução técnica exigida pelo Poder Público, na forma da lei.

e) Embora a necessária preservação da ordem constitucional de proteção ao meio ambiente imponha determinados limites ao agir legislativo e administrativo, a definição de metas e ações de combate ao desmatamento insere-se na esfera da liberdade de conformação do Poder Executivo, sendo vedado ao Poder Judiciário rever a eficiência dessas ações, sob pena de violação à separação de poderes.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E. A questão aborda a disciplina do art. 225 da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o meio ambiente.

A alternativa A está correta. A afirmação descreve o princípio da tríplice responsabilidade ambiental, segundo o qual as esferas cíveis (reparar o dano), administrativa e penal são independentes e cumulativas. Trata-se de uma reprodução fiel do texto constitucional. No mesmo sentido, a Constituição Federal dispõe: “Art. 225, § 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

A alternativa B está correta. A assertiva reflete o princípio da proibição do retrocesso socioambiental, uma construção jurisprudencial do STF. Segundo esse princípio, uma vez atingido um determinado nível de proteção de um direito fundamental (como o meio ambiente), é inconstitucional a edição de atos normativos que o enfraqueçam ou suprimam sem a criação de medidas compensatórias ou mais eficientes. No mesmo sentido, o STF versa: “ADPF 760/DF: O princípio da proibição do retrocesso impede a supressão ou a diminuição do nível de proteção ambiental já alcançado, atuando como uma barreira contra a atuação do legislador ou do administrador que resulte em enfraquecimento das garantias ambientais.”

A alternativa C está correta. A alternativa descreve com exatidão a exceção à regra de proibição de crueldade contra animais, introduzida pela Emenda Constitucional nº 96/2017. A norma constitucionalizou práticas como a vaquejada, desde que atendidos os requisitos cumulativos de manifestação cultural registrada e regulamentação por lei que assegure o bem-estar animal. No mesmo sentido, a Constituição Federal dispõe: “Art. 225, § 7º. Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, [...] registradas como bem de natureza imaterial [...], devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.”

A alternativa D está correta. A obrigação de recuperar o meio ambiente degradado pela mineração é um dever imposto diretamente pela Constituição ao agente explorador, não se tratando de uma faculdade. No mesmo sentido, a Constituição Federal dispõe: “Art. 225, § 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.”

A alternativa E está incorreta. A afirmação contraria frontalmente a jurisprudência consolidada do STF. A Corte entende que, embora a formulação de políticas públicas seja, em regra, uma atribuição do Poder Executivo, o Poder Judiciário pode e deve intervir quando há omissão ou uma atuação claramente ineficiente que viole direitos fundamentais, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A alegação de violação à separação de poderes não serve como um escudo para justificar a inércia estatal e o descumprimento de deveres constitucionais. No mesmo sentido, o STF versa: “ADPF 760/DF: É dever do Poder Judiciário intervir para determinar a adoção de medidas concretas e eficazes de combate ao desmatamento quando verificada a omissão ou a falha grave do Poder Executivo na implementação de políticas públicas ambientais, não havendo que se falar em violação à separação de poderes, mas sim em garantia da força normativa da Constituição.”

QUESTÃO 33. Sobre os princípios da Administração Pública, com base na doutrina e na jurisprudência contemporâneas, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a celebração de contrato verbal com a Administração Pública é um ato nulo que, por violar a boa-fé objetiva, impede o particular de receber qualquer pagamento, mesmo que os serviços tenham sido efetivamente prestados.

b) O princípio do formalismo moderado autoriza a superação de formalidades excessivas no âmbito administrativo, permitindo, inclusive, a convalidação de contratos administrativos celebrados verbalmente, em nome da instrumentalidade das formas, desde que o objeto do contrato esteja em consonância com os princípios estruturantes da Administração.

c) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não viola o princípio da impessoalidade a norma estadual que excepciona da vedação ao nepotismo os servidores em exercício de cargo em comissão no momento da edição da lei que institui a proibição.

d) A celebração de contrato verbal com a Administração Pública, embora, em regra, acarrete a nulidade do ato por vício de forma, impõe ao ente público o dever de pagar pelos serviços efetivamente prestados, sob pena de enriquecimento sem causa, não podendo a Administração se valer da própria torpeza para se eximir da obrigação, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

e) O princípio da legalidade e o princípio da juridicidade são termos sinônimos no Direito Administrativo moderno, pois ambos exigem que o administrador público atue estritamente conforme a lei em sentido formal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre princípios da administração pública.

A alternativa A está incorreta. O ente público não pode se valer da própria torpeza para não pagar. Para a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na hipótese de contrato verbal sem licitação, o poder público tem a obrigação de indenizar a prestação de serviços, ainda que eles tenham sido subcontratados e realizados por terceiros, desde que haja provas da subcontratação e de que os serviços terceirizados tenham revertido em benefício da administração pública (REsp 2.045.450.).

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o princípio do formalismo não autoriza a convalidação de contratos administrativos celebrados verbalmente, pois a licitação e a forma escrita são requisitos de ordem pública e essenciais para a validade do ato. A nulidade do contrato verbal é insanável. Vejamos o art. 60, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93: "Art. 60, Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento."

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, para vedar comportamentos como os acima expostos que caracterizam nepotismo, o STF editou sua Súmula Vinculante 13. Vejamos: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

A alternativa D está correta. A jurisprudência do STJ está orientada no sentido de que, mesmo sendo nulo o contrato firmado sem licitação prévia, é devido o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, nos

termos do artigo 59 da Lei 8.666/1993, sob pena de enriquecimento ilícito da administração pública. O contrato verbal é, via de regra, nulo por violação à Lei de Licitações, que exige a forma escrita, especialmente para contratos de valores mais altos e com certas exceções de pequeno valor (REsp 2.045.450). No entanto, o princípio que veda o enriquecimento sem causa do ente público prevalece, impondo-lhe o dever de indenizar o particular pelos serviços de fato prestados ou obras executadas, sob pena de a Administração Pública se beneficiar de sua própria ilegalidade.

A alternativa E está incorreta. O administrador deve atuar em conformidade com todo o ordenamento jurídico, e não apenas com a lei em sentido formal. Na Administração Pública, a legalidade é rígida: "o administrador só pode fazer o que a lei permite", conforme o princípio da legalidade (art. 37, caput, CF). O Princípio da Juridicidade é um conceito mais amplo que abrange não apenas a submissão à lei formal, mas também a todo o bloco de legalidade ou bloco de juridicidade, incluindo a Constituição, os princípios gerais do Direito, os princípios específicos da Administração Pública, os regulamentos e a moralidade administrativa.

QUESTÃO 34. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no que tange às modalidades de licitação e à nulidade dos contratos, assinale a alternativa incorreta.

a) Na modalidade concurso, o edital indicará, entre outros pontos, a qualificação exigida dos participantes, as diretrizes e formas de apresentação do trabalho, bem como o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.

b) O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

c) Nos concursos destinados à elaboração de projeto, é imposta ao vencedor os deveres legais de ceder à Administração Pública todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e de autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

d) A declaração de nulidade do contrato administrativo tem efeitos retroativos, de modo a impedir os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituir os já produzidos.

e) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até doze meses, prorrogável

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre contratos de licitação, especificamente, a nulidade.

A alternativa A está incorreta. O art. 30 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que: Art. 30. O concurso observará as regras e condições previstas em edital, que indicará: I - a qualificação exigida dos participantes; II - as diretrizes e formas de apresentação do trabalho; III - as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor."

A alternativa B está incorreta. A descrição corresponde exatamente à definição e ao procedimento da modalidade diálogo competitivo, conforme o art. 6º, XLII da Lei nº 14.133/2021: “XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;”

A alternativa C está incorreta. O art. 30, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que: “Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos do art. 93 desta Lei, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 148 da Lei nº 14.133/2021: “Art. 148. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 desta Lei, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.”

A alternativa E está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o prazo máximo inicial permitido pela Lei é de 6 (seis) meses, prorrogável 1 (uma) única vez, sendo, nesse caso, totalizando até 12 meses. Vejamos: “§ 2º Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.”

QUESTÃO 35. A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Considerando as disposições do referido diploma legal acerca da abrangência, do procedimento de acesso e da classificação de informações, assinale a alternativa correta.

a) As entidades privadas sem fins lucrativos, ainda que recebam recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, não se submetem ao regime da Lei de Acesso à Informação, dada a natureza jurídica de direito privado de seus atos.

b) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, devendo o órgão ou entidade conceder o acesso imediato à informação disponível.

c) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, classificada como ultrassecreta em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, possui prazo máximo de restrição de acesso de 30 (trinta) anos.

d) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito pelo prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos, por se tratar de informações classificadas como ultrassecretas.

e) A competência para a classificação de informação no grau de ultrassecreto é exclusiva das autoridades máximas dos Poderes, sendo vedada a delegação dessa competência a outro agente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está incorreta. O art. 2º da LAI determina que as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público estão sujeitas à LAI, no que se refere à destinação desses recursos. Vejamos: “Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.”

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete o disposto no art. 10, § 1º: e o art. 11 da LAI: “§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público. Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. “

A alternativa C está incorreta. O art. 24, § 1º, I, da LAI estabelece que o prazo máximo de restrição para informações ultrassecreta é de 25 (vinte e cinco) anos. A saber: “§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;”

A alternativa D está incorreta. As informações pessoais têm um regime especial (art. 31, § 1º, I) e são restritas pelo prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da data de sua produção. Vejamos: “Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;”

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 27, § 1º, da LAI permite a delegação da competência para classificar informações como ultrassecretas, a saber: “§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.”

QUESTÃO 36. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

a) A motivação por referência (per relationem), consistente na declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, laudos ou propostas, é expressamente vedada pela Lei, que exige que a motivação seja explícita e elaborada pela própria autoridade com competência para decidir.

b) A decisão coordenada, aplicável a decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, poderá ser adotada quando for justificável pela relevância da matéria ou quando houver discordância que prejudique a celeridade do processo decisório.

c) Os atos administrativos que decidam recursos administrativos ou que dispensem processo licitatório exigem motivação obrigatória. Contudo, aqueles que importem a convalidação de ato administrativo anterior estão dispensados de motivação, por visarem à manutenção do ato.

d) O ato de delegação de competência é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante e deverá, obrigatoriamente, especificar, dentre outros requisitos, o recurso cabível contra as decisões adotadas pelo delegado.

e) As decisões adotadas por delegação, embora devam mencionar esta qualidade, devem ser consideradas, para todos os efeitos, editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre processo administrativo federal.

A alternativa A está incorreta. O art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999 expressamente admite a motivação per relationem, ao prever: “1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.”

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa está no número mínimo de participantes. Vejamos o que determina o art. 49-A: “Art. 49-A. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada [...]”

A alternativa C está incorreta. O Art. 50, VII, da LPA, exige motivação obrigatória para atos que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de outro ato. A saber: “Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.”

A alternativa D está correta. O ato de delegação é um ato discricionário e é, portanto, revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante. O Art. 14, §1º, da LPA impõe o dever de que o ato de delegação especifique, dentre outros requisitos, "o recurso cabível" contra as decisões adotadas pelo delegado. Vejamos: “Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial. § 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.”

A alternativa E está incorreta. Consoante o art. 14, §3º da LPA, o delegado é o agente responsável pela prática do ato, e não o delegante: “§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”

QUESTÃO 37. Nos termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e considerando a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, assinale a alternativa correta a respeito da responsabilização judicial da pessoa jurídica por atos lesivos contra a Administração Pública.

a) A dissolução compulsória da pessoa jurídica pode ser determinada judicialmente, desde que comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada, ainda que eventualmente, para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública.

b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a responsabilização civil com base na Lei Anticorrupção restringe-se a atos que envolvam corrupção em sentido estrito (arts. 317 e 333 do Código Penal), não alcançando condutas praticadas com o intuito de dificultar atividade de investigação ou de fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos.

c) O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação visando à aplicação de sanções contra pessoas jurídicas infratoras, como o perdimento de bens, a suspensão de atividades e a proibição de receber incentivos públicos, as quais poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

d) Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público com fundamento na Lei nº 12.846/2013, poderá ser requerida a aplicação das sanções administrativas previstas no art. 6º, independentemente da omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

e) Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público com fundamento na Lei nº 12.846/2013, caso seja constatada a omissão das autoridades competentes, o juiz poderá aplicar as sanções do art. 6º em substituição às sanções previstas no art. 19, haja vista a impossibilidade jurídica de dupla sanção decorrente do mesmo fato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre responsabilização por atos lesivos à administração pública.

A alternativa A está incorreta. A simples utilização "ainda que eventualmente" para facilitar a prática de atos ilícitos não é o único e suficiente critério para determinar a sanção mais grave de dissolução compulsória. O art. 19, §1º determina a comprovação da utilização da personalidade jurídica de forma HABITUAL: "§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado: I - ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos;"

A alternativa B está incorreta. O inciso V do Art. 5º inclui expressamente: "V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional." Portanto, a responsabilização alcança essas condutas.

A alternativa C está correta. Essa alternativa está em consonância com a jurisprudência do STJ (REsp 1233629/SP): "ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. ART. 11 DA LEI 8.429/1992. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. NOTIFICAÇÃO. DEFESA PRÉVIA. DISPENSA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ACÓRDÃO PROFERIDO COM BASE EM VASTO EXAME DE MATERIAL PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE QUE ADMITE CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. PENALIDADES APLICADAS. CORRETO JUÍZO DE PROPORCIONALIDADE. NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "C". 3. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública com o intuito de combater a prática da improbidade administrativa. Condutas ímprobas podem ser deduzidas em juízo por meio de Ação Civil Pública, não havendo incompatibilidade, mas perfeita harmonia, entre a Lei 7.347/1985 e a Lei

8.429/1992, respeitados os requisitos específicos desta última. Precedentes do STJ. O Ministério Público (MP), juntamente com a União, Estados e Municípios, tem legitimidade para propor a ação judicial para a aplicação dessas sanções dispostas no art. 19 da Lei nº 12.846/2013.

A alternativa D está incorreta. A Lei Anticorrupção estabelece uma separação de esferas (administrativa, civil/judicial e penal). Nesse sentido, o MP ajuíza a ação judicial para as sanções de natureza civil/judicial, vejamos: “Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 6º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.”

A alternativa E está incorreta. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, conforme assim estabelece o art. 18 da Lei nº 12.846/2013.

QUESTÃO 38. No âmbito do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é correto afirmar que:

a) Que ele incidirá, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, sobre operações de compra e venda de bens imóveis apenas quando não houver incidência do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis).

b) O IBS é de competência concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

c) O *Cashback* do IBS será realizado a pessoas físicas integrantes de famílias de baixa renda *per capita* de até meio salário-mínimo nacional, desde que residentes em território nacional e possuir inscrição regular no Cadastro de Pessoas Físicas.

d) O Regulamento do IBS será editado pelo Comitê Gestor em conjunto com o Poder Executivo da União.

e) O IBS, por se tratar de imposto que incide sobre operações onerosas com bens ou serviços, não incide sobre fornecimentos de brindes e bonificações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre Impostos sobre Bens e Serviços (IBS).

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 4º da LC 214/2025: “O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou com serviços. (...) § 2º Para fins do disposto neste artigo, considera-se operação onerosa com bens ou com serviços qualquer fornecimento com contraprestação, incluindo o decorrente de: I - compra e venda, troca ou permuta, dação em pagamento e demais espécies de alienação”. No mais, o que haverá é um redutor de ajuste, previsto no art. 258 da referida lei: “§ 6º Integram o redutor de ajuste relativo ao bem imóvel, na data do efetivo pagamento: I - o valor do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do laudêmio incidentes na aquisição do imóvel ao qual se refere o redutor de ajuste;”.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 1º da LC 214/2025: “Ficam instituídos: I - o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Municípios e Distrito Federal, de que trata o art. 156-A da Constituição Federal”. Note que a competência compartilhada mencionada não inclui a União. Portanto, alternativa incorreta.

A alternativa C está correta. A alternativa está em consonância com o art. 113 da LC 215/2025, que prevê que: “O destinatário das devoluções previstas neste Capítulo será aquele responsável por unidade familiar de família de baixa renda cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (...) e que observar, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - possuir renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo nacional; II - ser residente no território nacional; e III - possuir inscrição em situação regular no CPF”.

A alternativa D está incorreta. Essa competência não é atribuída ao Comitê Gestor. Segundo o art. 480 da LC 215/2025 que instituiu o comitê, trata-se de uma “entidade pública com caráter técnico e operacional sob regime especial”. Perciba que o Comitê Gestor tem competência de administrar o tributo e não de regulamentá-lo.

A alternativa E está incorreta. A afirmação confronta o que afirma o art. 5º da LC 215/2002: “o IBS e a CBS também incidem sobre as seguintes operações: (...) II - fornecimento de brindes e bonificações”.

QUESTÃO 39. No âmbito do direito constitucional tributário, é incorreto afirmar que:

a) As isenções previstas nos arts. 184, §5º e 195, §7º ambos da Constituição Federal têm a natureza de imunidade tributária, porque somente são consideradas isenções quando criadas por lei infraconstitucional.

b) São imunes a impostos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

c) É vedada a instituição de impostos pelos entes federativos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

d) O IBS deve observar apenas o art. 150, III, “c”, da Constituição Federal, não se sujeitando à anterioridade anual.

e) A incidência do ITCMD (Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação), nas hipóteses do art. 155, §1º, III da Constituição Federal não pode ser admitida enquanto não editada lei complementar, muito embora o Supremo Tribunal Federal tenha modulado os efeitos da decisão tomada no Recurso Extraordinário nº 851108, atribuindo eficácia *ex nunc*, “a contar da publicação do acórdão em questão, ressaltando as ações judiciais pendentes de conclusão até o mesmo momento, nas quais se discuta: (1) a qual estado o contribuinte deve efetuar o pagamento do ITCMD, considerando a ocorrência de bitributação; e (2) a validade da cobrança desse imposto, não tendo sido pago anteriormente”.

Comentários

A banca deu como gabarito a **letra A**. No entanto, entendemos que a questão é passível de recurso, com base nos fundamentos a seguir:

A alternativa A está correta. De fato, o art. 146 da Constituição Federal prevê que: “Cabe à lei complementar: (...) II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar”. Ademais, o art. 176 do CTN prevê que: “A

isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei”. Portanto, as matérias de isenção são regulamentadas por lei infraconstitucional, enquanto as imunidades estão previstas no texto constitucional.

A alternativa B está correta. A alternativa está em consonância com o art. 150, “e” da Constituição Federal, que veda à União, Estados e municípios a cobrança de tributos referentes à: “fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser”.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 150, “IV” da CF: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros”.

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 19 da LC 215/2025: “Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do IBS ou da CBS: (...) III - deverá o ajuste das alíquotas de referência ser estabelecido por resolução do Senado Federal, com base em cálculos elaborados pelo Comitê Gestor do IBS e pelo Poder Executivo da União e homologados pelo Tribunal de Contas da União, observada a anterioridade nonagesimal prevista na alínea “c” do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal e, para o IBS, também a anterioridade anual prevista na alínea “b” do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal”. Portanto, o IBS sujeita-se à anterioridade anual.

A alternativa E está correta. A questão está em consonância com a jurisprudência do STF que, no julgamento da ADI 6817/PE, consolidou o entendimento de que: “é vedado aos Estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, a e b, da Constituição da República, sem a edição da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional (RE 851.108/SP, Tema 825 da Repercussão Geral). II - Modulação dos efeitos da declaração a partir da publicação do acórdão prolatado no RE 851.108-RG/SP, de relatoria do Ministro Dias Toffoli (20/4/2021), ressaltando-se as ações judiciais pendentes de conclusão até o mesmo marco temporal em que se discuta (i) a qual Estado o contribuinte deveria efetuar o pagamento do ITCMD, considerando a ocorrência de bitributação; ou (ii) a validade da cobrança desse imposto, não tendo sido pago anteriormente”.

QUESTÃO 40. O debate contemporâneo sobre a atividade judicial nos chamados “casos difíceis” (hard cases) opõe o positivismo jurídico de H.L.A. Hart à teoria do direito como integridade de Ronald Dworkin. Outrossim, variadas correntes filosóficas, como o Jussnaturalismo e o Realismo Jurídico, já se debruçaram sobre a difícil questão de compreender a natureza do direito e da atividade judicial. Assinale a alternativa que descreve corretamente a postura exigida do juiz segundo a teoria de Ronald Dworkin

a) Diante da lacuna normativa, o juiz atua casuisticamente como um legislador, exercendo poder discricionário para criar nova regra que resolva o caso, baseando-se em considerações de política pública e bem-estar social.

b) O juiz deve decidir com base nas consequências futuras da decisão, escolhendo a solução que traga os melhores resultados econômicos e sociais para a comunidade, independentemente da coerência com precedentes passados.

c) Nos casos difíceis, não existe uma resposta correta, pois a linguagem jurídica é indeterminada. O direito é apenas aquilo que os tribunais dizem que é, sendo a decisão judicial um ato de vontade política.

d) O juiz deve recorrer a princípios de justiça universal e de direito natural, estando autorizado a desconsiderar a história institucional e os precedentes sempre que estes conflitarem com aquilo que se apresenta como justo pela observação objetiva da realidade.

e) O juiz deve buscar a única resposta correta por meio de uma interpretação construtiva que combine a adequação aos materiais jurídicos existentes – leis, códigos e precedentes – e a melhor justificação moral desses materiais, atuando metaforicamente como coautor de um romance em cadeia para preservar a coerência de princípios do sistema.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a doutrina jusfilosófica de Ronald Dworkin.

A alternativa A está incorreta. Essa é a compreensão de Hart, não de Dworkin. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Essa é a concepção consequencialista de Posner, que é criticada por Dworkin. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Essa é a concepção do realismo jurídico norte-americano. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. O paradigma da integridade de Dworkin exige que o juiz respeite a história institucional e os precedentes. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa E está incorreta. É exatamente isso que defende o autor Ronald Dworkin. Vejamos: “Ainda que seja escudo e ameaça o comando do Direito nos chega por um nítido sussurro, dessa forma, o Direito não impede que debatamos as suas normas, muito pelo contrário, temos a liberdade exatamente para discutir o que fazer com a autonomia moral. Assim, pretendemos utilizar do raciocínio jurídico proposto, uma vez que o debate jurídico é o exercício de interpretação construtiva, que constitui a melhor justificativa de nossas práticas jurídicas, tornando-as o mais correta possível. Para tal, as ideias de integridade, comunidade de princípios, Hércules, princípios, diretrizes políticas, entre outras questões levantadas por Dworkin, serão examinadas, com o fito de negar toda e qualquer forma de discricionariedade judicial na construção do que Dworkin (DWORKIN, 2002, p. XI).”

QUESTÃO 41. Sobre a cessão de crédito, assinale a alternativa correta:

a) Em regra geral, a cessão de um crédito não abrange todos os seus acessórios.

b) A cessão de crédito tem eficácia em relação ao devedor, mesmo quando este não for notificado ou não tenha se declarado ciente da cessão feita.

c) Na cessão onerosa, o cedente fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.

d) É expressamente vedada a estipulação que define a responsabilidade do cedente pela solvência do devedor.

e) A cláusula proibitiva de cessão de um crédito não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se constar do instrumento da obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da cessão de crédito.

A alternativa A está incorreta. A cessão de um crédito, em regra, abrange todos os seus acessórios, como juros, multas e garantias (hipoteca, penhor, fiança), salvo disposição em contrário. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 287. Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios”.

A alternativa B está incorreta. A eficácia da cessão de crédito em relação ao devedor está condicionada à sua notificação. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita”.

A alternativa C está correta. Na cessão por título, o cedente garante ao cessionário a existência do crédito no momento da transferência. Isso significa que o cedente é responsável se o crédito, por algum motivo, não existir ou for inválido. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 295. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lho cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé”.

A alternativa D está incorreta. O cedente, em regra, não se responsabiliza pela solvência do devedor. No entanto, as partes podem, por meio de uma cláusula contratual, estipular que o cedente será responsável também pela solvência do devedor. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 296. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor”.

A alternativa E está incorreta. Se a proibição da cessão estiver expressa no contrato que deu origem ao crédito, essa cláusula poderá, sim, ser oposta ao cessionário, mesmo que ele esteja de boa-fé. A exceção ocorre se a proibição não constar do instrumento da obrigação. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação”.

QUESTÃO 42. Sobre a inexecução das obrigações e seus efeitos, assinale a alternativa incorreta:

a) O inadimplemento da obrigação, positiva ou líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

b) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

c) Quando a obrigação for divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.

d) O devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito e força maior se houver se responsabilizado por eles expressamente.

e) Nas obrigações negativas o devedor é reconhecido como inadimplente desde o dia em que foi notificado.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata da inexecução das obrigações e seus efeitos.

A alternativa A está correta. Esta alternativa descreve a chamada *mora ex re*, que ocorre automaticamente com o vencimento de uma dívida líquida e positiva (de dar sem o devido pagamento. Não há necessidade de qualquer notificação ou interpelação do credor. Veja a literalidade do Código Civil: “**Art. 397.** O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor”.

A alternativa B está correta. A cláusula penal é uma obrigação acessória que visa a garantir o cumprimento da obrigação principal. Ela se torna exigível quando o devedor, por culpa sua, não cumpre a obrigação ou atrasa o seu cumprimento. Veja a literalidade do Código Civil: “**Art. 408.** Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora”.

A alternativa C está correta. Se a obrigação pode ser cumprida em partes (divisível) e há mais de um devedor, a cláusula penal só pode ser cobrada daquele que descumpriu sua parte, e de forma proporcional à sua responsabilidade na obrigação total. Veja a literalidade do Código Civil: “**Art. 414.** Sendo a obrigação divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação”.

A alternativa D está correta. A regra geral é que o devedor não responde por prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior. Contudo, se ele assumiu expressamente essa responsabilidade no contrato, ele será responsabilizado. Veja a literalidade do Código Civil: “**Art. 393.** O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”.

A alternativa E está incorreta. Nas obrigações negativas, o devedor é considerado inadimplente a partir do momento em que pratica o ato que se comprometeu a não praticar, e não a partir de uma notificação. A simples execução do ato proibido já configura o descumprimento. Veja a literalidade do Código Civil: “**Art. 390.** Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster”.

QUESTÃO 43. De acordo com as normas de sucessão previstas no Código Civil, assinale a alternativa correta:

a) A renúncia à herança, por ser ato irrevogável, retroage ao momento da abertura da sucessão e impede que os descendentes do renunciante venham a suceder por direito próprio, ainda que ele seja o único herdeiro da classe.

b) A sucessão de filhos não concebidos ao tempo da abertura da sucessão somente é possível quando houver disposição expressa em testamento e desde que os bens reservados permaneçam depositados em juízo até o nascimento com vida, sendo vedada a nomeação de curador.

c) A exclusão do herdeiro indigno somente pode ser declarada mediante sentença transitada em julgado, inexistindo hipótese legal de exclusão automática por força de decisão penal condenatória.

d) O co-herdeiro não pode ceder seu direito hereditário sobre bem singular da herança, mas pode ceder a totalidade de seus direitos hereditários a pessoa estranha à sucessão, independentemente de preferência legal dos demais co-herdeiros.

e) Aberta a sucessão, a herança transmite-se de imediato aos herdeiros, legítimos ou testamentários, formando-se indivisibilidade até a partilha; e, até o compromisso do inventariante, a administração dos bens caberá, preferencialmente, ao cônjuge ou companheiro que convivia com o falecido ao tempo da morte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de sucessões.

A alternativa A está incorreta. A renúncia à herança é, de fato, um ato irrevogável. No entanto, a parte final da alternativa está incorreta. Se o renunciante for o único herdeiro de sua classe, ou se todos os outros herdeiros da mesma classe também renunciarem, seus descendentes poderão, sim, suceder por direito próprio. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.811. Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir por direito próprio, e por cabeça”.

A alternativa B está incorreta. A sucessão de filhos ainda não concebidos é possível por meio de testamento. Contudo, a lei determina que, após a partilha, os bens destinados a essa prole eventual serão confiados a um curador nomeado pelo juiz, e não depositados em juízo. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão; Art. 1.800. Nascendo com vida o herdeiro esperado, ser-lhe-á deferida a sucessão, com os frutos e rendimentos relativos à deixa, a partir da morte do testador. § 3º Nascendo com vida o herdeiro esperado, os bens que lhe cabem na herança serão confiados, após a partilha, a curador nomeado pelo juiz. § 4º Se, decorridos dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos”.

A alternativa C está incorreta. A regra geral é que a exclusão por indignidade depende de uma ação específica com sentença transitada em julgado. No entanto, a Lei 13.532/2017 alterou o Código Civil para prever a exclusão automática nos casos de homicídio doloso (ou tentativa) contra o autor da herança, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.815-A. Em qualquer dos casos de indignidade previstos no art. 1.814, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão do herdeiro ou legatário indigno”.

A alternativa D está incorreta. O co-herdeiro pode, sim, ceder sua quota-parte da herança a um terceiro. Contudo, os demais co-herdeiros têm direito de preferência para adquirir essa quota, nas mesmas condições

oferecidas ao estranho. A cessão de um bem específico da herança, antes da partilha, é ineficaz sem a autorização do juiz. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.793. O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública. § 2º É ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente. § 3º Ineficaz é a disposição, sem prévia autorização do juiz da sucessão, por qualquer herdeiro, de bem componente do acervo hereditário, pendente a indivisibilidade. Art. 1.794. O co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quizer, tanto por tanto”.

A alternativa E está correta. Esta alternativa descreve corretamente o princípio da saisine, pelo qual a herança se transmite aos herdeiros no momento da morte. A herança é considerada um todo indivisível até a partilha. A administração provisória da herança, até que o inventariante preste compromisso, cabe, preferencialmente, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Art. 1.791. A herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros. Parágrafo único. Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio. Art. 1.797. Até o compromisso do inventariante, a administração da herança caberá, sucessivamente: I - ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão;”. Veja a literalidade do Código de Processo Civil: “Art. 613. Até que o inventariante preste o compromisso, continuará o espólio na posse do administrador provisório. Art. 614. O administrador provisório representa ativa e passivamente o espólio, é obrigado a trazer ao acervo os frutos que desde a abertura da sucessão percebeu, tem direito ao reembolso das despesas necessárias e úteis que fez e responde pelo dano a que, por dolo ou culpa, der causa”.

QUESTÃO 44. Sobre a incapacidade para a prática de atos da vida civil, assinale a alternativa correta:

- a) A incapacidade civil absoluta se define pela impossibilidade plena da pessoa de direitos de exercê-los em razão de um quadro de enfermidade constante.**
- b) Para emissão de documentos oficiais, é exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.**
- c) As pessoas relativamente incapazes são representadas legalmente pelos pais, tutores e curadores.**
- d) Os menores de 16 (dezesseis) anos são incapazes, relativamente.**
- e) A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade com as demais pessoas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da incapacidade.

A alternativa A está incorreta. Com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a incapacidade absoluta por motivo de enfermidade ou deficiência foi extinta do ordenamento jurídico brasileiro. Atualmente, a única hipótese de incapacidade absoluta é a idade, aplicável aos menores de 16 anos. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos”.

A alternativa B está incorreta. A pessoa com deficiência tem o direito de obter documentos oficiais, como qualquer outro cidadão, não sendo a curatela um requisito para isso. A fundamentação para a incorreção desta alternativa está no próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, que alterou profundamente a teoria das incapacidades no Código Civil. O princípio fundamental do Estatuto é que a deficiência não retira a capacidade civil da pessoa. A curatela tornou-se uma medida extraordinária. Veja a literalidade da Lei nº 13.146/2015: “Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: (...)”. A curatela só é aplicada quando estritamente necessário e deve ser proporcional às necessidades da pessoa, afetando apenas os atos de natureza patrimonial e negocial. A emissão de documentos é um ato de exercício da cidadania, de natureza pessoal, não se enquadrando, em regra, nessa restrição. Veja a literalidade da Lei nº 13.146/2015: “Art. 84, § 3º A definição da curatela constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível. Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial”.

A alternativa C está incorreta. O erro aqui está na confusão entre os institutos da representação e da assistência. A representação se aplica aos absolutamente incapazes. Nesse caso, o representante (pai, tutor) age em nome do incapaz, suprimindo sua total inaptidão para manifestar a vontade. O incapaz não participa do ato. A assistência se aplica aos relativamente incapazes. Aqui, o incapaz participa do ato, manifestando sua própria vontade, mas precisa que seu assistente (pai, tutor, curador) também participe, ao seu lado, para validar o ato. A vontade do assistente complementa a do assistido. A fundamentação legal mais clara para essa distinção pode ser encontrada nas regras sobre a tutela do Código Civil, que se aplicam também à curatela: “Art. 1.747. Compete mais ao tutor: I - representar o menor, até os 16 (dezesesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-lo, após essa idade, nos atos em que for parte;”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o Código Civil, os menores de 16 anos são considerados absolutamente incapazes para os atos da vida civil, devendo ser representados por seus pais ou tutores. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos”.

A alternativa E está correta. A lei estabelece que a deficiência, por si só, não afeta a plena capacidade civil da pessoa. A curatela, quando necessária, é uma medida de apoio e não de substituição da vontade. Veja a literalidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; V - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

QUESTÃO 45. À luz do Código Civil, acerca do regime de bens entre cônjuges e das regras gerais correlatas, assinale a alternativa correta:

a) A inexistência de pacto antenupcial escrito não impede a adoção do regime de comunhão universal de bens, desde que os nubentes manifestem sua vontade perante o oficial do Registro Civil no momento da celebração do casamento.

b) É nulo o pacto antenupcial celebrado por escritura pública, se não for posteriormente registrado no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges, razão pela qual, na ausência desse registro, passará automaticamente a vigorar o regime da comunhão parcial.

c) No silêncio dos nubentes, ou sendo nulo o pacto antenupcial celebrado, vigora o regime da comunhão parcial de bens; contudo, é admissível a alteração do regime de bens no curso do casamento, desde que haja autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges e sejam resguardados os direitos de terceiros.

d) O regime da separação de bens, ainda que estipulado voluntariamente por pacto antenupcial válido, impede que qualquer dos cônjuges venha a responder por dívidas contraídas pelo outro após o casamento, ainda que revertam em benefício da família.

e) Na união estável, as relações patrimoniais entre os companheiros submetem-se, obrigatoriamente, ao regime de comunhão parcial de bens, sendo vedada a estipulação diversa por contrato escrito, em atenção ao caráter não solene dessa entidade familiar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do regime de bens entre cônjuges.

A alternativa A está incorreta. A escolha de qualquer regime de bens que não seja o da comunhão parcial (como a comunhão universal, a separação total ou a participação final nos aquestos) exige, obrigatoriamente, a celebração de um pacto antenupcial por meio de escritura pública. A simples manifestação perante o oficial do Registro Civil não é suficiente. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial. Parágrafo único. Poderão os nubentes, no processo de habilitação, optar por qualquer dos regimes que este código regula. Quanto à forma, reduzir-se-á a termo a opção pela comunhão parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas”.

A alternativa B está incorreta. O pacto antenupcial que não é registrado no Cartório de Registro de Imóveis não é nulo, mas sim ineficaz perante terceiros. Entre os cônjuges, o pacto continua válido e produzindo seus efeitos. A ausência do registro não altera o regime de bens escolhido pelo casal. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.657. As convenções antenupciais não terão efeito perante terceiros senão depois de registradas, em livro especial, pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges”.

A alternativa C está correta. Esta alternativa descreve com precisão as regras do Código Civil. O regime da comunhão parcial é o regime legal supletivo, aplicado quando não há pacto antenupcial ou este é nulo. Além disso, o Código Civil permite a alteração do regime de bens durante o casamento, desde que preenchidos os requisitos: pedido conjunto e motivado do casal, autorização judicial e proteção aos direitos de terceiros. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial. Art. 1.639, § 2º É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros”.

A alternativa D está incorreta, pois o Código Civil possui regras gerais sobre a responsabilidade por dívidas que se aplicam a todos os regimes de bens, inclusive o da separação. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.643. Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro: I - comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica; II - obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir. Art. 1.644. As dívidas contraídas para os fins do artigo antecedente obrigam solidariamente ambos os cônjuges”.

A alternativa E está incorreta. Na união estável, aplica-se o regime da comunhão parcial de bens, salvo se houver contrato escrito entre os companheiros dispondo de forma diferente. Os companheiros têm liberdade para escolher outro regime de bens, como a separação total, por meio de um contrato de convivência. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens”.

QUESTÃO 46. Considerando o tratamento legal da guarda de filhos no Código Civil e a orientação jurisprudencial consolidada acerca da socioafetividade e do melhor interesse da criança e do adolescente, assinale a alternativa correta:

a) A guarda compartilhada pressupõe obrigatoriamente residência alternada da criança entre as casas dos genitores, em períodos rigorosamente equivalentes, sob pena de desnaturação do instituto, conforme entendimento consolidado dos tribunais superiores.

b) O reconhecimento da paternidade socioafetiva, por si só, afasta a paternidade biológica anteriormente estabelecida, sob o fundamento de que não se admite multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro, prevalecendo sempre o vínculo afetivo sobre o registral e o biológico.

c) A jurisprudência admite que a guarda seja deferida a terceiro (parente ou não) com base em vínculos de afeto, mesmo havendo genitores vivos, desde que comprovado que essa solução melhor atende ao interesse da criança, podendo, inclusive, ser preservado o poder familiar dos pais biológicos.

d) Uma vez decretada a perda do poder familiar em relação a determinado filho, por prática de atos graves previstos em lei, a jurisprudência entende que resta automaticamente extinto, em relação a esse mesmo filho, qualquer direito de visitas ou de convivência familiar, em respeito ao caráter sancionatório da medida.

e) A socioafetividade, por depender de forte componente fático, somente pode ser reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, vedado seu reconhecimento extrajudicial em registro civil, ainda que haja consenso entre o genitor registral e o pretense pai/mãe socioafetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da guarda.

A alternativa A está incorreta. A guarda compartilhada não se confunde com residência alternada. Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada, mas isso não significa que a criança deva morar em duas casas. O que se compartilha são as responsabilidades e as decisões importantes sobre a vida do filho. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada. § 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. § 2º Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos”. A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná, é consolidada no sentido de que a guarda compartilhada não exige a alternância de lares, mas sim a divisão de responsabilidades. Veja um trecho da literalidade do Agravo de Instrumento 0032909-49.2023.8.16.0000 do TJ-PR: "Importante ressaltar

que a guarda compartilhada não se confunde com a guarda alternada, não havendo que se falar em divisão igualitária de tempo de permanência com cada genitor, mas sim de divisão de responsabilidades. Na guarda compartilhada, a criança possui uma residência fixa, chamada de lar de referência, e o genitor que não reside com o menor possui o direito de convivência, que deve ser amplo, a fim de que seja preservado o vínculo afetivo”.

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Tema 622 de Repercussão Geral, consolidou o entendimento de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseado na origem biológica. Ou seja, o ordenamento jurídico brasileiro admite a multiparentalidade, permitindo que uma pessoa tenha mais de um pai ou mãe em seu registro de nascimento, com todos os efeitos jurídicos decorrentes. Veja a literalidade do Tema 622 de Repercussão Geral (STF): "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios."

A alternativa C está correta. Esta alternativa está em plena conformidade com o Código Civil e com a jurisprudência. A regra é que a guarda pertença aos pais, no exercício do poder familiar. Contudo, em situações excepcionais e sempre visando o melhor interesse da criança, a guarda pode ser deferida a um terceiro (como avós, tios ou outra pessoa com quem a criança tenha forte vínculo afetivo), para regularizar uma situação de fato já consolidada. Importante destacar que a concessão da guarda a terceiro não implica, necessariamente, a perda do poder familiar pelos pais, que mantêm seus deveres e direitos, como o de supervisionar os interesses dos filhos. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.584, § 5º Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade. Neste sentido, veja esta decisão do TJ-PR, que ilustra perfeitamente essa situação, destacando que a concessão da guarda a um terceiro não implica a automática destituição do poder familiar dos pais. "A concessão da guarda a terceiros é medida excepcional, que não se confunde com a perda ou suspensão do poder familiar. Trata-se de institutos distintos, sendo que a concessão da guarda a terceiro não implica, necessariamente, a destituição do poder familiar dos genitores, que permanecem com os demais direitos e deveres inerentes à autoridade parental, como o de fiscalizar a manutenção e educação dos filhos (art. 1.583, §5º, do Código Civil)". TJ-PR - Apelação: APL 0003999-59.2020.8.16.0179.

A alternativa D está incorreta. A perda do poder familiar é a sanção mais grave imposta aos pais e rompe o vínculo jurídico de autoridade parental. No entanto, ela não extingue, automaticamente, o direito à convivência familiar, que é um direito fundamental da criança. A jurisprudência tem entendido que, mesmo após a perda do poder familiar, o direito de visitas pode ser mantido, desde que atenda ao melhor interesse da criança e não lhe cause prejuízos, avaliando-se caso a caso. O STJ, tem um posicionamento claro sobre o tema. O tribunal diferencia a relação jurídica do poder familiar da relação afetiva e do direito da criança à sua ancestralidade. Veja a literalidade do REsp 1.599.857-DF do STJ: "A destituição do poder familiar, em que pese a gravidade da medida, não tem como consequência automática e necessária a vedação do direito de visita do genitor ao seu filho. O direito de visitação, na realidade, é um direito do menor em conviver com seu genitor, de modo a garantir o seu desenvolvimento saudável, preservando-se, na medida do possível, os laços de afetividade e o contato com sua família de origem. A análise da manutenção ou não das visitas, portanto, deve ser feita de forma casuística, sempre com base no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente."

A alternativa E está incorreta. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Provimento nº 63/2017, regulamentou o reconhecimento extrajudicial da paternidade ou maternidade socioafetiva: “Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais”.

QUESTÃO 47. À luz das disposições do Código Civil acerca do domicílio da pessoa natural, assinale a alternativa correta:

a) A mudança de domicílio somente se aperfeiçoa mediante declaração expressa da pessoa às municipalidades dos locais de onde sai e para onde vai, sendo insuficiente, por si só, a transferência da residência acompanhada de ânimo definitivo.

b) A pessoa que possui várias residências, nas quais vive alternadamente, não pode ter mais de um domicílio, prevalecendo, para todos os efeitos jurídicos, apenas aquele indicado como principal perante o Registro Civil.

c) O local onde a pessoa natural exerce sua profissão constitui domicílio apenas quando esse local coincide com sua residência habitual; caso contrário, será domicílio apenas o local onde reside com ânimo definitivo.

d) O domicílio necessário do militar da Marinha ou da Aeronáutica é o da sede do comando ao qual estiver imediatamente subordinado, ainda que exerça suas funções ordinárias em unidade diversa.

e) A pessoa natural que não possua residência habitual será considerada domiciliada no local onde mantiver vínculos profissionais ou familiares mais sólidos, competindo ao juiz apreciar tais circunstâncias no caso concreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do domicílio da pessoa natural.

A alternativa A está incorreta. A mudança de domicílio se concretiza com a simples transferência da residência acompanhada da intenção de nela permanecer definitivamente. A declaração às municipalidades é apenas uma das formas de provar essa intenção, mas não é um requisito obrigatório para que a mudança ocorra. A lei prevê que, na ausência dessa declaração, a própria mudança e suas circunstâncias servem como prova. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. Parágrafo único. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem”.

A alternativa B está incorreta. O Código Civil admite expressamente a pluralidade de domicílios. Quando uma pessoa natural possui diversas residências onde vive de forma alternada, a lei considera que qualquer uma delas é seu domicílio. Não há a exigência de eleger um domicílio principal para todos os efeitos. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas”.

A alternativa C está incorreta. O local onde a pessoa exerce sua profissão é considerado um domicílio profissional, que existe independentemente do domicílio residencial. Este domicílio especial é válido para as relações e negócios jurídicos relacionados à profissão, e não anula o domicílio geral. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida”.

A alternativa D está correta, pois descreve exatamente a regra do domicílio necessário aplicável aos militares da Marinha e da Aeronáutica, conforme previsto no Código Civil. Para estes, o domicílio não é o local onde servem (como para os militares do Exército), mas sim a sede do comando a que estão diretamente vinculados. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, o lugar onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, o lugar onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença”.

A alternativa E está incorreta. O Código Civil estabelece uma regra objetiva e direta para a pessoa sem residência habitual. Para a lei, o domicílio dessa pessoa é, simplesmente, o lugar onde ela for encontrada. Não há previsão de análise subjetiva de vínculos por parte de um juiz. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada”.

QUESTÃO 48. Com base no regime jurídico da prescrição estabelecido no Código Civil, assinale a alternativa correta:

a) A renúncia à prescrição somente é válida se realizada antes de consumado o prazo prescricional, podendo ser expressa ou tácita, desde que não prejudique terceiros, e produz efeitos retroativos ao início da contagem da prescrição.

b) Em regra, a interrupção da prescrição por um dos credores solidários não aproveita aos demais, exceto se a obrigação for indivisível, hipótese em que a interrupção aproveita a todos os credores, independentemente da solidariedade.

c) A prescrição não corre contra os relativamente incapazes, ainda que não se enquadrem nas hipóteses do art. 3º do Código Civil, desde que comprovada a inexistência de representante legal apto a defendê-los.

d) A interrupção da prescrição somente ocorre uma única vez e pode ser provocada por ato inequívoco do devedor que importe reconhecimento do direito, hipótese em que o prazo recomeça integralmente, a partir do ato interruptivo.

e) A prescrição iniciada contra uma pessoa não pode continuar a correr contra seu sucessor, sendo necessária a renovação da contagem a partir da abertura da sucessão, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da prescrição.

A alternativa A está incorreta. A renúncia à prescrição só tem validade após a sua consumação. Renunciar a um prazo que ainda está correndo seria o mesmo que renunciar ao próprio direito de alegar a prescrição no futuro, o que é vedado por lei. Além disso, a renúncia não possui efeitos retroativos; ela apenas impede que o devedor utilize a prescrição como matéria de defesa a partir daquele momento. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição”.

A alternativa B está incorreta. A regra é exatamente o oposto. A interrupção da prescrição realizada por um dos credores solidários aproveita a todos os outros. Da mesma forma, a interrupção feita contra um devedor solidário prejudica os demais. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 201. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível. Art. 204. (...) § 1º A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros”.

A alternativa C está incorreta. Porque a prescrição não corre apenas contra os absolutamente incapazes. Contra os relativamente incapazes, a prescrição corre normalmente. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. Art. 195. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente. Art. 198. Também não corre a prescrição: I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;”.

A alternativa D está correta, pois descreve com precisão três regras fundamentais da interrupção da prescrição: só pode ocorrer uma vez; pode ser causada por um ato do devedor que reconhece a dívida; e após a interrupção, o prazo prescricional volta a correr por inteiro a partir da data do ato que a interrompeu. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: (...)VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do direito pelo devedor. Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper”.

A alternativa E está incorreta. Porque o princípio que rege a matéria é o da continuidade. A prescrição iniciada contra o falecido continua a correr contra o seu sucessor (herdeiro) de onde parou. Não há reinício ou renovação da contagem do prazo. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor”.

QUESTÃO 49. O juiz poderá autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos de devedores, em recuperação judicial, quando, dentre outros requisitos:

- a) Não houver garantias cruzadas e quando existir atuação individual no mercado entre postulantes.**
- b) Existir relação de controle ou de dependência e identidade total ou parcial do quadro societário.**
- c) Após a realização de assembleia geral existir devedores que não integrem o mesmo grupo econômico, em recuperação judicial.**

d) Indeferida a recuperação judicial sob consolidação processual, for possível constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores.

e) Existir ato de transferência de ativos, não autorizada pelo administrador judicial, entre empresas que não compõem o mesmo grupo econômico e que não tenham identidade do quadro societário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre recuperação judicial.

A alternativa A está incorreta. A existência de garantias cruzadas (Art. 69-J, I) é um fator que permite a consolidação substancial, e não o contrário. Vejamos: “Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: I - existência de garantias cruzadas;”

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 69-J, II e III da Lei 11.101/2005: “O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: II - relação de controle ou de dependência; III - identidade total ou parcial do quadro societário”

A alternativa C está incorreta. A consolidação substancial é prevista para devedores integrantes do mesmo grupo econômico (Art. 69-J, caput).

A alternativa D está incorreta. A consolidação substancial é deferida quando a recuperação judicial está sob consolidação processual (Art. 69-J, caput), e não após o indeferimento da recuperação judicial.

A alternativa E está incorreta. O requisito é que as empresas componham o mesmo grupo econômico. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 50. Sobre as sociedades e o empresário, assinale a alternativa correta:

a) É possível a constituição de qualquer sociedade entre cônjuges mesmo que casados no regime da comunhão universal de bens ou de separação obrigatória.

b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responde pelas obrigações contraídas.

c) A pessoa natural que constituir empresa EIRELI poderá figurar em uma ou mais empresas dessa modalidade.

d) Na sociedade em conta de participação a atividade do objeto social poderá ser exercida por qualquer dos sócios.

e) É nula a estipulação de contrato social de empresa que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e perdas da sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre obrigações dos sócios.

A alternativa A está incorreta. Nesses regimes, os bens são essencialmente comuns ou não podem ser misturados no patrimônio social, conforme a restrição legal. Vejamos: “Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.”

A alternativa B está incorreta. O impedimento legal apenas sujeita o empresário a penalidades administrativas ou judiciais, mas não o exime de suas responsabilidades perante terceiros e credores, em função do princípio da aparência e da proteção da boa-fé. A saber: “Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.”

A alternativa C está incorreta. O § 2º do artigo 980-A do Código Civil traz vedação expressa quanto à constituição de mais de uma Eireli por pessoa natural. O objetivo era evitar o abuso da personalidade jurídica.

A alternativa D está incorreta. a atividade constitutiva do objeto social é exercida exclusivamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade. Vejamos o disposto no art. 991 do CC: “Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.”

A alternativa E está correta. Vejamos o disposto no art. 1.008 do Código Civil: “Art. 1.008. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.”

QUESTÃO 51. O julgamento do Tema 988 pelo Superior Tribunal de Justiça definiu a seguinte tese:

a) A decisão do juiz de primeiro grau que obsta o processamento da apelação viola o § 3º do art. 1.010, do Código de Processo Civil, caracterizando usurpação da competência do tribunal, o que autoriza o manejo da reclamação prevista no inc. I do art. 988, do Código de Processo Civil.

b) Não é possível a interposição de agravo de instrumento, no tribunal de origem, contra decisão que nega seguimento a recurso especial e a recurso extraordinário, na forma dos arts. 1.029, 1.030 e 1.041, do Código de Processo Civil.

c) O rol do art. 1.015 do Código de Processo Civil é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação

d) São protelatórios os embargos de declaração que visam rediscutir matéria já apreciada e decidida pela Corte de origem, em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal ou, ainda, precedente julgado pelo rito dos arts. 543-C e 543-B do Código de Processo Civil.

e) No agravo do art. 522 do Código de Processo Civil, entendendo o julgador ausentes peças necessárias para a compreensão da controvérsia, deverá ser indicado quais são elas, para que o recorrente complemente o instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre agravo de instrumento, consoante o entendimento do STJ.

A alternativa C está correta. De acordo com tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça (Tema 988), o rol do art. 1.015, CPC/15 é de taxatividade mitigada, admitindo a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. Vejamos: “Tema 988 STJ - O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.”

As demais alternativas estão incorretas, portanto. Tendo em vista a cobrança do teor do Tema 988 do STJ, especificamente.

QUESTÃO 52. À luz das disposições do Código de Processo Civil sobre tutela provisória, assinale a alternativa correta:

a) A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável caso o réu não apresente contestação no prazo legal, hipótese em que seus efeitos passam a fazer coisa julgada material, salvo se demonstrado dolo da parte autora na obtenção da medida.

b) A tutela de urgência pressupõe a coexistência de probabilidade do direito e perigo de dano, podendo ser concedida liminarmente ou após justificação prévia, mas não pode ser revogada ou modificada após a concessão, diante do caráter essencialmente provisório da decisão.

c) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, enquanto a tutela de urgência de natureza cautelar não sofre tal limitação legal.

d) Concedida a tutela antecipada em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial no prazo de 15 (quinze) dias e promover nova distribuição custas para a formulação do pedido principal, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

e) A efetivação da tutela provisória independe de caução, que é expressamente vedada pelo Código de Processo Civil por potencial violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, sendo a responsabilidade por prejuízos eventuais apenas aferida ao final do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre tutela provisória.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a tutela antecipada será estável caso não houver a interposição de recurso. Vejamos o disposto no art. 304, §1º do CPC: “Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. § 1º No caso previsto no caput, o processo será extinto.”. Não obstante, este é o entendimento jurisprudencial do STJ, a saber: “A ideia central do instituto é que, após a concessão da tutela antecipada em caráter antecedente, nem o autor nem o réu tenham interesse no prosseguimento do feito, isto é, não queiram uma decisão com cognição exauriente do Poder Judiciário, apta a produzir coisa julgada material. Por essa razão, é que, apesar de o caput do art. 304 do CPC/2015 falar em “recurso”, a leitura que deve ser feita do dispositivo legal, tomando como base uma interpretação sistemática e teleológica do instituto, é que a estabilização somente ocorrerá se não houver qualquer tipo de impugnação pela parte contrária. STJ. 3ª Turma. REsp 1.760.966-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 04/12/2018 (Info 639).”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a tutela provisória possui dentre suas principais características a sua revogabilidade e modificabilidade durante o curso do processo, até que seja proferida a decisão de mérito. Inclusive, esta poderá não ser concedida em caso de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Vejamos: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. §1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. §2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. §3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.”

A alternativa C está correta. A assertiva está de acordo com o disposto no art. 300, §3º do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. §3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.” A tutela antecipada requer a antecipação do pedido final. Por ser uma entrega antecipada do direito, o risco de não conseguir reaver o bem caso o autor perca a ação é real, justificando o rigor do § 3º. Já a tutela cautelar serve para garantir a utilidade do processo. Como ela não satisfaz a pretensão, tecnicamente ela não gera efeitos definitivos que precisem ser revertidos no mérito, mas apenas conservados. Nesse sentido é a doutrina (JUNIOR, Humberto. 2024) “Continua, porém, relevante a distinção entre tutela cautelar (conservativa) e tutela antecipatória (satisfativa), porque (i) a medida cautelar tem a sua subsistência sempre dependente do procedimento que, afinal, deverá compor o litígio que se pode dizer “principal”, ou “de mérito”; enquanto (ii) a tutela satisfativa antecipada pode, por conveniência das partes, estabilizar-se, dispensando o prosseguimento do procedimento para alcançar a sentença final de mérito, e, portanto, sem chegar à formação da coisa julgada. Em outros termos, a medida cautelar, por restringir direito, sem dar composição alguma ao litígio, não pode se estabilizar, fora ou independentemente da prestação jurisdicional definitiva; só a medida de antecipação de tutela pode, eventualmente, estabilizar-se, porquanto nela se obtém uma sumária composição da lide, com a qual os litigantes podem se satisfazer ou se contentar.”

A alternativa D está incorreta. O aditamento ocorre nos mesmos autos. Não existe uma "nova distribuição" nem a necessidade de "novas custas" de ingresso, pois o processo já está formalizado. Vejamos o que dispõe

o Art. 303, § 1º, I do CPC: “Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. § 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo: I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;”

A alternativa E está incorreta. O art. 300, § 1º, do Código de Processo Civil, prevê que para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo, todavia, a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la, como na espécie. 2. A exigência de prestação de caução como condicionante para a efetivação do direito deferido em tutela antecipada não pode servir como empecilho para o acesso à justiça quando comprovadamente a parte não possuir condição financeira para cumprir a exigência, sob pena de violação ao princípio constitucional da inafastabilidade da prestação jurisdicional inserido no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal (TJ-GO - AI: 05008958920208090000 GOIÂNIA, Relator.: Des(a). MARCUS DA COSTA FERREIRA, Data de Julgamento: 25/01/2021, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 25/01/2021).

QUESTÃO 53. Conforme entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, a fungibilidade recursal, analisada no juízo de admissibilidade, está condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) Dúvida objetiva quanto ao recurso a ser interposto, inexistência de erro grosseiro na escolha da peça recursal e observância do prazo do recurso cabível.**
- b) Observância do prazo do recurso protocolado, legitimidade do recorrente afetado pela decisão recorrida e inexistência de fato impeditivo ou extintivo para exercer o direito de recorrer.**
- c) Regularidade formal do recurso protocolado, tempestividade do recurso protocolado e pagamento das custas.**
- d) Endereçamento correto do recurso protocolado, ausência de fatos impeditivos e extintivos e recurso protocolado legalmente previsto para a decisão recorrida.**
- e) Recurso protocolado legalmente previsto para a decisão recorrida, inexistência de erro grosseiro na escolha da peça recursal e ausência de fatos impeditivos e extintivos para exercer o direito de recorrer.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recursos, especificamente, acerca do princípio da fungibilidade recursal.

A alternativa A está correta. A alternativa está em consonância ao entendimento jurisprudencial acerca da matéria (REsp 1.947.309). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou uma jurisprudência que condiciona a aplicação do princípio da fungibilidade ao preenchimento dos seguintes requisitos: a) dúvida objetiva quanto ao recurso a ser interposto; b) inexistência de erro grosseiro na escolha da peça recursal; e c) observância do prazo do recurso cabível.

A alternativa B está incorreta. A alternativa confunde requisitos de admissibilidade genéricos (legitimidade, interesse, preparo) com os requisitos específicos para a fungibilidade. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Novamente, estes são requisitos comuns de qualquer recurso. A fungibilidade é uma exceção. Se o erro for grosseiro, mesmo que haja regularidade formal e pagamento de custas, o recurso não será conhecido como outro. A tempestividade, na fungibilidade, deve ser analisada sob a ótica do recurso que deveria ter sido interposto. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. A parte final anula a lógica do instituto. Se o recurso protocolado é o legalmente previsto para a decisão, não há necessidade de aplicar o princípio da fungibilidade. A fungibilidade só existe justamente quando o recurso protocolado não é o previsto, mas o juiz o aceita por haver dúvida jurídica relevante. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Se o advogado interpõe o recurso previsto, o tribunal simplesmente o admite normalmente, sem precisar recorrer à fungibilidade. Veja o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 54. À luz do regime jurídico dos honorários advocatícios previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Nos casos de improcedência do pedido ou de extinção do processo sem resolução de mérito, os honorários poderão ser fixados por apreciação equitativa, ainda que o valor da causa seja líquido ou liquidável, sempre que o juiz entender inadequado aplicar os percentuais dos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil.

b) A cumulação de honorários em reconvenção, cumprimento de sentença, recursos e execução decorre da própria lei, sendo que, no julgamento do recurso, o tribunal majorará obrigatoriamente os honorários fixados anteriormente, independentemente de o recorrente ter obtido ou não êxito na impugnação.

c) Havendo perda do objeto, os honorários serão sempre rateados entre as partes, aplicando-se o princípio da causalidade apenas para as despesas processuais, e não para a verba sucumbencial.

d) É vedada a compensação de honorários entre advogados em caso de sucumbência parcial, tendo a verba natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos trabalhistas.

e) Quando a sentença for líquida e o valor da condenação ultrapassar 200 (duzentos) salários-mínimos, o juiz poderá, por equidade, fixar honorários totais em percentual único, desde que compreendido entre 5% (cinco por cento) e 8% (oito por cento), independentemente das faixas progressivas previstas no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta. A alternativa não reflete o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.077 - PR) , pois é obrigatória nesses casos a observância dos percentuais previstos nos §§ 2º ou 3º do artigo 85 do CPC. Vejamos: “PROCESSUAL CIVIL. ART. 85, §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º E 8º, DO CPC. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. VALORES DA CONDENAÇÃO, DA CAUSA OU

PROVEITO ECONÔMICO DA DEMANDA ELEVADOS. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO POR APRECIACÃO EQUITATIVA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 1. O objeto da presente demanda é definir o alcance da norma inserta no § 8º do artigo 85 do CPC, a fim de compreender as suas hipóteses de incidência, bem como se é permitida a fixação dos honorários por apreciação equitativa quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados. 2. O CPC/2015 pretendeu trazer mais objetividade às hipóteses de fixação dos honorários advocatícios e somente autoriza a aplicação do § 8º do artigo 85 - isto é, de acordo com a apreciação equitativa do juiz - em situações excepcionais em que, havendo ou não condenação, estejam presentes os seguintes requisitos: 1) proveito econômico irrisório ou inestimável, ou 2) valor da causa muito baixo. Precedentes. [...] 22. Conclui-se, portanto, que: i) A fixação dos honorários por apreciação equitativa não é permitida quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados. É obrigatória nesses casos a observância dos percentuais previstos nos §§ 2º ou 3º do artigo 85 do CPC - a depender da presença da Fazenda Pública na lide -, os quais serão subsequentemente calculados sobre o valor: (a) da condenação; ou (b) do proveito econômico obtido; ou (c) do valor atualizado da causa. ii) Apenas se admite arbitramento de honorários por equidade quando, havendo ou não condenação: (a) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (b) o valor da causa for muito baixo. 23. Recurso especial conhecido e provido, devolvendo-se o processo ao Tribunal de origem, a fim de que arbitre os honorários observando os limites contidos no art. 85, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, do CPC, nos termos da fundamentação.

A alternativa B está incorreta. A majoração dos honorários recursais (Art. 85, §11) só ocorre se o recurso for rejeitado ou não conhecido. Vejamos: “Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.”

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário. Se houver perda do objeto (esvaziamento da lide), os honorários serão pagos por quem deu causa ao processo (Princípio da Causalidade). Se o autor entrou com a ação porque o réu não cumpria um dever, e o réu cumpre no meio do processo, o réu paga os honorários, pois deu causa ao ajuizamento. Nesse sentido dispõe o art. 85, §10 do CPC: “§ 10. Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.”

A alternativa D está correta. Como os honorários pertencem ao advogado (e não à parte), não se pode compensar dívidas de pessoas diferentes. A natureza alimentar também é expressamente reconhecida. Vejamos o art. 85, §14: “§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.”

A alternativa E está incorreta. Conforme o art. 85, §5º do CPC, Quando a Fazenda Pública é parte e o valor ultrapassa os limites legais, o cálculo deve ser escalonado (progressivo) seguindo as faixas previstas nos incisos do § 3º: “§ 5º Quando, conforme o caso, a condenação contra a Fazenda Pública ou o benefício econômico obtido pelo vencedor ou o valor da causa for superior ao valor previsto no inciso I do § 3º, a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa inicial e, naquilo que a exceder, a faixa subsequente, e assim sucessivamente.”

QUESTÃO 55. Sobre os embargos de declaração, recurso previsto no art. 994, IV, do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) É o recurso cabível contra decisão interlocutória, sentença ou acórdão que contenha obscuridade, contradição, dúvida, omissão e para corrigir erro material.
- b) São manifestamente incabíveis contra decisão de juízo prévio de admissibilidade de recurso especial proferida pelo Tribunal a quo, na medida em que tal juízo está sujeito à avaliação final do Superior Tribunal de Justiça.
- c) A interposição deste recurso tem o efeito de suspender o curso do prazo para a apresentação de outros recursos, retomando-se a contagem do prazo remanescente a partir da publicação do julgamento.
- d) Apenas o juiz que proferiu a decisão embargada tem competência para julgar os embargos de declaração, garantindo-se da aplicação do princípio da identidade física do juiz.
- e) Não será admitido outro recurso interposto pela parte embargada contra a decisão originária, caso o acolhimento dos embargos tenha produzido efeito infringente sobre a decisão embargada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o recurso de embargos de declaração.

A alternativa A está incorreta. O erro aqui é sutil e clássico em provas: a inclusão da palavra "dúvida". Conforme a nova redação, não se trata de fundamento para a interposição do recurso de agravo, nos termos do art. 1.022 do CPC.

A alternativa B está correta. Configura erro grosseiro a oposição de embargos de declaração contra decisão que inadmite ou nega seguimento a recurso excepcional, daí porque não há falar em interrupção do prazo para a interposição do recurso cabível" AgInt no AREsp n. 2.288.692/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 25/9/2023, DJe de 28/9/2023

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há a interrupção. Vejamos o disposto no art. 1.026 do CPC: "Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso."

A alternativa D está incorreta. Não é só o juiz. Se o juiz titular se aposentou, foi promovido, removido ou está de licença, o seu sucessor ou substituto legal julgará os embargos normalmente para evitar a paralisação da justiça.

A alternativa E está incorreta. É possível, sim, a interposição de outro recurso. Se os embargos de declaração tiverem efeitos infringentes, a parte contrária (embargada) tem o direito de complementar ou interpor um novo recurso para atacar a "nova" parte da decisão que lhe foi desfavorável, vejamos o disposto no art. 1.024, §4º: "§ 4º Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração."

QUESTÃO 56. Sobre o instituto da repercussão geral, previsto no Código de Processo Civil e desenvolvido na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) O reconhecimento de ausência de repercussão geral quando o acórdão recorrido se baseia exclusivamente na legislação infraconstitucional (como no Tema 660) tem natureza processual e autoriza ao tribunal de origem negar seguimento ao recurso extraordinário por decisão fundamentada, configurando hipótese de “súmula impeditiva de subida” constitucionalizada.

b) A negativa de repercussão geral em determinado Tema impede apenas o prosseguimento do recurso extraordinário no caso concreto, mas não produz efeito vinculante para os demais órgãos do Judiciário, que permanecem livres para reconhecer repercussão geral em hipóteses idênticas.

c) Após o reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, cabe ao tribunal de origem sobrestar automaticamente todos os processos com matéria semelhante, sendo-lhe vedado negar seguimento a recurso extraordinário com fundamento na conformidade do acórdão recorrido com a tese já fixada, pois essa técnica é exclusiva do regime de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça.

d) Fixada a tese de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, o juízo de origem não pode exercer juízo de retratação, ainda que o precedente vinculante supere orientação anterior adotada no acórdão recorrido, devendo encaminhar obrigatoriamente o processo novamente à Corte Suprema para eventual ajuste.

e) O efeito vinculante da repercussão geral depende de publicação de acórdão específico de modulação de efeitos, razão pela qual, até a modulação, os tribunais de origem não podem aplicar a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de mérito, salvo mediante autorização expressa do relator no caso concreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre repercussão geral.

A alternativa A está correta. A alternativa está em consonância ao Tema 660 do STF: “A questão da ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites à coisa julgada, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE n. 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009.” O STF criou a tese de que, se a discussão exige primeiro analisar uma lei comum (infraconstitucional) para depois chegar à Constituição, a ofensa é apenas indireta ou reflexa, e isso não possui repercussão geral.

A alternativa B está incorreta. A decisão que nega a repercussão geral vale para todos os recursos sobre matéria idêntica, nos termos do Art. 1.039 do CPC. Vejamos: “Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada. Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.”

A alternativa C está incorreta. O tribunal de origem tem o dever de barrar o recurso se a decisão local estiver de acordo com o que o STF fixou na repercussão geral, consoante o Art. 1.030, inciso I, alínea “a” do CPC:

“Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: I – negar seguimento: a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral;”

A alternativa D está incorreta. É exatamente o oposto. O Juízo de Retratação é uma das ferramentas mais importantes do sistema de precedentes. Se o tribunal local decidiu de um jeito, mas o STF depois fixou uma tese contrária em repercussão geral, o processo deve voltar para o tribunal local para que ele refaça o seu julgamento (retratação), adequando-se ao STF. A saber: “Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: II – encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos;”

A alternativa E está incorreta. Os tribunais não precisam esperar o trânsito em julgado ou a modulação para aplicar o precedente; basta a publicação da ata de julgamento. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ: “É desnecessário aguardar o trânsito em julgado para aplicação de precedente firmado pelo Plenário do STF. 1ª Turma. ARE 930647 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 15/03/2016.”

QUESTÃO 57. Sobre as provas, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz poderá, de ofício, determinar a produção de todas as provas necessárias ao julgamento da ação.**
- b) Não dependem de prova os fatos notórios, confessados pela parte contrária e aqueles incontroversos.**
- c) As testemunhas arroladas em juízo somente poderão ser substituídas em caso de falecimento, por enfermidade que a incapacite de depor ou se não puder ser encontrada.**
- d) A produção antecipada de prova é da competência do juízo do foro onde deva ser protocolada a ação principal, na qual deva ser utilizada a prova.**
- e) A confissão judicial faz prova contra o confitente, mas sem prejuízo à defesa dos demais litisconsortes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre provas. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, ou seja, em dissonância com o dispositivo legal.

A alternativa A está incorreta. O juiz, como destinatário da prova, tem o dever-poder de buscar a verdade real para formar seu convencimento, nos termos do art. 370 do CPC: “Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.”

A alternativa B está incorreta. O Art. 374 do CPC lista os fatos que dispensam a fase probatória, sendo estes fatos citados pela alternativa as hipóteses que a prova dos fatos será dispensada. Vejamos: “Art. 374. Não

dependem de prova os fatos: I - notórios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; III - admitidos no processo como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.”

A alternativa C está incorreta. A substituição é excepcional e só pode ocorrer nessas três hipóteses específicas, dentre elas, por enfermidade. Vejamos o disposto no art. 451 do CPC: “Art. 451. Depois de apresentado o rol de que tratam os §§ 4º e 5º do art. 357, a parte só pode substituir a testemunha: I - que falecer; II - que, por enfermidade, não estiver em condições de depor; III - que, tendo mudado de residência ou de local de trabalho, não for encontrada.”

A alternativa D está correta. A competência é concorrente entre o juízo do foro onde a prova deve ser produzida ou do foro do domicílio do réu (Art. 381, § 2º). Além disso, a produção antecipada de prova não previne a competência para a ação principal (Art. 381, § 3º). Vejamos: “Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: § 2º A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu. § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.”

A alternativa E está incorreta. Se o fato for comum e os outros negarem, a confissão não pode prejudicar os que não confessaram. Vejamos o que determina o art. 391 do CPC: “Art. 391. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.”

QUESTÃO 58. Acerca do Acordo de Não Persecução Civil (ANPC) previsto no art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), na redação dada pela Lei nº 14.230/2021, e sua interface com o sistema do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Por ter natureza administrativa, o ANPC dispensa homologação judicial, produzindo automaticamente a extinção do processo, cabendo ao juiz apenas tomar ciência do acordo para fins estatísticos.

b) A homologação judicial do ANPC exige controle pleno de mérito pelo magistrado, sendo lícito ao juiz negar a homologação se discordar dos critérios de conveniência e de oportunidade adotados pelo Ministério Público na negociação.

c) O ANPC configura negócio jurídico-processual típico, razão pela qual, uma vez homologado, implica a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, vinculando o juiz ao conteúdo obrigacional pactuado entre as partes.

d) Sendo o ANPC espécie de transação civil, sua celebração exige a participação e anuência obrigatória do ente público lesado, não sendo admitida solução consensual apenas entre o Ministério Público e o investigado.

e) A celebração do ANPC suspende automaticamente todos os prazos processuais até a manifestação judicial, dispensando-se o controle de legalidade previsto no Código de Processo Civil e na própria Lei de Improbidade Administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Acordo de Não Persecução Civil (Lei nº 14.230/2021).

A alternativa A está incorreta. O ANPC não dispensa a homologação judicial. O art. 17-B, § 1º, III da LIA é claro ao estabelecer que o acordo deve ser submetido à homologação judicial. Além disso, embora tenha natureza de negócio jurídico, ele ocorre no bojo de uma pretensão sancionatória, exigindo o crivo do Judiciário para garantir a legalidade e a eficácia da extinção do feito. Vejamos: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: § 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: III - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

A alternativa B está incorreta. O controle judicial na homologação de acordos é, em regra, um controle de legalidade e voluntariedade, e não um controle pleno de mérito sobre a "conveniência e oportunidade". O juiz não pode se substituir ao Ministério Público para decidir se o acordo é "bom" ou "ruim" sob a ótica política ou estratégica, desde que os requisitos legais e a reparação do dano estejam presentes. Vejamos: “Art. 17-D. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Parágrafo único. Ressalvado o disposto nesta Lei, o controle de legalidade de políticas públicas e a responsabilidade de agentes públicos, inclusive políticos, entes públicos e governamentais, por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, à ordem econômica, à ordem urbanística, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos e ao patrimônio público e social submetem-se aos termos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.”

A alternativa C está correta. O ANPC é considerado um negócio jurídico-processual típico, por ser previsto expressamente em lei. Uma vez que as partes transigem para encerrar o conflito, a sentença que o homologa extingue o processo com resolução de mérito, com base no art. 487, III, "b", do CPC (transação). Isso traz segurança jurídica e vincula as partes e o juízo ao que foi pactuado, ressalvadas nulidades flagrantes. Vejamos: “Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: III - homologar: b) a transação;”

A alternativa D está incorreta. A lei não condiciona a validade do acordo do MP à "anuência obrigatória" do ente político em todas as circunstâncias.

A alternativa E está incorreta. Não existe "suspensão automática e infinita" que dispense o controle de legalidade. Pelo contrário, o rito do ANPC exige o cumprimento de requisitos específicos (como o ressarcimento integral do dano e a reversão da vantagem indevida) e o estrito controle de legalidade pelo magistrado e, no caso do MP, pelo órgão revisor ministerial. Vejamos: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: I - o integral ressarcimento do dano; II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.”

QUESTÃO 59. À luz dos arts. 98 a 102 do Código de Processo Civil e da interpretação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o benefício da gratuidade da justiça, assinale a alternativa correta:

a) A declaração de insuficiência financeira apresentada por pessoa natural gera presunção absoluta de veracidade, sendo vedado ao juiz exigir comprovação adicional, salvo em casos de litigância de má-fé.

b) A concessão do benefício afasta definitivamente a responsabilidade do beneficiário pelo pagamento de custas e honorários sucumbenciais, os quais somente poderão ser exigidos caso haja revogação expressa da gratuidade em fase de cumprimento de sentença.

c) A assistência por advogado particular torna incompatível a concessão do benefício, salvo quando comprovada a atuação gratuita ou pro bono pelo causídico.

d) Indeferir o pedido de gratuidade sem prévia intimação da parte para comprovar os pressupostos legais configura error in procedendo, pois o juiz deve oportunizar a complementação das informações antes de negar o benefício.

e) Tendo sido concedida a gratuidade requerida na petição inicial, a impugnação pelo réu suspende automaticamente o curso do processo até decisão do juiz sobre a manutenção ou revogação do benefício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre gratuidade de justiça.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 99, § 3º, do CPC, a presunção de veracidade da declaração de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural é relativa: “§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.”

A alternativa B está incorreta. A concessão da gratuidade não "afasta definitivamente" a responsabilidade, mas sim gera a suspensão da exigibilidade das verbas sucumbenciais, conforme o art. 98, § 2º, do CPC: “§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.”

A alternativa C está incorreta. O foco do benefício é a capacidade financeira da parte, não a natureza do contrato com seu defensor, nos termos do art. 99 e seguintes do CPC.

A alternativa D está correta. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Vejamos o entendimento jurisprudencial acerca do tema: “PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCORRÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. ART. 1.035 DO CPC/2015. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. INDEFERIMENTO QUE DEPENDE DE PRÉVIA CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA ARCAR COM OS CUSTOS DA APELAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 99, § 2º, DO CPC/2015 FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso suscitada pela Fazenda estadual, já que verificada a ocorrência do prequestionamento ficto. Isso porque, conforme o entendimento desta Corte Superior, a incidência do art. 1.025, do CPC/2015 exige que o recurso especial tenha demonstrado a ocorrência de violação do art. 1.022 do referido diploma legal - possibilitando verificar a omissão do Tribunal de origem quanto à apreciação da matéria de direito de lei federal controvertida, bem como superar a supressão de instância na instância ad quem, caso constate a existência do vício do julgado, vindo a deliberar sobre a possibilidade de julgamento imediato da matéria. 2. O indeferimento da gratuidade da justiça depende de prévia intimação para que a parte requerente proceda à juntada de documentos hábeis a comprovar a sua

hipossuficiência, conforme determina o art. 99, § 2º, do CPC/2015. Precedentes: AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 1649774/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020; EDcl no AgInt no AREsp 1523905/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/04/2020, DJe 27/04/2020; AREsp 1787491/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019. 3. Agravo interno da Fazenda do Estado de São Paulo a que se nega provimento. (AgInt no AgInt no AREsp n. 1.921.390/SP, relator Ministro Manoel Erhardt (Desembargador Convocado do Trf5), Primeira Turma, julgado em 9/5/2022, DJe de 11/5/2022.)”

A alternativa E está incorreta. A impugnação à gratuidade da justiça, seja ela feita na contestação, na réplica ou em contrarrazões de recurso, não possui efeito suspensivo automático sobre o curso principal do processo. Ela será processada nos próprios autos e decidida pelo juiz sem paralisar a marcha processual. Nesse sentido, vejamos o disposto no art. 100 do CPC: “Art. 100. Deferido o pedido, a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.”

QUESTÃO 60. No curso de uma ação civil pública, o Ministério Público requereu ao juízo que determinasse à parte autora – pessoa física representada por advogado particular – a apresentação de documentos bancários e fiscais no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária. O advogado da parte autora manifestou-se alegando violação de prerrogativa profissional e abuso de poder, sustentando que o Ministério Público não poderia dirigir ordens à parte representada, devendo requisitar as informações apenas a órgãos públicos ou privados, nos termos da Lei Complementar nº 75/1993 e da Lei nº 8.625/1993.

À luz do Código de Processo Civil e da legislação pertinente às prerrogativas da advocacia e às atribuições do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, possui poderes instrutórios que lhe permitem requisitar diretamente às partes qualquer documento necessário, sendo o juiz obrigado a deferir automaticamente o pedido formulado.**
- b) O pedido do Ministério Público somente pode ser dirigido ao advogado da parte e não diretamente à parte representada, sob pena de nulidade por violação ao art. 7º, VI, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB), que garante a comunicação exclusiva por intermédio do advogado.**
- c) O Ministério Público pode requerer judicialmente a exibição de documentos pela parte adversa, mas não pode requisitá-los extrajudicialmente ao particular; compete ao juiz analisar a pertinência e necessidade da ordem, em conformidade com o contraditório e a proporcionalidade.**
- d) Sendo o Ministério Público instituição essencial à justiça, seus pedidos instrutórios independem de apreciação judicial e têm eficácia imediata, equiparando-se às ordens judiciais de exibição de documentos, inclusive quando dirigidos a particulares.**
- e) Caso o juiz defira o pedido do Ministério Público, a parte autora não poderá alegar violação a prerrogativas da advocacia, pois o Estatuto da OAB não se aplica a processos coletivos, devendo prevalecer o interesse público tutelado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público, embora atue como custos legis (fiscal da ordem jurídica), não possui o poder de "ordenar" que o juiz defira automaticamente seus pedidos.

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa está em afirmar que há "nulidade" por violação de prerrogativa simplesmente porque o MP pediu a exibição de documentos da parte. O pedido é legítimo dentro do jogo processual, estando em consonância com o art. 179 do CPC: "requerer as medidas processuais pertinentes".

A alternativa C está correta. Esta alternativa reflete o equilíbrio do sistema processual. O poder de requisição extrajudicial do MP estabelecidas no art. 8º da LC 75/93: "I - notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada; (Vide ADI 3806); II - requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta; (Vide ADI 3806); III - requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas; IV - requisitar informações e documentos a entidades privadas; (Vide ADI 3806); V - realizar inspeções e diligências investigatórias; (Vide ADI 3806); VI - ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio; VII - expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar; (Vide ADI 3806); VIII - ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública; IX - requisitar o auxílio de força policial. (Vide ADI 3806)."

A alternativa D está incorreta. O poder de requisição direta do MP é administrativo/extrajudicial; no processo, ele atua como parte (ou fiscal), dependendo da decisão do magistrado para atos de coerção contra o réu ou autor. Vejamos o disposto nos artigos 176 e 177 do CPC: "Art. 176. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Art. 177. O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais."

A alternativa E está incorreta. O Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como seu Regulamento Geral, aplicam-se a todos os advogados e às suas atividades, inclusive na atuação em processos coletivos. Nesse sentido, vejamos o que dispõe o Estatuto da Advocacia: "Art. 54. Compete ao Conselho Federal: II - representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais dos advogados;"

QUESTÃO 61. Sobre o inquérito policial, indique a alternativa correta:

a) É improrrogável o prazo de 10 (dez) dias estabelecido pelo art. 10 do Código de Processo Penal para o término do inquérito policial se o indiciado estiver preso preventivamente.

b) Durante o trâmite do inquérito policial é possível decisão judicial deferindo pedido formulado pelo Ministério Público ou pelo defensor do indiciado para admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia.

c) Em vista da natureza sigilosa do inquérito policial, o defensor do indiciado não pode ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

d) O trâmite do inquérito policial será suspenso no caso de instauração de incidente de insanidade mental do indiciado.

e) Ainda que verifique ilegalidade ou teratologia na promoção de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público, o juiz competente não poderá encaminhar os autos para a instância de revisão do órgão ministerial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre inquérito policial.

A alternativa A está incorreta. O Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de 10 dias do art. 10 do CPP, inclusive quando o investigado estiver preso. “Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: [...] VIII - prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial e observado o disposto no §2º deste artigo; [...] §2º Se investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 (quinze) dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.”.

A alternativa B está correta. É o que prevê o inciso XVI do art. 3º-B do Código de Processo Penal: CPP. “Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: [...] XVI - deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia.

A alternativa C está incorreta. Se os elementos de prova já foram documentados, é possível o acesso, com base na Súmula Vinculante 14 do STF: “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”.

A alternativa D está incorreta. Com base no art. 149, §2º, apenas a ação penal é que será suspensa, o inquérito policial não. CPP. “Art. 149, § 2º O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

A alternativa E está incorreta. O Juiz poderá encaminhar os autos para o PGJ ou a CCR se entender que o arquivamento é ilegal ou teratológico, conforme interpretação do STF: “3) Mesmo sem previsão legal expressa, o juiz pode provocar o PGJ ou a CCR caso entenda que o arquivamento é ilegal ou teratológico. STF. Plenário. ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023 (Info 1106).”

QUESTÃO 62. Sobre a ação penal, indique a alternativa correta:

a) O prazo decadencial para a representação do ofendido e para a requisição do Ministro da Justiça é de 6 (seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.

b) Em crime de ação penal pública incondicionada, o perdão do ofendido em relação a um dos autores do crime desobriga o Ministério Público de oferecer denúncia.

c) Nos crimes de ação penal pública condicionada praticados em detrimento do patrimônio ou interesse do Município, a representação do ofendido deve ser oferecida pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial.

d) Em crime de ação penal pública incondicionada, estando solto o indiciado, não cabe ação penal privada subsidiária da pública se, no prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 46 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do inquérito policial.

e) Em crime de ação penal pública condicionada, o oferecimento da representação do ofendido contra somente um dos autores do delito impede que o Ministério Público ofereça denúncia contra os demais agentes do mesmo crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre ação penal.

A alternativa A está incorreta. A requisição do Ministro da Justiça poderá ser feita a qualquer momento, não havendo prazo decadencial, apenas deverá ser proposta enquanto não estiver extinta a punibilidade do delito. Aqui a lei não prevê prazo decadencial (como na representação).

A alternativa B está incorreta. Por lógica, como a representação da vítima é dispensável nos crimes de ação pública incondicionada, o perdão da vítima não impede o Ministério Público de oferecer denúncia.

A alternativa C está incorreta. Nos crimes praticados em detrimento do patrimônio ou interesse do Município a ação penal será pública. CPP. Art. 24, §2º Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

A alternativa D está correta. De fato, o STF entende que quando o Ministério Público arquivar o inquérito policial, não cabe ação penal privada subsidiária da pública. Porém, cabe ação privada (queixa) conforme Tema 811: “I - O ajuizamento da ação penal privada pode ocorrer após o decurso do prazo legal, sem que seja oferecida denúncia, ou promovido o arquivamento, ou requisitadas diligências externas ao Ministério Público. Diligências internas à instituição são irrelevantes; II - A conduta do Ministério Público posterior ao surgimento do direito de queixa não prejudica sua propositura. Assim, o oferecimento de denúncia, a promoção do arquivamento ou a requisição de diligências externas ao Ministério Público, posterior ao decurso do prazo legal para a propositura da ação penal não afastam o direito de queixa. Nem mesmo a ciência da vítima ou da família quanto a tais diligências afasta esse direito, por não representar concordância com a falta de iniciativa da ação penal pública.”.

A alternativa E está incorreta. Na ação pública condicionada a representação se dá conforme o fato praticado e não contra o autor do delito. Portanto, se apenas apresentada representação de apenas um dos autores e houver concurso de agentes, o Ministério Público pode ingressar contra todos ou contra um deles. Neste sentido, Norberto Avena: “A representação não se dá em relação a este ou àquele autor do delito, mas se refere ao fato praticado. Assim, perpetrado, em concurso de agentes, determinado crime de ação pública

condicionada, ainda que oferecida representação nominal apenas em relação a um dos autores, aos outros se estenderão seus efeitos, legitimando o Ministério Público a ingressar com ação penal contra todos.”

QUESTÃO 63. Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao dar interpretação conforme ao art. 3º-C do Código de Processo Penal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6298, 6299, 6300 e 6305, a competência do Juiz das Garantias abrange:

- a) As infrações penais de menor potencial ofensivo.
- b) Os crimes militares próprios.
- c) Os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) Os processos de competência do Tribunal do Júri.
- e) Os processos de competência originária dos tribunais regidos pela Lei nº 8.038/1990.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre juiz das garantias.

A alternativa B está correta. O STF conferiu interpretação conforme ao art. 3º-C do CPP para estabelecer que as normas do juiz das garantias não se aplicam a: (1) processos de competência originária dos tribunais (erro da alternativa A); (2) processos de competência do tribunal do júri (erro da alternativa C); (3) aos casos de violência doméstica e familiar (erro da alternativa D) e (4) infrações penais de menor potencial ofensivo (STF, ADI 6298, j. 24/08/2023, Info 1106). Com relação à figura do “promotor de garantias” esta não está prevista na alteração promovida pela Lei 13.964/2019.

As alternativas A, C, D e E estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 64. De acordo com a interpretação conforme a Constituição Federal dada à Lei nº 7.960/1989 pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 3360 e 4109, indique a alternativa que não constitui requisito, nem pressuposto, nem fundamento para a prisão temporária:

- a) Ser adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado.
- b) Existência de fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes elencados no art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989, vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto no dispositivo.
- c) Ser imprescindível para as investigações do inquérito policial, constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas.
- d) Ser justificada por fatos novos ou contemporâneos que fundamentem a medida.
- e) Ser fundada no fato de que o indiciado não tem residência fixa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre prisão temporária.

A alternativa E está correta. O STF fixou requisitos para a decretação de prisão temporária, autorizando-se apenas quando constatados cumulativamente que: 1) for imprescindível para as investigações do inquérito policial (art. 1º, I, Lei 7.960/1989) (periculum libertatis), constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas, vedada a sua utilização como prisão para averiguações, em violação ao direito à não autoincriminação, ou quando fundada no mero fato de o representado não possuir residência fixa (inciso II); 2) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes previstos no art. 1º, III, Lei 7.960/1989 (fumus comissi delicti), vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto no dispositivo; 3) for justificada em fatos novos ou contemporâneos que fundamentem a medida (art. 312, § 2º, CPP); 4) a medida for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado (art. 282, II, CPP); 5) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos arts. 319 e 320 do CPP (art. 282, § 6º, CPP) (ADI 4109, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14-02-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-075 DIVULG 20-04-2022 PUBLIC 22-04-2022)”.

As alternativas A, B, C e D estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 65. A competência será determinada pela continência quando:

- a) Duas ou mais pessoas forem acusadas pelo cometimento de uma mesma infração penal.**
- b) A prova de uma infração penal influir na prova de outro delito.**
- c) Ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido umas praticadas para ocultar as outras.**
- d) Ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas por várias pessoas, umas contra as outras.**
- e) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está correta. É a literalidade do art. 77, I, do CPP: “Art. 77. A competência será determinada pela continência quando: I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.” Para justificar as demais alternativas, segue o segundo requisito para fins de determinação da competência por continência: II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1º, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.”

As alternativas A, B, C e D estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 66. Sobre a instrução probatória no Direito Processual Penal, indique a alternativa correta à luz do Código de Processo Penal e da jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça:

- a) É ilícita a prova obtida a partir do fenômeno jurídico da serendipidade no contexto do regular cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão domiciliar.
- b) Se o acusado solto não atender à intimação para o interrogatório, o juiz poderá mandar conduzi-lo à sua presença para ser interrogado.
- c) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do Código de Processo Penal pode ser fundamentada unicamente no decurso do tempo para se ter como urgente a antecipação probatória.
- d) A quebra da cadeia de custódia gera nulidade automática, já que são presumidas a falta de confiabilidade da prova e a existência de prejuízo à defesa.
- e) É admissível a utilização de prova emprestada, desde que seja garantido o contraditório, mesmo que diferido, no processo receptor, não sendo necessária a identidade absoluta de partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre provas.

A alternativa A está incorreta. Pelo contrário, quando a serendipidade ocorrer a prova obtida será considerada lícita: “O fato de elementos indiciários acerca da prática de crime surgirem no decorrer da execução de medida de quebra de sigilo bancário e fiscal determinada para apuração de outros crimes não impede, por si só, que os dados colhidos sejam utilizados para a averiguação da suposta prática daquele delito. Com efeito, pode ocorrer o que se chama de fenômeno da serendipidade, que consiste na descoberta fortuita de delitos que não são objeto da investigação. STJ. 6ª Turma. HC 282096-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 24/4/2014 (Info 539).”

A alternativa B está incorreta. O STF entendeu que não houve recepção da expressão “para o interrogatório” prevista no art. 260 do CPP: “O CPP, ao tratar sobre a condução coercitiva, prevê o seguinte: Art. 260. Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença. O STF declarou que a expressão “para o interrogatório”, prevista no art. 260 do CPP, não foi recepcionada pela Constituição Federal. Assim, caso seja determinada a condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tal conduta poderá ensejar: a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade; a ilicitude das provas obtidas; a responsabilidade civil do Estado. Modulação dos efeitos: o STF afirmou que o entendimento acima não desconstitui (não invalida) os interrogatórios que foram realizados até a data do julgamento, ainda que os interrogados tenham sido coercitivamente conduzidos para o referido ato processual. STF. Plenário. ADPF 395/DF e ADPF 444/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgados em 13 e 14/6/2018 (Info 906)”.

A alternativa C está incorreta. Contraria o disposto na Súmula 455 do STJ: Súmula 455-STJ: A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no artigo 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

A alternativa D está incorreta. Contraria o entendimento do STJ: “A quebra da cadeia de custódia, em razão da falta de numeração individualizada do material objeto da perícia definitiva, que resulte na impossibilidade de se distinguir, com segurança, se a reconhecida inconsistência de parte da perícia, relativa a natureza entorpecente do material apreendido, referia-se às substâncias apreendidas por ocasião da busca pessoal ou das provas declaradas ilícitas por desrespeito à inviolabilidade domiciliar, acarreta a absolvição do acusado por falta de materialidade delitiva. STJ. 6ª Turma. REsp 2.024.992-SP, Rel. Min. Teodoro Silva Santos, julgado em 5/3/2024 (Info 803).”

A alternativa E está correta. É o entendimento do STJ: “É assente no STJ que a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas, sob pena de se reduzir excessivamente sua aplicabilidade, sem justificativa razoável para tanto. Independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo. Para a observância do devido processo legal e do contraditório, não é necessário que haja absoluta identidade de partes entre o processo de que se empresta a prova e o processo para o qual esta é emprestada, pois o contraditório sobre a prova (contraditório postergado ou diferido) satisfaz esses princípios. A circunstância de o agravante não haver participado originariamente da elaboração da prova não impede que ela seja empregada no processo em que ele figura como acusa. STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 157.715/PR, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 02/08/2022.”.

QUESTÃO 67. Assinale a alternativa que não corresponde à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça sobre o reconhecimento fotográfico ou pessoal de acusados, conforme Tema Repetitivo 1258:

a) As regras postas no art. 226 do Código de Processo Penal são de observância obrigatória tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, sob pena de invalidade da prova destinada a demonstrar a autoria delitiva.

b) Ainda que a regra do inc. II do art. 226 do Código de Processo Penal admita a mitigação da semelhança entre os suspeitos alinhados quando, justificadamente, não puderem ser encontradas pessoas com o mesmo fenótipo, eventual discrepância acentuada entre as pessoas comparadas poderá esvaziar a confiabilidade probatória do reconhecimento feito nessas condições.

c) Poderá o magistrado se convencer da autoria delitiva a partir do exame de provas ou evidências independentes que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento.

d) É necessário realizar o procedimento formal de reconhecimento de pessoas, previsto no art. 226 do Código de Processo Penal, mesmo quando se tratar de identificação de pessoa que o depoente já conhecia anteriormente.

e) O reconhecimento de pessoas é prova irrepetível, na medida em que um reconhecimento inicialmente falho ou viciado tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, esvaziando de certeza o procedimento realizado posteriormente com o intuito de demonstrar a autoria delitiva, ainda que o novo procedimento atenda os ditames do art. 226 do Código de Processo Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o reconhecimento fotográfico ou pessoal de acusados.

A alternativa A está incorreta. Conforme item 1 do Tema 1258: “1) As regras postas no art. 226 do CPP são de observância obrigatória tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, sob pena de invalidade da prova destinada a demonstrar a autoria delitiva, em alinhamento com as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. O reconhecimento fotográfico e/ou pessoal inválido não poderá servir de lastro nem a condenação nem a decisões que exijam menor rigor quanto ao standard probatório, tais como a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia ou a pronúncia.”.

A alternativa B está incorreta. Conforme item 2 do Tema 1258: “2) Deverão ser alinhadas pessoas semelhantes ao lado do suspeito para a realização do reconhecimento pessoal. Ainda que a regra do inciso II do art. 226 do CPP admita a mitigação da semelhança entre os suspeitos alinhados quando, justificadamente, não puderem ser encontradas pessoas com o mesmo fenótipo, eventual discrepância acentuada entre as pessoas comparadas poderá esvaziar a confiabilidade probatória do reconhecimento feito nessas condições.”

A alternativa C está incorreta. Conforme item 4 do Tema 1258: “4) Poderá o magistrado se convencer da autoria delitiva a partir do exame de provas ou evidências independentes que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento.”.

A alternativa D está correta. É desnecessário realizar o procedimento formal de reconhecimento de pessoas quando se trata de pessoa que o depoente já conhecia anteriormente: 6) Desnecessário realizar o procedimento formal de reconhecimento de pessoas, previsto no art. 226 do CPP, quando não se tratar de apontamento de indivíduo desconhecido com base na memória visual de suas características físicas percebidas no momento do crime, mas, sim, de mera identificação de pessoa que o depoente já conhecia anteriormente. STJ. 3ª Seção. REsp 1.953.602-SP, REsp 1.987.628-SP, REsp 1.986.619-SP e REsp 1.987.651-RS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgados em 11/6/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1258).

A alternativa E está incorreta. Conforme item 3 do Tema 1258: “3) O reconhecimento de pessoas é prova irrepetível, na medida em que um reconhecimento inicialmente falho ou viciado tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, esvaziando de certeza o procedimento realizado posteriormente com o intuito de demonstrar a autoria delitiva, ainda que o novo procedimento atenda os ditames do art. 226 do CPP.”

QUESTÃO 68. Sobre o procedimento do Tribunal de Júri, indique a alternativa correta:

a) Absolvido o réu do crime doloso contra a vida pelo Conselho de Sentença, o crime conexo que não seja doloso contra a vida será julgado pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

b) Não é admitida a reinquirição, na mesma sessão de julgamento, de testemunha já ouvida em plenário do Tribunal do Júri.

c) Absolvida a acusada pelo Tribunal do Júri da imputação do crime de infanticídio, cuja pena privativa de liberdade máxima é inferior a 15 (quinze) anos, o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público não terá efeito suspensivo.

d) Comparecendo, pelo menos, 2/5 (dois quintos) dos jurados sorteados, o Juiz Presidente do Tribunal do Júri declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

e) Se a parte pediu a intimação da testemunha declarando não prescindir do depoimento e indicando a sua localização, o julgamento pelo Tribunal do Júri deverá ser adiado mesmo na hipótese desta testemunha não ser encontrada no local indicado e assim for certificado pelo Oficial de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tribunal do júri.

A alternativa A está incorreta. Não, o crime conexo nesses casos não será julgado pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri, uma vez que essa hipótese só caberá quando houver desclassificação da infração. Art. 492, §§1º e 2º: § 1º Se houver desclassificação da infração para outra, de competência do juiz singular, ao presidente do Tribunal do Júri caberá proferir sentença em seguida, aplicando-se, quando o delito resultante da nova tipificação for considerado pela lei como infração penal de menor potencial ofensivo, o disposto nos arts. 69 e seguintes da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995. § 2º Em caso de desclassificação, o crime conexo que não seja doloso contra a vida será julgado pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, aplicando-se, no que couber, o disposto no § 1º deste artigo.

A alternativa B está incorreta. É possível a reinquirição nos termos do art. 476, §4º, do CPP: “§ 4º A acusação poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário.”

A alternativa C está correta. É a literalidade do §4º do art. 492 do CPP: “§ 4º A apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão não terá efeito suspensivo.”

A alternativa D está incorreta. Deverão comparecer pelo menos 15 jurados (não 2/5) conforme art. 463 do CPP: “Art. 463. Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.”

A alternativa E está incorreta. Nesta hipótese o julgamento será realizado quando a testemunha não for encontrada no local indicado: “Art. 461, § 2º O julgamento será realizado mesmo na hipótese de a testemunha não ser encontrada no local indicado, se assim for certificado por oficial de justiça.”.

QUESTÃO 69. Sobre os embargos infringentes e de nulidade no âmbito do Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta:

a) Não podem ser interpostos pelo Ministério Público.

b) Não cabem contra acórdão unânime, ainda que divergente a fundamentação dos votos dos desembargadores.

c) A petição do recurso e as razões recursais devem ser apresentadas na mesma oportunidade.

d) São cabíveis contra acórdão que julgou apelação ou recurso em sentido estrito de forma não unânime e desfavorável ao réu.

e) Não são cabíveis contra acórdão que julgou, por maioria e de maneira desfavorável ao réu, anteriores embargos infringentes e de nulidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os embargos infringentes.

A alternativa A está correta. O Ministério Público poderá interpor embargos infringentes nos casos previstos no Código de Processo Penal Militar: O Ministério Público possui legitimidade para interpor embargos infringentes no âmbito do Código de Processo Penal Militar, conforme o art. 538 do CPPM. STJ. 5ª Turma. AgRg no AREsp 2.786.049-SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, julgado em 20/3/2025 (Info 845).

A alternativa B está incorreta. O art. 609, parágrafo único exige que a decisão seja não unânime, portanto, correta a questão e não é nosso gabarito. CPP, “Art. 609. Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.”

A alternativa C está incorreta. Correta, segundo Norberto Avena: “Relativamente à forma, serão ingressados apenas por petição, não se admitindo termo, visto que as razões devem estar presentes no momento em que protocolado o recurso. A petição de oposição deverá ser dirigida ao Desembargador-Relator do acórdão embargado, enquanto as razões serão endereçadas ao respectivo órgão julgador.”.

A alternativa D está incorreta. É justamente o que prevê o art. 609, parágrafo único do CPP: “Art. 609. Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.”

A alternativa E está incorreta. Justamente, como os embargos infringentes cabem apenas contra decisão em segunda instância (apelação), não é possível sua interposição de acórdão que julgou embargos infringentes. art. 609, parágrafo único do CPP: “Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária. Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.”

QUESTÃO 70. Indique a alternativa em que a suspensão do processo criminal não suspende o prazo prescricional:

a) Suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/1995.

b) Sustação do processo criminal até que se julgue a exceção de suspeição do juiz oposta por uma das partes, quando a parte contrária reconhecer a procedência da arguição e requerer a suspensão do processo principal.

c) Suspensão do processo em face do réu citado por edital que não comparece nem constitui advogado no processo.

d) Suspensão do processo criminal enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

e) Sustação da ação penal em face dos membros do Congresso Nacional, determinada pelo voto da maioria dos integrantes da respectiva Casa Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da suspensão do processo criminal.

A alternativa B está correta. É o previsto no art. 99 do Código de Processo Penal c/c art. 111 do CPP “Art. 99. Se reconhecer a suspeição, o juiz sustará a marcha do processo, mandará juntar aos autos a petição do recusante com os documentos que a instruem, e por despacho se declarará suspeito, ordenando a remessa dos autos ao substituto.”. “Art. 111. As exceções serão processadas em autos apartados e não suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.”.

As alternativas, A, C, D e E estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 71. A Resolução nº 310/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público regula a atividade do Ministério Público na investigação de certos crimes em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública. Com base na normativa citada, marque a alternativa incorreta.

a) A atribuição do Ministério Público para investigar infrações criminais observará as diretrizes da Resolução nº 310/2025 quando, em decorrência ou no contexto de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, exista notícia, indício ou suspeita de ocorrência de crime doloso contra a vida.

b) Havendo representação ao Ministério Público, a não instauração do procedimento deverá ser sempre motivada.

c) Quando cabível, deverá ser assegurada como medida investigatória a realização de exame pericial do local dos fatos e de pessoas, acompanhado de registro fotográfico, com ou sem a presença física de cadáver.

d) A instauração da investigação pelo órgão do Ministério Público independerá de prévia definição do elemento subjetivo do agente, da possibilidade de incidência de alguma causa de exclusão da ilicitude e de o crime haver sido consumado ou tentado.

e) No atendimento às vítimas de crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública, é desnecessário ao órgão do Ministério Público a identificação e localização dos familiares das vítimas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Resolução nº 310 de 2025 do CNMP..

A alternativa A está incorreta. É o que prevê o art. 1º, I, da Resolução: “Art. 1º A atribuição do Ministério Público para investigar infrações criminais observará as diretrizes desta Resolução quando, em decorrência ou no contexto de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, exista notícia, indício ou suspeita de ocorrência de: I – crime doloso contra a vida ou qualquer outro crime doloso com resultado morte;”.

A alternativa B está incorreta. É a literalidade do art. 1º, §5º, da Resolução: § 5º Havendo representação ao Ministério Público, a não instauração do procedimento investigatório deverá ser sempre motivada.”.

A alternativa C está incorreta. É o que prevê o art. 2º, III, da Resolução: “III – a realização de exame pericial do local dos fatos e de pessoas, acompanhado de registro fotográfico, com ou sem a presença física de cadáver;”.

A alternativa D está incorreta. É a previsão expressa do §4º do art. 2º da Resolução: “§4º A instauração da investigação pelo órgão do Ministério Público independe de prévia definição do elemento subjetivo do agente, da possibilidade de incidência de alguma causa de exclusão da ilicitude e de o crime haver sido consumado ou tentado.”.

A alternativa E está correta. Conforme art. 3º, §1º, I, da Resolução: “No atendimento às vítimas de crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública, compete ao órgão do Ministério Público: I – identificar e localizar os familiares da vítima, bem assim informá-los da investigação e da possibilidade de participar ativamente;”.

QUESTÃO 72. Durante os debates orais em plenário do Tribunal do Júri, o defensor do réu lê trechos do laudo de exame cadavérico e afirma ao Conselho de Sentença que a vítima “apresentava sulco horizontal, completo e com equimoses adjacentes na região cervical, compatível com lesão provocada por ação direta de terceiro”. Sustenta, então, que a denúncia apresentada pelo Ministério Público estaria equivocada ao indicar que a morte foi causada por estrangulamento, alegando que o termo correto seria enforcamento. Contra essa fala, indique a alternativa tecnicamente correta para ser utilizada pelo Promotor de Justiça ao pedir a palavra: a) A denúncia está correta, pois tanto estrangulamento quanto enforcamento decorrem necessariamente da ação direta de um terceiro.

b) O defensor está equivocado, pois embora o enforcamento também decorra de constrição ativa do pescoço, não gera sinais exteriores visivelmente identificáveis.

c) O defensor está incorreto, pois o conjunto de sinais descrito no laudo é compatível com estrangulamento, e não com enforcamento, já que este se caracteriza pela constrição passiva do pescoço decorrente do peso do corpo.

d) A denúncia está correta, pois o estrangulamento é a asfixia mecânica produzida por constrição cervical por meio de um laço acionado pelo peso da própria vítima.

e) O defensor está equivocado, pois o conjunto de sinais descrito no laudo é compatível com estrangulamento, bastando o laudo, por si só, para comprovar a materialidade e autoria delitiva.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema estrangulamento.

A alternativa A está incorreta. No enforcamento, a constrição do pescoço é passiva, decorrente da ação do peso do próprio corpo da vítima sobre um laço (corda, lençol, fio etc.). Em razão disso, o sulco de enforcamento apresenta-se, em regra, oblíquo, ascendente, incompleto e situado acima da cartilagem tireoide, frequentemente dirigindo-se em direção ao ponto de suspensão. O sulco costuma ser pálido ou apereginado, com escassa ou nenhuma equimose, justamente porque não há compressão ativa e vigorosa por terceiro;

A alternativa B está incorreta. No estrangulamento, a constrição cervical é ativa, produzida diretamente por terceiro, seja com as mãos (estrangulamento manual), seja por meio de um instrumento (laço, fio, cinto). Nesses casos, o sulco é tipicamente horizontal ou transversal, completo, bem marcado, localizado na região média ou inferior do pescoço, e acompanhado de equimoses, escoriações e infiltração hemorrágica, traduzindo a violência da compressão externa. É comum, ainda, a associação com outros sinais de luta, como lesões ungueais e marcas defensivas.

A alternativa C está correta. A proposição distingue, com precisão médico-legal, enforcamento e estrangulamento a partir do mecanismo da constrição cervical e, sobretudo, das características do sulco.

A alternativa D está incorreta. No estrangulamento, a constrição cervical é ativa, produzida diretamente por terceiro, seja com as mãos (estrangulamento manual), seja por meio de um instrumento (laço, fio, cinto). Nesses casos, o sulco é tipicamente horizontal ou transversal, completo, bem marcado, localizado na região média ou inferior do pescoço, e acompanhado de equimoses, escoriações e infiltração hemorrágica, traduzindo a violência da compressão externa. É comum, ainda, a associação com outros sinais de luta, como lesões ungueais e marcas defensivas.

A alternativa E está incorreta. Ao descrever o laudo um sulco horizontal, completo e com equimoses adjacentes, o achado é incompatível com enforcamento e compatível com estrangulamento, razão pela qual a denúncia do Ministério Público está corretamente enquadrada. A confusão promovida pela defesa ignora o critério fundamental da posição e morfologia do sulco, que é um dos principais elementos diferenciais entre essas duas modalidades de asfixia mecânica.

QUESTÃO 73. A Lei nº 14.994/2024 trouxe importantes alterações à Lei de Execução Penal no tocante à proteção da pessoa presa. Com base nessas mudanças, ficou previsto que poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do juiz da execução penal os seguintes direitos do preso:

a) Constituição de pecúlio e alimentação suficiente.

b) Entrevista pessoal e reservada com advogado, bem como visita do cônjuge em dias determinados.

c) Assistência religiosa e proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação.

d) Contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes, além da proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

e) Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação, bem como contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema direitos do preso na execução penal.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão legal neste sentido;

A alternativa B está incorreta. De fato pode haver restrição da visita do cônjuge. Dispõe a LEP no art 41 § 1º que: “Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do juiz da execução penal.” Além disto, o art 41 § 2º prevê: “O preso condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), não poderá usufruir do direito previsto no inciso X em relação à visita íntima ou conjugal.”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal de restrição destes direitos;

A alternativa D está incorreta. A proteção contra qualquer forma de sensacionalismo é protegida;

A alternativa E está correta. Dispõe a LEP no art 41 § 1º que: “Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do juiz da execução penal.”.

QUESTÃO 74. Com base na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta:

a) Todo preso tem direito à visita íntima, independente do crime a que fora condenado.

b) O chamado “regime semiaberto harmonizado” configura um regime de cumprimento de pena intermediário, destinado à progressão dos presos do semiaberto com bom comportamento que ainda não atingiram o requisito objetivo para progredir ao regime aberto.

c) O juiz poderá impor a fiscalização mediante monitoração eletrônica nos casos de saída temporária do regime semiaberto ou prisão domiciliar, mas deverá fazê-lo no caso de concessão do livramento condicional.

d) A monitoração eletrônica poderá ser revogada quando o acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta grave.

e) Ao progredir para o regime aberto, não poderá ser imposta fiscalização por monitoramento eletrônico, sob pena de violação da liberdade de locomoção.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema direitos dos presos.

A alternativa A está incorreta. A LEP, no art 41 § 2º prevê: “O preso condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), não poderá usufruir do direito previsto no inciso X em relação à visita íntima ou conjugal.”;

A alternativa B está incorreta. O Regime Semiaberto Harmonizado (ou prisão domiciliar para quem está no semiaberto) é uma construção jurisprudencial do STJ/STF e não um regime de cumprimento de pena intermediário formalmente previsto na LEP. Ele é aplicado como uma alternativa ao regime semiaberto quando o Estado não dispõe de vagas em estabelecimentos adequados (colônia agrícola, industrial ou similar);

A alternativa C está incorreta. A LEP, no Art. 115, prevê: “O juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, entre as quais, a fiscalização por monitoramento eletrônico, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias: (Redação dada pela Lei nº 14.843, de 2024) I - permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga; II - sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados; III - não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial; IV - comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.”;

A alternativa D está correta. Dispõe a LEP no Art. 146-D: “A monitoração eletrônica poderá ser revogada: I - quando se tornar desnecessária ou inadequada; II - se o acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta grave.”;

A alternativa E está incorreta. Dispõe a LEP no Art. 146-E: “O condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou por crimes contra a dignidade sexual, ao usufruir de qualquer benefício em que ocorra a sua saída de estabelecimento penal, será fiscalizado por meio de monitoração eletrônica.”. (Redação dada pela Lei nº 15.280, de 2025).

QUESTÃO 75. Sobre o instituto da saída temporária, assinale a alternativa correta com base na Lei de Execução Penal:

a) É permitida a saída temporária sem vigilância direta aos presos que cumprem pena em regime semiaberto nos casos de visita à família e frequência a curso supletivo profissionalizante na Comarca do Juízo da Execução.

b) Se o condenado for primário, a autorização dependerá dos seguintes requisitos: comportamento adequado, cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

c) A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Conselho da Comunidade e a administração penitenciária, podendo ser imposta a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado.

d) Por visar à ressocialização do apenado, o direito à saída temporária é excepcionado pelo legislador apenas aos condenados por crimes hediondos ou com violência física contra a pessoa.

e) Caso o condenado descumpra as condições impostas pelo juiz da execução, o benefício poderá ser mantido, considerando a dignidade da pessoa humana e o estigma do sistema carcerário.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema saída temporária.

A alternativa A está incorreta. A saída temporária para visita à família foi revogada pela Lei nº 14.843/24;

A alternativa B está correta. Prevê a LEP no Art. 123. “A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: I - comportamento adequado; II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente; III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.”;

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal neste sentido;

A alternativa D está incorreta. Prevê o art.122§ 2º da LEP que: “Não terá direito à saída temporária de que trata o caput deste artigo ou a trabalho externo sem vigilância direta o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa.”;

A alternativa E está incorreta. A LEP prevê no Art. 125: “O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso. Parágrafo único. A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.”.

QUESTÃO 76. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

a) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a época em que foi colocado em circulação e o fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

b) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

c) O fornecedor pode eximir-se de responsabilidade provando que não podia prever o defeito ao tempo da comercialização.

d) No caso de responsabilidade por vício do produto, não sendo sanado o vício em 30 (trinta dias), deverá ser substituído por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou, subsidiariamente, o abatimento proporcional do preço.

e) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata sobre Responsabilidade por Vício do Produto.

A alternativa A está incorreta. O produto não é considerado defeituoso quando outro de melhor qualidade tenha sido colocado no mercado. CDC. “Art. 12, §2º. O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.”.

A alternativa B está correta. A questão abordou a literalidade do art. 22 do CDC: “Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.”.

A alternativa C está incorreta. Conforme §3º do art. 12 do CDC a ausência de conhecimento sobre o defeito não exime o fornecedor da sua responsabilidade. CDC. “Art. 12, §3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: I - que não colocou o produto no mercado; II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.”

A alternativa D está incorreta. A escolha não é subsidiária (primeiro a substituição e depois o abatimento). O consumidor poderá escolher de forma alternativa (substituir OU abater). CDC. “Art. 18, §1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço.”.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade é solidária (não subsidiária). CDC. “Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.”.

QUESTÃO 77. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Pela regra do secundum eventum litis, os efeitos da coisa julgada se estendem àqueles que não participaram do processo, se o resultado lhes for favorável.**
- b) Pela regra do secundum eventum probationis, os efeitos da coisa julgada se estendem àqueles que não participaram do processo se a improcedência da demanda estiver fundada em insuficiência probatória.**
- c) Aplica-se a regra do secundum eventum litis e efeitos erga omnes à coisa julgada nas ações coletivas sobre direitos individuais homogêneos.**
- d) No caso de ações coletivas sobre direitos coletivos, a coisa julgada tem efeito ultra partes e rege-se pela regra do secundum eventum probationis.**

e) Efeitos pro et contra da coisa julgada são aqueles em que a decisão produz efeitos em face de todos os titulares do direito discutido, independentemente de o resultado ser favorável ou desfavorável, alcançando inclusive os que não participaram do processo.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata sobre processo coletivo no CDC.

A alternativa B está correta. De fato, segundo a doutrina, o CDC prevê a coisa julgada “*secundum eventum probationis*” que trata dos casos em que a improcedência do pedido por insuficiência de provas não faz coisa julgada material, permitindo que seja intentada nova ação por qualquer legitimado. CDC. Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas automaticamente, com base na fundamentação acima.

QUESTÃO 78. Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria de Direito do Consumidor, assinale a alternativa correta:

a) A publicidade de alimentos direcionada ao público infantil não é considerada abusiva se feita de forma explícita.

b) É legítima a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.

c) A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço, mas não enseja a responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados.

d) O Ministério Público é parte ilegítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.

e) Configura dano moral coletivo *in re ipsa* a exploração de jogos de azar, por constituir atividade ilegal da qual resultam relações de consumo que transcendem os interesses individuais dos frequentadores das casas de jogo.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata da jurisprudência sobre Direito do Consumidor nos Tribunais Superiores.

A alternativa A está incorreta. Contraria o entendimento do STJ: “É abusivo o marketing (publicidade ou promoção de venda) de alimentos dirigido, direta ou indiretamente, às crianças. A decisão de compra e consumo de gêneros alimentícios, sobretudo em época de crise de obesidade, deve residir com os pais. Daí a ilegalidade, por abusivas, de campanhas publicitárias de fundo comercial que utilizem ou manipulem o universo lúdico infantil (art. 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor)” (REsp 1.558.086/SP, Rel. Ministro Humberto Martins).

A alternativa B está incorreta. Contraria a Súmula 638 do STJ: É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.

A alternativa C está incorreta. Contraria o entendimento do STJ: “Companhia aérea é civilmente responsável por não promover condições dignas de acessibilidade de pessoa cadeirante ao interior da aeronave. (STJ. 4ª Turma. REsp 1.611.915-RS, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 06/12/2018 (Info 642)).”

A alternativa D está incorreta. Contraria o entendimento do STJ: “O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença. STF. Plenário. RE 605533/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 15/8/2018 (Repercussão Geral – Tema 262) (Info 911).”.

A alternativa E está correta. Cobrou-se o entendimento do STJ (Informativo 678): PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ART. 6º, I E VII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. JOGO DE AZAR ILEGAL. BINGO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. CABIMENTO. DANO IN RE IPSA. 1. Cuida-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal visando à condenação dos réus na obrigação de não desenvolver atividade de bingo e no pagamento de indenização por dano moral coletivo. [...] 3. Na hipótese dos autos, patente a necessidade de correção de lesão supraindividual às relações de consumo, no que resulta transcender o dano em questão aos interesses individuais dos frequentadores de bingo ilegal. Exploração comercial de atividade ilícita configura, em si mesma, dano moral coletivo (cf., no mesmo sentido, REsp 1.509.923/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 22/10/2015). 4. No Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade civil é objetiva e solidária. O dano moral coletivo não depende de prova da dor, do sofrimento ou do abalo psicológico. Demonstrá-los, embora possível, em tese, na esfera individual, é completamente inviável no campo dos interesses difusos e coletivos, razão pela qual dispensado, principalmente quando incontestável a ilegalidade da atividade econômica ou da prática comercial em questão. Trata-se, portanto, de dano in re ipsa (REsp 1.410.698/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 30/6/2015; REsp 1.057.274/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 26/2/2010). 5. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 1567123 RS 2015/0289682-0, Relator.: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/06/2016, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/08/2020)

QUESTÃO 79. De acordo com o art. 3º da Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta acerca da Política Antimanicomial:

a) A internação psiquiátrica deve ser sempre preferida à inclusão da pessoa com transtorno mental em redes extra-hospitalares, como forma de garantir segurança jurídica à execução penal.

b) Admite-se, como medida excepcional, a internação em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, desde que com laudo médico indicando a persistência da periculosidade.

c) Uma das diretrizes elencadas é a proscrição à prática de tortura, maus tratos, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

d) A Política Antimanicomial admite contenções físicas ou farmacológicas sem restrição, desde que indicadas por profissional de saúde.

e) O tratamento da pessoa com transtorno mental deve ocorrer prioritariamente em ambiente religioso, ainda que não vinculado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em respeito à liberdade de crença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Política Antimanicomial (Resolução nº 487/2023 do CNJ).

A alternativa A está incorreta. A internação psiquiátrica é o último dos recursos, não a prioridade. Conforme art. 12 da Resolução nº 487/2023 do CNJ: “Art. 12. A medida de tratamento ambulatorial será priorizada em detrimento da medida de internação e será acompanhada pela autoridade judicial a partir de fluxos estabelecidos entre o Poder Judiciário e a Raps, com o auxílio da equipe multidisciplinar do juízo, evitando-se a imposição do ônus de comprovação do tratamento à pessoa com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial.”

A alternativa B está incorreta. É vedada a internação de caráter asilar, como os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, conforme art. 3º, VIII, da Resolução nº 487/2023 do CNJ: “Art. 3º São princípios e diretrizes que regem o tratamento das pessoas com transtorno mental no âmbito da jurisdição penal: VIII – a indicação da internação fundada exclusivamente em razões clínicas de saúde, privilegiando-se a avaliação multiprofissional de cada caso, pelo período estritamente necessário à estabilização do quadro de saúde e apenas quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, vedada a internação em instituição de caráter asilar, como os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) e estabelecimentos congêneres, como hospitais psiquiátricos;”.

A alternativa C está correta. Conforme art. 3º, IV, da Resolução nº 487/2023 do CNJ: “Art. 3º São princípios e diretrizes que regem o tratamento das pessoas com transtorno mental no âmbito da jurisdição penal: IV – a proscrição à prática de tortura, maus tratos, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;”.

A alternativa D está incorreta. Tais medidas são vedadas, conforme art. 3º, VII, da Resolução nº 487/2023 do CNJ: “Art. 3º São princípios e diretrizes que regem o tratamento das pessoas com transtorno mental no âmbito da jurisdição penal: VII – o direito à saúde integral, privilegiando-se o cuidado em ambiente terapêutico em estabelecimentos de saúde de caráter não asilar, pelos meios menos invasivos possíveis, com vedação de métodos de contenção física, mecânica ou farmacológica desproporcional ou prolongada, excessiva medicalização, impedimento de acesso a tratamento ou medicação, isolamento compulsório, alojamento em ambiente impróprio e eletroconvulsoterapia em desacordo com os protocolos médicos e as normativas de direitos humanos;”.

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 3º, XI, da Resolução nº 487/2023 do CNJ: “Art. 3º São princípios e diretrizes que regem o tratamento das pessoas com transtorno mental no âmbito da jurisdição penal: XI – atenção à laicidade do Estado e à liberdade religiosa integradas ao direito à saúde, que resultam na impossibilidade de encaminhamento compulsório a estabelecimentos que não componham a Raps ou que

condicionem ou vinculem o tratamento à conversão religiosa ou ao exercício de atividades de cunho religioso;”.

QUESTÃO 80. Com base na Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta:

a) Toda mulher tem direito a fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde pública, mediante solicitação prévia de 24 (vinte e quatro) horas.

b) A paciente poderá indicar livremente o acompanhante, desde que do sexo feminino e profissional da saúde.

c) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, obrigatoriamente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente.

d) A mulher tem direito a ser acompanhada por pessoa maior de idade durante todo o atendimento, independentemente de notificação prévia, inclusive em unidades privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde.

e) Em situações de urgência e emergência, é vedado ao profissional de saúde iniciar o atendimento até que o acompanhante seja identificado e registrado em prontuário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei do SUS (Lei nº 8.080/1990).

A alternativa A está incorreta. Independe de solicitação prévia. Conforme art. 19-J, caput, da Lei 8.080/90: “Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.”

A alternativa B está incorreta. A lei não faz tal restrição. Conforme art. 19-J, § 1º, da Lei 8.080/90: “§ 1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.”

A alternativa C está incorreta. A acompanhante será preferencialmente – e não obrigatoriamente – profissional da saúde do sexo feminino. Conforme art. 19-J, § 2º, da Lei 8.080/90: “§ 2º No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 19-J, caput, da Lei 8.080/90: “Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.”

A alternativa E está incorreta. Não é vedado. Conforme art. 19-J, § 5º, da Lei 8.080/90: “§ 5º Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.”

QUESTÃO 81. Assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se, para efeitos legais, primeira infância: o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança; criança: a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos; e, adolescente: aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.

b) Os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança, de acordo com a Lei nº 13.257/2016.

c) O procedimento de entrega voluntária de recém-nascido para adoção tem como escopo principal a proteção da genitora e do bebê, afastando ou coibindo a possibilidade de aborto clandestino, adoção irregular e abandono em vias públicas, não responsabilizando civil ou criminalmente pelo ato, sendo que a gestante ou parturiente que manifeste o seu interesse, tem direito ao sigilo judicial em torno do nascimento e da entrega de criança para adoção à Justiça Infantojuvenil, inclusive em relação ao suposto genitor e à família ampla, ressalvado o direito da criança ao conhecimento de sua origem biológica; nenhuma mãe, salvo se casada ou vivendo em regime de companheirismo, é obrigada a revelar o nome do pai do seu filho, nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

d) No processo de colocação em família substituta (arts. 165 a 170 do Estatuto da Criança e do Adolescente), quando os pais tiverem concordado expressamente com o pedido, é dispensada a assistência de advogado, o mesmo ocorre na entrega voluntária (art. 19-A do ECA e Resolução nº 485/2023 do Conselho Nacional de Justiça).

e) A promoção da parentalidade positiva e do direito ao brincar como estratégias de prevenção à violência doméstica contra a criança e o adolescente é uma das funções do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei nº 14.344/2022.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata de dispositivos diversos em relação aos direitos da criança e do adolescente.

A alternativa A está correta, tendo em vista que a assertiva está em conformidade com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), em seu art. 2º: “Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira

infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.” e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990), que determina: “art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

A alternativa B está correta, tendo em vista que a assertiva está em conformidade com a Lei nº 13.257/2016: “Art. 10. Os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança.”

A alternativa C está correta, tendo em vista que a assertiva está em conformidade com a legislação brasileira (ECA) e jurisprudência, especialmente do STJ, veja seu informativo 835: “A gestante ou parturiente que manifeste o interesse de entregar seu filho para adoção tem direito ao sigilo judicial em torno do nascimento e da entrega da criança, inclusive em relação ao suposto genitor e à família ampla”.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a assertiva está em desconformidade com a Resolução nº 485/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que traz a presença do advogado, vejamos: “Art. 3º Serão autuadas e registradas na classe “Entrega Voluntária” (15140) as informações instrumentalizadas e respectivos documentos colhidos, assim como relatório técnico, quando possível a realização imediata do atendimento interprofissional, remetendo-se em seguida ao representante do Ministério Público. (...) § 2º Caso a pessoa gestante ou parturiente não tenha advogado constituído, ser-lhe-á imediatamente nomeado um defensor público ou, na impossibilidade, advogado dativo para acompanhamento durante o processo e, notadamente, na audiência de que trata o art. 166, § 1º do ECA, possibilitando entrevista prévia com o defensor, em ambiente com privacidade, para receber orientação jurídica qualificada.” bem como em seu art. 5º, que prevê: “A gestante ou parturiente deve ser informada, pela equipe técnica ou por servidor designado do Judiciário, sobre o direito ao sigilo do nascimento, inclusive, em relação aos membros da família extensa e pai indicado, observando-se eventuais justificativas apresentadas, respeitada sempre sua manifestação de vontade e esclarecendo-se sobre o direito da criança ao conhecimento da origem biológica (ECA, art. 48). § 1º O direito ao sigilo é garantido à gestante criança ou adolescente inclusive em relação aos seus genitores, devendo, nesse caso, ser representada pelo Defensor Público ou advogado a ela nomeado.”

A alternativa E está correta, tendo em vista que a assertiva está em conformidade com o art. 1º da Lei nº 14.344/2022: “Esta Lei institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias para prevenção à violência contra crianças.”

QUESTÃO 82. Assinale a alternativa incorreta:

a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, e, tem como atribuições: atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente; atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente; promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; e, representar junto à

autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, dentre outras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) De acordo com a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população; e, a sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico, instalações e equipamentos que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo: placa indicativa da sede do Conselho em local visível à população; sala reservada para o atendimento e recepção ao público; sala reservada e individualizada para as pessoas em atendimento, com recursos lúdicos para atendimento de crianças e adolescentes; sala reservada para os serviços administrativos; sala reservada para os Conselheiros Tutelares; e, computadores, impressora e serviço de internet de banda larga. O número de salas também deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

c) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, da qual conste, necessariamente, resumo dos fatos.

d) O prazo máximo para a conclusão do procedimento de Perda ou Suspensão do Poder Familiar (arts. 155 a 163 do ECA) será de 120 (cento e vinte) dias.

e) Os prazos nos processos que tramitam perante a Justiça Infantojuvenil serão contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública, Defensoria Pública e Ministério Público, consoante previsão do art. 152, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata de disposições referentes aos direitos da criança e do adolescente previstas no ECA e na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A alternativa A está correta, pois em conformidade com o ECA, art. 136: “São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: (...)”.

A alternativa B está correta, por ser o que determina o art. 17 da Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), veja: “O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população. § 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico, instalações e equipamentos que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo: I - placa indicativa da sede do Conselho em local visível à população; II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público; III - sala reservada e individualizada para as pessoas em atendimento, com recursos lúdicos para atendimento de crianças e adolescentes; IV - sala reservada para os serviços administrativos; V - sala reservada para os Conselheiros Tutelares; e VI - computadores, impressora

e serviço de internet de banda larga § 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos”.

A alternativa C está correta, por ser o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 191: “O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos. Parágrafo único. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.”

A alternativa D está correta, pois em conformidade com o art. 163 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “O prazo máximo para conclusão do procedimento será de 120 (cento e vinte) dias, e caberá ao juiz, no caso de notória inviabilidade de manutenção do poder familiar, dirigir esforços para preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta.”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 152 do ECA: “Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. (...) § 2º Os prazos estabelecidos nesta Lei e aplicáveis aos seus procedimentos são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.”

QUESTÃO 83. Assinale a alternativa incorreta:

a) A oitiva informal do(a) adolescente em conflito com a lei representa uma oportunidade para ele(a) apresentar ao Promotor de Justiça a sua versão sobre os fatos que lhe são imputados. Este contato pessoal também permite ao membro do Ministério Público a reunião de elementos de informação sobre o ato infracional, dos motivos que levaram à prática da conduta, a apuração do contexto social em que o adolescente está inserido, bem como a identificação de situações de vulnerabilidade a que, eventualmente, esteja submetido. Em suma, este momento (oitiva informal) permite que se reúnam informações mais qualificadas que contribuam para a tomada de decisão pelo Promotor de Justiça acerca do melhor encaminhamento para o caso concreto.

b) Com fundamento na disposição constante no art. 152 do Estatuto da Criança e do Adolescente (a saber: aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente), no procedimento para apuração de ato infracional previsto nos arts. 171 a 190 do Estatuto da Criança e do Adolescente, caberá contra a decisão de indeferimento do pedido de internação provisória de adolescente a interposição de recurso (no) em sentido estrito consoante previsão do art. 581, V, do Código de Processo Penal (a saber: Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: (...) V - que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante).

c) A advertência; a obrigação de reparar o dano; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida; a inserção em regime de semiliberdade; e, a internação em estabelecimento educacional são medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicáveis quando verificada a prática de ato infracional.

d) De acordo com dispositivo constante no Estatuto da Criança e do Adolescente, a representação pela prática infracional independe de prova pré-constituída de autoria e materialidade.

e) A Lei nº 12.594/2012 arrola os seguintes princípios para a execução das medidas socioeducativas: legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto; excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos; prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas; proporcionalidade em relação à ofensa cometida; brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente; individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente; mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida; não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre práticas de ato infracional por adolescentes.

A alternativa A está correta. Sobre a oitiva, o ECA determina, em seu art. 179: “Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas.” A título de esclarecimento, veja também: “(...) Em razão disso, a oitiva informal tem especial relevância entre as atribuições do Ministério Público na defesa dos direitos da criança e do adolescente, por ser o momento extrajudicial previsto especialmente em Lei para que o(a) Promotor(a) de Justiça escute o(a) adolescente a quem se atribua a prática de um ato infracional e, sempre que possível, os seus pais ou responsáveis, acerca das circunstâncias da conduta a ele atribuída, bem como sobre a sua condição social e familiar, colhendo as informações pertinentes para avaliar a necessidade ou não de aplicação de alguma medida socioeducativa ou protetiva e se a eventual medida socioeducativa considerada adequada exigirá o oferecimento de representação para a instauração do procedimento judicial. O ato da oitiva informal é também o momento em que se atende ao direito fundamental do adolescente de ser ouvido pessoalmente pela autoridade responsável por instaurar eventual ação socioeducativa e propor a aplicação de medidas adequadas de responsabilização e proteção, direito esse que é inerente aos princípios gerais da obrigatoriedade da informação e da oitiva obrigatória e participação (artigos 111 e 113, c/c artigo 100, parágrafo único, incisos XI e XII, da Lei 8.069/90). Bem ressaltada a importância da oitiva informal no contexto das atribuições do Ministério Público, a presente proposta de resolução é apresentada como um ponto de partida para disciplinar o respectivo procedimento, levando em conta a natureza e as finalidades do ato, bem como as orientações da doutrina e da jurisprudência superior sobre a matéria, ao longo de mais 33 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem nenhuma alteração em seu desenho legislativo original. (CNMP. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Propostas/PROP_RES_OITIVA_INFORMAL.pdf. Acesso em 16/12/2025).

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, contra a decisão que indefere o pedido de internação provisória de adolescente, o recurso cabível é o Agravo de Instrumento, pois se trata de decisão interlocutória que envolve matéria urgente no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permitindo a reanálise da necessidade da medida extrema de internação provisória, visando a proteção do adolescente ou da ordem pública.

A alternativa C está correta, por ser precisamente o que determina o art. 112 do ECA, veja: “Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional;”.

A alternativa D está correta, por ser precisamente o que determina o art. 182 do ECA: “Se, por qualquer razão, o representante do Ministério Público não promover o arquivamento ou conceder a remissão, oferecerá representação à autoridade judiciária, propondo a instauração de procedimento para aplicação da medida sócio-educativa que se afigurar a mais adequada. (...) § 2º A representação independe de prova pré-constituída da autoria e materialidade.”

A alternativa E está correta, por ser precisamente o que determina o art. 35 da Lei nº 12.594/12, veja: “A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto; II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos; III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas; IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida; V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente; VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida; VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status ; e IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.”

QUESTÃO 84. Assinale a alternativa incorreta:

a) A Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, define bullying como todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas; a perseguição de alguém, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

b) Os pais, mães ou responsáveis que forem negligentes na realização do direito à educação de seus filhos, filhas, ou, pupilos, podem responder, perante o Juizado da Infância, pela prática da infração administrativa prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

c) O art. 208, § 3º, da Constituição Federal (a saber: compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à

escola), é um mecanismo importante de combate à evasão escolar, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

d) A Lei nº 12.764/2012 dispõe que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais; e, tem como direitos: a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; o atendimento multiprofissional; a nutrição adequada e a terapia nutricional; os medicamentos; e, informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; o acesso: à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia, inclusive à residência protegida; ao mercado de trabalho; e, à previdência social e à assistência social.

e) A Lei nº 9.394/1996 descreve garantias para a efetivação do dever do Estado com a educação escolar pública, como por exemplo: a educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. Esta lei também assegura que qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, poderão acionar o poder público para exigir acesso à educação básica obrigatória.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre temas diversos referentes à educação de crianças e adolescentes.

A alternativa A está incorreta. Vejamos a definição apresentada pela referida Lei: “Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional. § 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.”

A alternativa B está correta, por ser o que determina o art. 249 do ECA, veja: “Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (...)”.

A alternativa C está correta, por ser o entendimento do STF, firmado em Tese no Tema 548, vejamos: “Tese: 1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.”

A alternativa D está correta, por ser o que prevê a Lei nº 12.764/2012, veja: “Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para

sua consecução. (...) § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.” bem como no art. 3º: “São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.”

A alternativa E está correta, por ser o que prevê a referida Lei, veja: “Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.” bem como em seu art. 5º: “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.”

QUESTÃO 85. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 888.815, com repercussão geral reconhecida – Tema 822, anotou que a educação é um direito fundamental relacionado à dignidade da pessoa humana e à própria cidadania, pois exerce dupla função: de um lado, qualifica a comunidade como um todo, tornando-a esclarecida, politizada, desenvolvida (cidadania); de outro, dignifica o indivíduo, verdadeiro titular desse direito subjetivo fundamental (dignidade da pessoa humana); e, que, principalmente, na educação básica, os titulares desse direito indisponível são os pais, mães ou responsáveis pelo acesso da criança ou adolescente à escola por conta da incapacidade legal (relativa ou absoluta) destes para a prática dos atos da vida civil. Ao final, por unanimidade, foi negado provimento ao recurso, e, registrada a seguinte tese: “Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira”.

II. Quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.357, pelo Supremo Tribunal Federal, com tema ligado ao ensino inclusivo, foi registrada a importância para as crianças sem deficiência, da convivência com crianças com deficiência, porque uma escola que se preocupa em ir mais além da questão econômica, em preparar seus alunos para a vida, deve, na verdade, encarar a presença de crianças com deficiência como uma especial oportunidade de apresentar a todas as crianças, principalmente às que não tem deficiências, uma lição fundamental de humanidade, um modo de convivência sem exclusões, sem discriminações, num ambiente de solidariedade e fraternidade; que o enclausuramento em face do diferente furta o colorido da vivência cotidiana, privando-nos da estupefação diante do que se coloca como novo, como diferente; e ainda, que é somente com o convívio com a diferença e com o seu necessário acolhimento que pode haver a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Ao final, o Tribunal Pleno, por maioria, julgou improcedente a ação.

III. O Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.008.166, com repercussão geral reconhecida – Tema 548, registrou que a educação infantil representa prerrogativa

constitucional indisponível, que assegura às crianças de zero a cinco anos de idade a primeira etapa do processo de educação básica e que o Estado tem o dever constitucional de garantir o efetivo acesso e atendimento em unidades de pré-escola, sob pena de se configurar inaceitável omissão estatal e violação a direito subjetivo, sanável pela via judicial. Ao final, por unanimidade, negou provimento ao recurso, e fixou a seguinte tese: “1. A educação básica em todas as suas fases constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena. 2. O Município, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, tem o dever constitucional de assegurar o atendimento em pré-escola às crianças, não podendo invocar genericamente a reserva do possível para se eximir de sua obrigação. 3. Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo”.

IV. O Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.267.879, com repercussão geral reconhecida – Tema 1.103, deixou consignado que a liberdade de consciência é protegida constitucionalmente e se expressa no direito que toda pessoa tem de fazer suas escolhas existenciais e de viver o seu próprio ideal de vida boa; que nenhum direito é absoluto, encontrando seus limites em outros direitos e valores constitucionais; e, que a liberdade de consciência precisa ser ponderada com a defesa da vida e da saúde de todos, bem como com a proteção prioritária da criança e do adolescente. Ao final, por unanimidade, negou provimento ao recurso, e, fixou a seguinte tese: “É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar”.

V. O Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Recurso Especial nº 493.811/SP criou um importante precedente ao promover uma nova visão do ato administrativo discricionário e asseverar que na atualidade, o império da lei e o seu controle, a cargo do Judiciário, autoriza que se examinem, inclusive, as razões de conveniência e oportunidade do administrador; que o Ministério Público tem legitimidade para exigir do Município a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e ainda, que o moderno Direito Administrativo tem respaldo constitucional suficiente para assumir postura de parceria e, dessa forma, ser compelido, ou compelir os seus parceiros a cumprir os programas traçados conjuntamente.

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II, e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre entendimentos firmados pelo STJ e STF a respeito da educação de crianças e adolescentes.

Vejamos preliminarmente as afirmativas. A afirmativa I está incorreta, tendo em vista que a decisão não foi por unanimidade. Veja: “Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 822 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, vencido o Ministro Roberto Barroso (Relator) e, em parte, o Ministro Edson Fachin. Redator para o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 12.9.2018.” (STF. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciarepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4774632&numeroProcesso=888815&classeProcesso=RE&numeroTema=822>. Acesso em: 16/12/2025). A afirmativa II está correta, vejamos: “O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão nesta quinta-feira (9), julgou constitucionais as normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que estabelecem a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e prover as medidas de adaptação necessárias sem que ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas. A decisão majoritária foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357 e seguiu o voto do relator, ministro Edson Fachin.” (STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=318570&ori=1>. Acesso em: 16/12/2025). A afirmativa III está incorreta; vejamos a Tese fixada: “Tese: 1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.” A afirmativa IV está correta; vejamos: “O Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.267.879, com repercussão geral reconhecida – Tema 1.103, deixou consignado que a liberdade de consciência é protegida constitucionalmente e se expressa no direito que toda pessoa tem de fazer suas escolhas existenciais e de viver o seu próprio ideal de vida boa; que nenhum direito é absoluto, encontrando seus limites em outros direitos e valores constitucionais; e, que a liberdade de consciência precisa ser ponderada com a defesa da vida e da saúde de todos, bem como com a proteção prioritária da criança e do adolescente. Ao final, por unanimidade, negou provimento ao recurso, e, fixou a seguinte tese: “É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar”. Por fim, a afirmação V está correta, veja: “ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO: NOVA VISÃO. 1. Na atualidade, o império da lei e o seu controle, a cargo do Judiciário, autoriza que se examinem, inclusive, as razões de conveniência e oportunidade do administrador. 2. Legitimidade do Ministério Público para exigir do Município a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 3. Tutela específica para que seja incluída verba no próximo orçamento, a fim de atender a propostas políticas certas e determinadas. 4. Recurso especial provido”. (RECURSO ESPECIAL Nº 493.811 – SP (2002/0169619-5) RELATORA: MINISTRA ELIANA CALMON - Data do Julgamento: 11/11/2003).

Assim sendo, a única alternativa a reunir somente as afirmações corretas é a letra C, sendo, portanto, a correta.

QUESTÃO 86. De acordo com a jurisprudência recente dos Tribunais Superiores:

I. A alteração promovida pela Lei nº 14.230/2021 no art. 11 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) retroage em relação aos atos ímprobos culposos não transitados em julgado, inclusive na hipótese de não conhecimento do recurso. Isso implica a reanálise da ação de improbidade pelo julgador, a fim de se identificar a presença do elemento subjetivo dolo, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito.

II. O Tema 1.199 do Supremo Tribunal Federal reconheceu que o princípio da retroatividade da lei mais benéfica aplica-se automaticamente para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa.

III. Admite-se o prosseguimento de ação de improbidade para obtenção do ressarcimento ao erário, ainda que estejam prescritas as demais sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

IV. Aplica-se o foro por prerrogativa de função aos agentes públicos na instauração de inquéritos civis e no ajuizamento de ações de improbidade administrativa, dada a natureza híbrida do direito administrativo sancionador.

V. Nas ações de improbidade administrativa são legitimados ativos: o Ministério Público, a Defensoria Pública e a pessoa jurídica supostamente lesada pelo ato ímprobo.

a) Estão corretas I, III e V.

b) Apenas I, II e V estão corretas.

c) Somente estão corretas III, IV e V.

d) Estão corretas somente I e III.

e) Estão corretas II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

O Item I está correto. Conforme Tema 1199 de Repercussão Geral do STF: “1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo

o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”.

O Item II está incorreto. A aplicação não é automática. O juiz deve analisar eventual dolo por parte do agente, conforme item 3 do Tema 1199 de Repercussão Geral do STF, acima transcrito.

O Item III está correto. Conforme Tema Repetitivo 1089 do STJ: “Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92.” No mesmo sentido, é o Tema 897 de Repercussão Geral do STF: “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.”.

O Item IV está incorreto. Não há foro por prerrogativa de função. Conforme entende o STJ: “Não há usurpação de competência do Tribunal de Justiça local quanto à supervisão de investigação contra detentor de prerrogativa de foro no âmbito de inquéritos civis e ações de improbidade administrativa.” (STJ. 5ª Turma. AgRg nos EDcl nos EDcl nos EDcl no RHC 171.760/GO, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 24/4/2023).

O Item V está incorreto. A Defensoria Pública não possui legitimidade ativa. De acordo com o decidido pelo STF no julgamento das ADIs 7042 e 7043: “(...) 7. Ação julgada parcialmente procedente para (a) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do caput e dos §§ 6º-A e 10-C do art. 17, assim como do caput e dos §§ 5º e 7º do art. 17-B, da Lei 8.429/1992, na redação dada pela Lei 14.230/2021, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil; (...)”. (STF. Plenário. ADI 7042/DF e ADI 7043/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 31/8/2022).

A alternativa D está correta. Estão corretos somente os itens I e III.

QUESTÃO 87. Assinale a alternativa incorreta:

a) Nos termos da Lei nº 14.230/2021, a autoridade judicial poderá determinar, por tempo indeterminado, o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando necessário à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

b) Conforme dispõe a Lei nº 12.846/2013, o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) será instaurado pela autoridade máxima da Administração e será conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, sendo admitida a desconsideração da personalidade jurídica quando configurado abuso de poder.

c) Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a configuração da improbidade por ofensa a princípio da Administração Pública exige a demonstração da prática de umas das condutas, comissivas ou omissivas, descritas nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa.

d) As pessoas jurídicas submetem-se às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, salvo nos casos em que o ato de improbidade também for sancionado como ato lesivo à Administração Pública, no âmbito da Lei nº 12.846/2013.

e) A alteração do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, promovida pela Lei nº. 14.230/2021, que dispõe acerca da necessidade de demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo para o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa, detém caráter processual, de tal sorte que se aplica de forma imediata aos processos em andamento, inclusive para a revisão de medidas já adotadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

A alternativa A está correta, posto que é a única de teor incorreto (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 20, §§ 1º e 2º, da Lei 8.429/92, alterado pela Lei 14.230/2021, o afastamento não poderá ser por prazo indeterminado, devendo respeitar o limite máximo de 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período. Vejamos: “§ 1º A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos; § 2º O afastamento previsto no § 1º deste artigo será de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.”

A alternativa B está incorreta, posto que totalmente de acordo com os artigos 8º, 10 e 14 da Lei nº 12.846/2013. Vejamos: “Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.”; “Art. 10. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.”; e “Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.”.

A alternativa C está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 11, caput, da Lei 8.429/92, alterado pela Lei 14.230/2021. Vejamos: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:”.

A alternativa D está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 3º, § 2º, da Lei 8.429/92, alterado pela Lei 14.230/2021. Vejamos: “§ 2º As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.”

A alternativa E está incorreta, posto que totalmente de acordo com o Tema 1257 de Repetitivo do STJ. Vejamos: “Tese firmada: As disposições da Lei 14.230/2021 são aplicáveis aos processos em curso, para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei 8.429/1992.” (STJ. 1ª Seção. REspS 2.074.601-MG, 2.089.767-MG, 2.076.137-MG, 2.076.911-SP e 2.078.360-MG, Rel. Min. Afrânio Vilela, julgado em 6/2/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1257).

QUESTÃO 88. Assinale a alternativa correta:

I. Aplica-se a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 após as alterações da Lei nº 14.230/2021) aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

II. Após as alterações promovidas no art. 11 da Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021, configura improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área da saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.

III. A configuração do ato ímprobo disposto no art. 9º da Lei de Improbidade Administrativa prescinde da ocorrência de dano ao erário.

IV. Nos termos das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, é defeso à Administração Pública representar judicialmente o agente público que tenha praticado ato de improbidade administrativa.

V. As entidades do terceiro setor podem ser sujeitos passivos de atos de improbidade, independentemente do recebimento de benefícios do Estado ou contribuições dos cofres públicos.

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Somente a III está correta.

c) Somente estão corretas as alternativas I, III e IV.

d) Somente estão corretas as alternativas I, II, III e IV.

e) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

O Item I está incorreto. A indução ou concorrência deve ser dolosa, conforme art. 3º, caput, da Lei 8.429/92, modificado pela Lei 14.230/2021: “Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.”

O Item II está incorreto. O inciso que previa tal ato de improbidade foi revogado pela Lei 14.230/2021. De acordo com art. 2º da Lei 14.230/2021: “Art. 2º A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações: (...) X - (revogado);”. Vejamos o que dizia o dispositivo antes de sua revogação: “(...) X - transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.”.

O Item III está correto. O artigo 9º da Lei da Lei 8.429/92, modificado pela Lei 14.230/2021, não fala em dano ao erário. Para sua configuração, basta ter havido o enriquecimento ilícito do agente. Vejamos: “Art. 9º

Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:”.

O Item IV está incorreto. Conforme decidido pelo STF em relação ao art. 17, § 20, da Lei 8.429/92, incluído pela Lei 14.230/2021: “6. A previsão de obrigatoriedade de atuação da assessoria jurídica na defesa judicial do administrador público afronta a autonomia dos Estados-Membros e desvirtua a conformação constitucional da Advocacia Pública delineada pelo art. 131 e 132 da Constituição Federal, ressalvada a possibilidade de os órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, nos termos de legislação específica. 7. Ação julgada parcialmente procedente para: (...) (b) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do § 20 do art. 17 da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021, no sentido de que não inexistente “obrigatoriedade de defesa judicial”; havendo, porém, a possibilidade de os órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, por parte da assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público, nos termos autorizados por lei específica; (...)”. (STF. Plenário. ADI 7042/DF e ADI 7043/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 31/8/2022).

O Item V está incorreto. Depende do recebimento de verbas públicas, conforme art. 1º, § 6º, da Lei 8.429/92, incluído pela Lei 14.230/2021: “§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo.”

A alternativa B está correta. Somente o item III está correto.

QUESTÃO 89. Assinale a incorreta:

a) A sanção de proibição de contratação com o Poder Público deve ser incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) prevista na Lei Anticorrupção, observadas as limitações territoriais contidas na decisão judicial, nos moldes do disposto no art. 12, § 8º, da Lei de Improbidade Administrativa.

b) Nos termos do disposto no Ato Conjunto nº 01/2019 da PGJ/CGMP/CSMP, é facultada a participação da pessoa jurídica lesada nas tratativas e na subscrição do acordo de não persecução civil (ANPC), embora seja obrigatória a sua ouvida e cientificação de seus respectivos termos, em momento anterior à remessa para eventual aprovação junto ao Conselho Superior do Ministério Público.

c) Nos termos das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, nas hipóteses de lesão ao patrimônio público, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.

d) O acordo de não persecução civil deve observar, obrigatoriamente, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados, sob pena de nulidade da avença.

e) Nos termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a celebração do acordo de leniência além de interromper o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida Lei, exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013).

A alternativa A está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 12, § 8º, da Lei 8.429/92, incluído pela Lei 14.230/2021. Vejamos: “§ 8º A sanção de proibição de contratação com o poder público deverá constar do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, observadas as limitações territoriais contidas em decisão judicial, conforme disposto no § 4º deste artigo.”

A alternativa B está incorreta, posto que totalmente de acordo com art. 141 do Ato Conjunto nº 01/2019 da PGJ/CGMP/CSMP: “Art. 141. Durante as tratativas para a realização do acordo, a ouvida e participação da pessoa jurídica lesada é facultativa. Após a celebração do negócio jurídico, a sua ouvida deve ser promovida pelo membro do Ministério Público celebrante, no prazo de 10 (dez) dias, antes da remessa para a análise e eventual aprovação do acordo pelo Conselho Superior do Ministério Público. (Incluído pelo Ato conjunto nº 01/2022-PGJ/CGMP/CSMP)”.

A alternativa C está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 12, § 6º, da Lei 8.429/92, incluído pela Lei 14.230/2021. Vejamos: “§ 6º Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere esta Lei deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.”.

A alternativa D está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 17-B, I e II, da Lei 8.429/92, incluído pela Lei 14.230/2021. Vejamos: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: I - o integral ressarcimento do dano; II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.”.

A alternativa E está correta, posto que é a única de teor incorreto (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). A celebração do acordo de leniência, de fato, interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos; no entanto, não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado. Conforme art. 16, §§ 3º e 9º, da Lei nº 12.846/2013: “Art. 16. (...) § 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado. (...) § 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.”.

QUESTÃO 90. Assinale a correta:

I. Admite-se a celebração de acordos de não persecução civil (ANPC) no curso do inquérito civil e da ação de improbidade, inclusive após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

II. Os acordos de não persecução civil (ANPC) possuem duplo controle, na medida em que obrigatoriamente devem ser submetidos, primeiramente, ao crivo do órgão superior do Ministério Público, e após, à homologação do Poder Judiciário, mediante a instauração de procedimento judicial específico.

III. Conforme dispõe o Ato Conjunto nº 01/2019 da PGJ/CGMP/CSMP, com suas alterações subsequentes, no âmbito do acordo de não persecução civil admite-se a minoração ou a substituição de sanções, inclusive

da multa civil, ainda que albergadas pela coisa julgada material, exceto as sanções de perda da função pública, quando aplicada por decisão judicial colegiada.

IV. O descumprimento do acordo de leniência acarreta, para além da perda dos benefícios ajustados, a vedação à pessoa jurídica de celebrar novo pacto de colaboração pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do conhecimento do descumprimento pela Administração Pública.

V. Conforme disposto na Lei Anticorrupção, a adoção de programas de integridade não é suficiente para afastar a responsabilização da pessoa jurídica por atos de corrupção praticados por pessoas físicas a ela vinculadas, porém deve ser levada em consideração para a dosimetria da sanção administrativa.

a) Estão corretas somente as alternativas I, II, IV e V.

b) Estão corretas somente as alternativas I, IV e V.

c) Estão corretas somente as alternativas I, II e V.

d) Estão corretas somente as alternativas I, II e IV.

e) Estão corretas somente as alternativas II, IV e V.

Solução Completa

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013).

O Item I está correto. Conforme entendimento do STJ sobre o tema: “É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal.” (STJ. 1ª Turma. Acordo no AREsp 1314581/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23/02/2021).

O Item II está correto. Conforme art. 17-B, § 1º, II e III, da Lei 8.429/92: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: § 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: II - de aprovação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação; III - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.”.

O Item III está incorreto. A minoração ou substituição de sanção não é admitida. Conforme art. 136, § 1º, do Ato Conjunto nº 01/2019 da PGJ/CGMP/CSMP: “§ 1º A minoração ou substituição de sanção não é admitida, caso a decisão judicial tenha sido albergada pela coisa julgada material, ressalvada a multa civil.”

O Item IV está incorreto. O prazo é de 3 anos. Conforme art. 16, § 8º, da Lei 12.846/2013: “§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.”

O Item V está correto. Conforme art. 7º, VIII, da Lei 12.846/2013: “Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções: VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria

e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;”.

A alternativa C está correta. Estão corretas somente os itens I, II e V.

QUESTÃO 91. No âmbito do Direito Ambiental assinale a alternativa correta:

I. A Política Nacional do Meio Ambiente define o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

II. A competência para a proteção ambiental é comum aos entes da federação, sendo permitida a atuação supletiva se o órgão inicialmente responsável pelo licenciamento ou pela autorização ambiental se omitir de fiscalizar ou o fizer de forma insuficiente.

III. O Parque Nacional, assim como o Monumento Natural consistem em unidades de proteção integral, cuja posse e domínio são públicos, de tal sorte que as áreas particulares incluídas em seus limites serão necessariamente desapropriadas, nos moldes do disposto na Lei nº 9.985/2000.

IV. A Área de Proteção Ambiental é unidade de conservação de uso sustentável, que compreende uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

V. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, exige-se a dupla imputação para a responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais, de modo que a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais condiciona-se à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa.

a) Somente I e II.

b) Somente II, III e IV.

c) Somente I, III e V estão corretas.

d) Corretas I, II e IV.

e) Nenhuma das anteriores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de temas diversos sobre Direito Ambiental.

O Item I está correto. De acordo com art. 6º, II, c/c art. 8º, VII, da Lei 6.938/81 (PNMA): “Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado: II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;”; e “Art. 8º Compete ao CONAMA: VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.”

O Item II está correto. De acordo com o art. 23, VI, da CF: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;”. Ademais, conforme decidiu o STF no julgamento da ADI 4757: “(...) 7. Na repartição da competência comum (art. 23, III, VI e VII CF), não cabe ao legislador formular disciplina normativa que exclua o exercício administrativo de qualquer dos entes federados, mas sim que organize a cooperação federativa, assegurando a racionalidade e a efetividade nos encargos constitucionais de proteção dos valores e direitos fundamentais. Ademais, os arranjos institucionais derivados do federalismo cooperativo facilitam a realização dos valores caros ao projeto constitucional brasileiro, como a democracia participativa, a proteção dos direitos fundamentais e a desconcentração vertical de poderes, como fórmula responsiva aos controles social e institucional. Precedentes. (...) 11. Um dos princípios fundamentais do funcionamento do sistema legal de tutela do meio ambiente é o da atuação supletiva do órgão federal, seja em matéria de licenciamento seja em matéria de controle e fiscalização das atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente. No exercício da cooperação administrativa, portanto, cabe atuação suplementar – ainda que não conflitiva – da União com a dos órgãos estadual e municipal. As potenciais omissões e falhas no exercício da atividade fiscalizatória do poder de polícia ambiental por parte dos órgãos que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) não são irrelevantes e devem ser levadas em consideração para constituição da regra de competência fiscalizatória. Diante das características concretas que qualificam a maioria dos danos e ilícitos ambientais de impactos significativos, mostra-se irrazoável e insuficiente regra que estabeleça competência estática do órgão licenciador para a lavratura final do auto de infração. (...)”. (STF. Plenário. ADI 4757/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/12/2022).

O Item III está incorreto. O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, conforme art. 12, § 1º, da Lei 9.985/2000. Vejamos: “§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.”

O Item IV está correto. Conforme art. 15 da Lei 9.985/2000: “Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”

O Item V está incorreto. O STF não adota a dupla imputação. Conforme decidido pelo Supremo: “É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da

responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. A jurisprudência não mais adota a chamada teoria da dupla imputação.” (STF. 1ª Turma. RE 548181/PR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 6/8/2013).

A alternativa D está correta. Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

QUESTÃO 92. Assinale a correta:

I. Constituem modalidades de licenciamento, sob a égide da Lei Estadual nº 22.252/2024: i) Licenciamento Ambiental Trifásico, Licenciamento Ambiental Bifásico, Licenciamento Ambiental Monofásico, e Licenciamento Ambiental de Regularização, Licenciamento Ambiental de Ampliação e Autorização.

II. A Licença Prévia atesta a viabilidade ambiental de um empreendimento e pode ser emitida para determinada fase ou atividade, cujo prazo de validade não pode ultrapassar 5 (cinco) anos, conforme disposto na Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Referido prazo máximo é inferior ao da Licença de Instalação, cuja validade deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Estado é solidário, objetiva e ilimitadamente responsável, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981, por danos ambientais decorrentes da omissão do seu dever de controlar e fiscalizar, nos casos em que contribua, direta ou indiretamente, tanto para a degradação ambiental em si mesma, como para o seu agravamento, consolidação ou perpetuação.

IV. Somente empreendimentos ou atividades capazes de causar significativo impacto ambiental exigem o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, podendo o órgão competente licenciar os de menor potencial degradador mediante a apresentação de estudos simplificados.

V. O fato de um empreendimento ou atividade estar em processo de licenciamento num determinado órgão ambiental não afasta o poder de polícia dos demais, de tal modo que mesmo que um empreendimento tenha sido licenciado por determinado ente da federação, a qualquer tempo, outro pode exercer a fiscalização sobre a atividade ou obra atuando e promovendo a apuração da infração por meio do processo administrativo próprio.

- a) Estão corretas I, II, III e IV.
- b) Todas estão corretas.
- c) Somente estão corretas I, III, IV e V.
- d) Somente estão corretas II e V.
- e) Somente estão corretas I e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Licenciamento Ambiental.

O Item I está correto. São justamente esses tipos de licenciamento. Conforme art. 9º da Lei 22.252/2024: “Art. 9º Constituem modalidades de licenciamento ambiental: I - Licenciamento Ambiental Trifásico: licenciamento no qual a Licença Prévia - LP, a Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas; II - Licenciamento Ambiental Bifásico: licenciamento no qual o empreendimento e/ou atividade não estarão sujeitos a todas as etapas, podendo ser: (...); III - Licenciamento Ambiental Monofásico, podendo ser: (...); IV - Licenciamento Ambiental de Regularização: licenciamento visando à regularização ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, que se enquadrem em uma das hipóteses seguintes: (...); V - Licenciamento Ambiental de Ampliação: licenciamento para ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS que necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte ampliada ou alterada; VI - Autorização: procedimento que gera o ato administrativo discricionário a ser emitido para execução de obras, atividades, pesquisas e serviços não enquadrados nas outras modalidades.”.

O Item II está incorreto. Somente há Licença Prévia na fase preliminar. Conforme art. 8º, inciso I, c/c art. 18, Incisos I e II, da Resolução Conama 237/97: “Art. 8º O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças: I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;”; e “Art. 18. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos: I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos. II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.”.

O Item III está correto. Conforme Súmula 652 do STJ: “Súmula 652-STJ: A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.”

O Item IV está correto. Conforme art. 225, § 1º, inciso IV, da CF: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”.

O Item V está correto. Conforme art. 17, § 3º, da LC 140/2011: “Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada. § 3º O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade

de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput.”.

A alternativa C está correta. Somente os itens I, III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 93. Assinale a alternativa incorreta:

a) A Lei nº 12.340/2010, alterada pela Lei nº 12.608/2012, estabelece que, sem prejuízo das ações de monitoramento desenvolvidas pelos Estados e Municípios, o Governo Federal publicará, periodicamente, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos nos Municípios constantes do cadastro, e, estas informações serão encaminhadas, para conhecimento e providências, aos Poderes Executivo e Legislativo dos respectivos Estados e Municípios, e, ao Ministério Público.

b) A universalização do acesso e efetiva prestação do serviço; a integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados; o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; a adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; e, a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; são alguns dos princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico previstos na Lei nº 11.445/2007 com as alterações promovidas pela Lei nº 14.026/2020.

c) A Lei nº 12.587/2012 está fundamentada nos seguintes princípios: acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e, eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

d) De acordo com a Lei nº 13.465/2017 existem duas modalidades de Regularização Fundiária Urbana (Reurb): a de Interesse Ambiental (Reurb-Amb) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada e destinada à compatibilização do direito à moradia com a preservação do meio ambiente; e a de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda e destinada à proteção social.

e) A Lei nº 13.465/2017 dispõe que são legitimados para requerer a Regularização Fundiária Urbana: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais,

organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e, o Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de temas diversos sobre Direito Ambiental.

A alternativa A está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 3º-A, §§ 4º e 5º da Lei 12.340/2010. Vejamos: “§ 4º Sem prejuízo das ações de monitoramento desenvolvidas pelos Estados e Municípios, o Governo Federal publicará, periodicamente, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos nos Municípios constantes do cadastro. § 5º As informações de que trata o § 4º serão encaminhadas, para conhecimento e providências, aos Poderes Executivo e Legislativo dos respectivos Estados e Municípios e ao Ministério Público.”.

A alternativa B está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 2º, incisos I, II, III, V e VI, da Lei 11.445/2007. Vejamos: “Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: I - universalização do acesso e efetiva prestação do serviço; II - integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados; III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; (...) V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;”.

A alternativa C está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 5º da Lei 12.587/2012. Vejamos: “Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios: I - acessibilidade universal; II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; VI - segurança nos deslocamentos das pessoas; VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.”.

A alternativa D está correta, posto que é a única de teor incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). As duas modalidades de REURB são REURB-S e REURB-E. De acordo com o art. 13 da Lei 13.465/2017: “Art. 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.”.

A alternativa E está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 14 da Lei 13.465/2017. Vejamos: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público.”.

QUESTÃO 94. Assinale a alternativa incorreta:

a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que é possível, excepcionalmente, a intervenção judicial na adoção de providências necessárias de serem determinadas aos entes administrativos estatais em relação a práticas específicas, garantidoras de políticas públicas de interesse social, como o saneamento básico, o direito à moradia e as medidas preventivas de danos ambientais, sem que isso configure inobservância do princípio da separação dos poderes.

b) O Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 684.612/RJ, com repercussão geral reconhecida (Tema 698), por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, e, fixou as seguintes teses: "1) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes, e, 2) A decisão judicial, por se tratar de uma intervenção judicial excepcional, deve determinar medidas precisas e pontuais."

c) O Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.842 decidiu no sentido da competência comum dos entes federados para a promoção de melhorias das condições de saneamento básico, e, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.757 abordou os vetores normativos do constitucionalismo ecológico e do federalismo cooperativo em matéria ambiental ressaltando que na conformação dos arranjos cooperativos, a ação do ente social ou político maior no menor, justifica-se quando comprovada a incapacidade institucional desse e demonstrada a eficácia protetiva daquele.

d) Quando do julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) nº 42, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, declarou a constitucionalidade do art. 8º, § 2º, Lei nº 12.651/2012 que possibilita a intervenção em restingas e manguezais para a execução de obras habitacionais e de urbanização em áreas urbanas consolidadas e ocupadas por população de baixa renda, ao argumento de que ao possibilitar a intervenção em restingas e manguezais para a execução de obras habitacionais e de urbanização em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda, o legislador promoveu louvável compatibilização entre a proteção ambiental e os vetores constitucionais de erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades sociais; de promoção do direito à moradia; de promover a construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; e de estabelecer política de desenvolvimento urbano para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

e) O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que nas ações civis públicas por danos ambientais e urbanísticos, não existe litisconsórcio passivo necessário entre eventuais corresponsáveis,

sendo, em regra, caso de litisconsórcio passivo facultativo; e, que a responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de temas diversos sobre Direito Ambiental.

A alternativa A está incorreta, posto que totalmente de acordo com entendimento fixado pelo STF no Tema de Repercussão Geral 698. Vejamos: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI).”

A alternativa B está correta, posto que é a única de teor incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). A decisão judicial, ao invés de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas, vide Tema de Repercussão Geral 698, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa C está incorreta, posto que totalmente de acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento das ADIs 1857 e 4757. No julgamento da ADI 1857, de fato, o STF decidiu pela competência comum dos entes federados em relação ao saneamento básico. Vejamos: “(...) 35. Por outro lado, é da competência comum a responsabilidade com saúde pública, proteção ao meio ambiente, promoção de programas de saneamento básico e fiscalização da exploração dos recursos hídricos (CF, artigo 23, II, VI, IX e XI). E ainda de competência concorrente a faculdade de legislar sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (CF, artigo 24, VI). 36. Verificado o interesse regional predominante na utilização racional das águas, pertencentes formalmente ao Estado, o que o torna gestor natural de seu uso coletivo, assim como da política de saneamento básico cujo elemento primário é também a água, resta claro competir ao Estado-membro, com prioridade sobre o Município, legislar acerca da política tarifária aplicável ao serviço público de interesse comum. Não vislumbro, dessa forma, qualquer vício de inconstitucionalidade na lei ordinária impugnada. (...)”.

E, no julgamento da ADI 4757, o STF realmente decidiu pela possibilidade de agir do ente político maior no menor. Vejamos: “(...) 6. O modelo federativo ecológico em matéria de competência comum material delineado pela Lei Complementar nº 140/2011 revela quadro normativo altamente especializado e complexo, na medida em que se relaciona com teia institucional multipolar, como o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e com outras legislações ambientais, como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Lei de Infrações penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). O diálogo das fontes revela-se nesse quadro como principal método interpretativo. 7. Na repartição da competência comum (art. 23, III, VI e VII CF), não cabe ao legislador formular disciplina normativa que exclua o exercício administrativo de qualquer dos entes federados, mas sim que organize a cooperação federativa, assegurando a racionalidade e a efetividade nos encargos constitucionais de proteção dos valores e direitos fundamentais. Ademais, os arranjos institucionais

derivados do federalismo cooperativo facilitam a realização dos valores caros ao projeto constitucional brasileiro, como a democracia participativa, a proteção dos direitos fundamentais e a desconcentração vertical de poderes, como fórmula responsiva aos controles social e institucional. Precedentes. 8. O nível de ação do agir político-administrativo nos domínios das competências partilhadas, próprio do modelo do federalismo cooperativo, deve ser medido pelo princípio da subsidiariedade. Ou seja, na conformação dos arranjos cooperativos, a ação do ente social ou político maior no menor, justifica-se quando comprovada a incapacidade institucional desse e demonstrada a eficácia protetiva daquele. Todavia, a subsidiariedade apenas apresentará resultados satisfatórios caso haja forte coesão entre as ações dos entes federados. Coesão que é exigida tanto na dimensão da alocação das competências quanto na dimensão do controle e fiscalização das capacidades institucionais dos órgãos responsáveis pela política pública. (...)”. (STF. Plenário. ADI 4757/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/12/2022).

A alternativa D está incorreta, posto que totalmente de acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADC 42. Vejamos: “(...) 22. Apreciação pormenorizada das impugnações aos dispositivos do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012): (...) (j) Art. 8º, § 2º (Possibilidade de intervenção em restingas e manguezais para a execução de obras habitacionais e de urbanização em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda): Ao possibilitar a intervenção em restingas e manguezais para a execução de obras habitacionais e de urbanização em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda, o legislador promoveu louvável compatibilização entre a proteção ambiental e os vetores constitucionais de erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades sociais (art. 3º, IV, da CRFB); de promoção do direito à moradia (art. 6º da CRFB); de promover a construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (art. 23, IX, da CRFB); de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, X, da CRFB); e de estabelecer política de desenvolvimento urbano para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (art. 182 da CRFB). Ademais, os empreendimentos respectivos devem sempre vir acompanhados de estudos de impacto ambiental e medidas compensatórias, além das medidas de fiscalização administrativa, consoante a determinação constitucional. Ante a previsão legal desses requisitos estritos e plenamente razoáveis, considerados os interesses em jogo, exige-se do Judiciário uma postura de autocontenção, em homenagem à função constitucionalmente garantida ao Legislativo para resolver conflitos de valores na formulação de políticas públicas. CONCLUSÃO: Declaração de constitucionalidade do artigo 8º, § 2º, do novo Código Florestal; (...)”.

A alternativa E está incorreta, posto que totalmente de acordo com entendimentos fixados pelo STJ. Vejamos: “(...) III - O acórdão recorrido está em consonância com a orientação desta Corte, segundo a qual, nas ações civis públicas por danos ambientais e urbanísticos, não existe litisconsórcio passivo necessário, mas, em verdade, facultativo, entre eventuais corresponsáveis. STJ. 1ª Turma. AgInt nos EDcl no REsp 2080349 / RJ, julgado em 27/05/2024.”; e “Súmula 652 do STJ: Súmula 652/STJ (“A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária”.

QUESTÃO 95. Acerca dos procedimentos extrajudiciais de atribuição do Ministério Público é correto afirmar:

a) A Notícia de Fato constitui instrumento para apreciação de qualquer fato que chegue ao conhecimento dos órgãos do Ministério Público, devendo ser registrada em sistema oficial de registro, no prazo máximo

de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da demanda, sendo imediatamente encaminhada ao membro do Ministério Público com atribuição para apreciá-la.

b) O Procedimento Preparatório tem como escopo exclusivo a reunião de elementos para a identificação dos investigados ou para a delimitação do objeto do Inquérito Civil, devendo ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.

c) Tanto a decisão de prorrogação quanto a de arquivamento do Procedimento Preparatório para apuração de atos de improbidade prescindem de ciência e encaminhamento ao Conselho Superior do Ministério Público, ao contrário do que ocorre no Inquérito Civil destinado a investigar atos ímprobos, em que o despacho que determina a prorrogação, bem como a decisão de arquivamento submetem-se ao Conselho Superior do Ministério Público.

d) O Inquérito Civil deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, uma única vez, mediante ato fundamentado submetido ao Conselho Superior do Ministério Público.

e) O interessado poderá interpor recurso da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, no prazo de 10 (dez) dias, cujas razões escritas e documentos serão juntadas aos autos de referido procedimento e encaminhadas ao respectivo relator perante o Conselho Superior do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre atribuições do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. A Notícia de Fato (NF) é o procedimento inicial de registro e triagem (Art. 2º da Res. 174/2017). No entanto, o prazo é de 30 dias a contar do seu recebimento: “Art. 3º A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.”

A alternativa B está correta. Essa alternativa corresponde à literalidade o art. 2º, §6º da Resolução 23/2007: “§ 6º O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.”

A alternativa C está incorreta. Tanto o arquivamento do Procedimento Preparatório (PP) quanto o arquivamento do Inquérito Civil (IC) devem ser submetidos ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) ou à Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) competente, para homologação ou revisão. Entretanto, não necessitam de submissão ao Conselho/Câmara, mas apenas de decisão fundamentada do membro do MP. Vejamos: “Art. 5º Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de trinta dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado [...] Art. 9º O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.”

A alternativa D está incorreta. A prorrogação pode ocorrer mais de uma vez, conforme o art. 2º, §6º da Resolução 23/2007: § 6º O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.”

A alternativa E está incorreta. a. O prazo para interpor recurso contra o arquivamento do Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório é de 10 (dez) dias. O recurso deve ser interposto perante o órgão do Ministério Público que promoveu o arquivamento: “§ 1º Do indeferimento caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de dez dias. § 2º As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de três dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva para apreciação.”

QUESTÃO 96. Nos termos do Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP assinale a alternativa incorreta:

a) É inadmissível a celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta nas hipóteses configuradoras de ato doloso de improbidade administrativa, exceto nos casos em que o ato ímprobo estiver prescrito e importar em dano efetivo ao erário.

b) A celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta constitui uma das causas de arquivamento do Inquérito Civil, dada a ausência circunstancial de interesse processual.

c) O membro do Ministério Público que preside o Inquérito Civil poderá, mediante decisão fundamentada, recusar a realização das diligências complementares ou adequações do Compromisso de Ajustamento de Conduta, ocasião em que solicitará ao Procurador-Geral de Justiça a designação de outro membro para dar cumprimento às deliberações do Conselho Superior do Ministério Público.

d) O descumprimento parcial do acordo de não persecução civil (ANPC), além de não acarretar o vencimento antecipado das medidas convencionadas em sua totalidade, também não implicará a invalidação da prova fornecida ou dela derivada.

e) Após a homologação da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, admite-se o seu desarquivamento, no prazo máximo de 6 (seis) meses, que, uma vez ultrapassado, exigirá a instauração de novo Inquérito Civil, sem prejuízo do aproveitamento das provas já colhidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre atuação extrajudicial do Ministério Público do Paraná. Atente-se que o examinador requer a indicação da alternativa em dissonância ao dispositivo legal.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está em consonância com o artigo 116 do Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP. Vejamos: “Art. 116. É cabível o Compromisso de Ajustamento de Conduta nas hipóteses em que o ato doloso de improbidade administrativa estiver prescrito e importar em dano efetivo ao erário. (Redação dada pelo Ato conjunto nº 02/2022-PGJ/CGMP/CSMP). Fique atento, pois o examinador queria induzir a erro ao inverter a frase.

A alternativa B está incorreta. Cumprido integralmente o acordo de não persecução civil, será promovido o arquivamento do procedimento ou requerida a extinção do processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 100 do Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está em consonância com o art. 68, §1º do Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP. Vejamos: “§ 1º O membro do Ministério Público que presidiu o Inquérito Civil poderá, mediante decisão motivada, recusar a realização das diligências, ocasião em que solicitará ao Procurador-Geral de Justiça a designação de outro membro para dar cumprimento às determinações do Conselho Superior do Ministério Público.”

A alternativa D está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, nos termos do art. 146, caput, importa no vencimento antecipado das provas. Vejamos: “Rejeitada fundamentadamente a justificativa, o descumprimento do acordo, ainda que parcial, acarretará o vencimento antecipado das medidas convencionadas em sua totalidade, com a perda dos benefícios pactuados, podendo o órgão do Ministério Público.”

A alternativa E está incorreta. Havendo novas provas, o Inquérito Civil poderá ser desarquivado a qualquer tempo, por decisão fundamentada. Vejamos: “Art. 81. No prazo máximo de 6 (seis) meses, os autos de Inquérito Civil poderão ser desarquivados em razão de novas provas ou de fato novo relevante a ser investigado, conexo ao do Inquérito Civil arquivado.”

QUESTÃO 97. Assinale a alternativa correta:

I. O Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado em Procedimentos Administrativos de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis possui eficácia desde a data da assinatura.

II. Conforme atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público não detém legitimidade ativa para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos disponíveis, ainda que transcendam a esfera de interesses puramente particulares e comprometam relevantes interesses sociais.

III. É obrigatória a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei nas ações civis públicas, inclusive nas hipóteses em que figurar como autor da respectiva ação.

IV. Aplica-se ao Inquérito Civil o princípio da publicidade dos atos, de tal sorte que o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação, a respeito das providências adotadas para apuração dos fatos, sendo-lhe defeso externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

V. Conforme dispõe o Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP, nas hipóteses em que se constatar a inviabilidade de reconstituição específica dos bens lesados, as indenizações pecuniárias referentes a danos a direitos ou interesses transindividuais, eventualmente previstas no Compromisso de Ajustamento de Conduta, deverão ser revertidas a fundos que possuam o mesmo escopo do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, de que trata a Lei nº 7.347/1985.

a) Estão corretas somente as alternativas I, IV e V.

b) Estão corretas somente as alternativas III e IV.

c) Estão corretas somente as alternativas I, III e V.

d) Estão corretas somente as alternativas II, IV e V.

e) Estão corretas somente as alternativas III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Compromisso de Ajustamento de Conduta.

O item I está correto. O item está em consonância com o disposto no art. 118, §1º do Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP: “§ 1º O Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado em Procedimentos Administrativos de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis possui eficácia desde a data da assinatura.”

O item II está incorreto. O critério para a atuação do MP é a relevância social e a transcendência coletiva do interesse, e não a mera indisponibilidade.

O item III está incorreto. O item está em dissonância com o entendimento do STJ. O Ministério Público possui legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo que de natureza disponível, desde que o interesse jurídico tutelado possua relevante natureza social (STJ. 4ª Turma. REsp 1585794-MG, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 28/09/2021 (Info 712)

O item IV está correto. Conforme previsto pelo artigo 7º, da Resolução 23/2007, o inquérito civil é público, com exceção dos casos onde a publicidade poderá acarretar prejuízo às investigações, casos no qual a decretação do sigilo deverá ser motivada.

O item V está correto. O item está em consonância com o disposto no art. 129 do Ato Conjunto nº 01/19 da PGJ/CGMP/CSMP: “Art. 129. Quando inviável a reconstituição específica dos bens lesados, as indenizações pecuniárias referentes a danos a direitos ou interesses transindividuais e a liquidação das multas e das garantias porventura previstas no Compromisso de Ajustamento de Conduta reverterão a fundos que possuam o mesmo escopo do fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.”

A alternativa A está correta. Estão corretas somente as alternativas I, IV e V.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 98. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. A despeito de os Estatutos da Criança e do Adolescente (art. 12) e da Pessoa com Deficiência (art. 22) assegurarem à criança, ao adolescente e à pessoa com deficiência o direito de serem acompanhados, em tempo integral, por um dos pais ou responsável, ou por acompanhante ou atendente pessoal, durante a internação hospitalar, o Superior Tribunal de Justiça já entendeu que quando restar comprovado que estes dispositivos legais não lhes promovem a preservação do melhor interesse, é possível a sua restrição.

II. A Constituição Federal dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, ao passo que aos Municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local, e, não existindo lei federal sobre as normas gerais, exercerão a competência legislativa plena, para o atendimento de suas peculiaridades locais.

III. O Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7028, por unanimidade, julgou procedente o pedido; e, firmou a tese de que é inconstitucional a lei estadual que (a) reduza o conceito de pessoas com deficiência previsto na Constituição, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de estatura constitucional, e na lei federal de normas gerais; (b) desconsidere, para a aferição da deficiência, o exame médico-hospitalar; ou (c) exclua o dever de adaptação de unidade escolar para o ensino inclusivo.

IV. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece que a pessoa com deficiência tem o direito de receber atendimento prioritário, que compreende: a proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; o atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; a disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas; a disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque; a destinação privilegiada de recursos públicos; a prioridade na formulação e na execução das políticas sociais públicas; o acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis; o recebimento de restituição de imposto de renda; e, a tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

V. É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E, se no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e V estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre proteção à pessoa com deficiência. Vamos analisar item a item.

O item I está correto. Conforme o entendimento do STJ, quando o caso concreto envolver situações onde a norma protetiva não promover, concretamente, a preservação dos interesses da criança – mas, ao contrário, colocá-la em risco –, o dispositivo legal não poderá ser aplicado, ou deverá ser flexibilizado para que o direito e os melhores interesses da criança sejam efetivamente preservados. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do STJ. O número deste processo não é divulgado em razão de segredo judicial.

O item II está incorreto. Se a União não edita lei sobre normas gerais, a competência plena é exercida pelos ESTADOS (CF/88, Art. 24, § 3º), e não pelos Municípios. Vejamos: “§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.”

O item III está incorreto. Utiliza o termo "exame médico-hospitalar". Este é um conceito mais restrito, focado primariamente no diagnóstico clínico e na condição de saúde do indivíduo. Já a Tese firmada pelo STF ao julgar a ADI nº 7028 trata de "avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional e interdisciplinar". Este é o conceito legalmente exigido e estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015, Art. 2º, § 1º). Cumpre esclarecer que o modelo legal brasileiro para a Pessoa com Deficiência (PcD) é o modelo social/biopsicossocial, e não o antigo modelo puramente médico. Vejamos a jurisprudência: “O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade: (i) da expressão “física, mental ou sensorial”, constante do art. 1º, caput, bem como da expressão “decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita”, constante do art. 1º, § 4º, ambos da Lei nº 2.151/2017, do Estado do Amapá; (ii) do art. 1º, § 5º, da Lei nº 2.151/2017, do Estado do Amapá; e (iii) do art. 3º da Lei nº 2.151/2017, do Estado do Amapá, com a fixação da seguinte tese de julgamento: “É inconstitucional lei estadual que (a) reduza o conceito de pessoas com deficiência previsto na Constituição, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de estatuta constitucional, e na lei federal de normas gerais; (b) desconsidere, para a aferição da deficiência, a avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional e interdisciplinar prevista pela lei federal; ou (c) exclua o dever de adaptação de unidade escolar para o ensino inclusivo”, tudo nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 9.6.2023 a 16.6.2023. (STF - ADI: 7028 AP, Relator.: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 19/06/2023, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 22-06-2023 PUBLIC 23-06-2023).

O item IV está incorreto. O Art. 9º da Lei estabelece as finalidades do atendimento prioritário. Vejamos: “Do Atendimento Prioritário - Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de: I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas; IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque; V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis; VI - recebimento de restituição de imposto de renda; VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências. O item IV inclui incorretamente dois pontos que não estão listados como finalidades do atendimento prioritário, como a destinação privilegiada de recursos públicos e a prioridade na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

O item V está correto e está em consonância à literalidade do art. 7º, caput e parágrafo único da LBI: “Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência. Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais

tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis."

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, incorreto afirmar que todos os itens estão incorretos, pois os itens I e V estão corretos. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, nem todos os itens estão corretos, pois apenas os itens I e V estão corretos. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Dentre os itens indicados, somente o item V está correto. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Os itens indicados na alternativa estão incorretos. Apenas os itens I e V estão corretos. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa E está correta. Conforme comentários acima, apenas os itens I e V estão corretos.

QUESTÃO 99. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Tal como ocorre para a pessoa com deficiência, é garantido para a pessoa idosa um salário-mínimo de benefício mensal quando comprovar que não possui meios de prover à própria manutenção, ou ainda, de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

II. Os programas de amparo e proteção aos idosos em situação de risco serão executados, preferencialmente, em instituições de curta ou longa permanência, que deverão ofertar instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.

III. A Constituição Federal dispõe que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

IV. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa compete ao Poder Judiciário referendar, por meio de decisão judicial devidamente fundamentada, as transações envolvendo interesses e direitos das pessoas idosas.

V. O Estatuto da Pessoa Idosa dispõe que o procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa terá início por representação do Ministério Público ou do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa, ou ainda, auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, que deverá ser assinado por duas testemunhas, se possível.

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

e) Todas as assertivas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre direito assistencial à pessoa idosa.

O item I está correto. Conforme determina a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/1993), o art. 2º, “e”, estabelece a garantia de 1 salário-mínimo à pessoa idosa que não possua meios de prover com sua subsistência. Vejamos: “e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;”

O item II está incorreto. Ao contrário do que afirma, os programas serão, preferencialmente, executados em seus lares. Vejamos o que prevê o art. 230, §1º da CRFB/88: “Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.” Não obstante, cumpre mencionar o disposto no o art. 3º, § 1º, V, do Estatuto da Pessoa Idosa: “A garantia de prioridade compreende: V – priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;”

O item III está incorreto. Trata-se do mandamento do art. 3º, caput, da Lei 10.741/2003, e não da Constituição Federal. Vejamos: “Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

O item IV está incorreto. Trata-se de competência específica do Ministério Público, conforme o art. 74, X, do Estatuto do Idoso: “Art. 74. Compete ao Ministério Público: X – referendar transações envolvendo interesses e direitos das pessoas idosas previstos nesta Lei.”

O item V está incorreto. Ao contrário do que afirma a assertiva, nos termos do art. 60 do Estatuto do Idoso: “Art. 60 – “O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.”

A alternativa A está correta. Somente o item I está correto.

As demais alternativas estão incorretas. Veja os comentários introdutórios e o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 100. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero registra que a neutralidade e a imparcialidade, da norma formal e abstrata, tem se mostrado insuficiente para a resolução das desigualdades, especialmente quando as decisões judiciais não considerarem a historicidade da violência e da desigualdade de gênero. Anota, ainda, que a neutralidade pressupõe uma postura ativa de desconstrução e superação dos vieses e uma busca por decisões que levem em conta as diferenças e desigualdades históricas, enquanto a imparcialidade passa a ser compreendida como um mito, porque quem opera o

direito atua necessariamente sob a influência do patriarcado e do racismo, e, passa a ser reconhecida como indiferença e insensibilidade às circunstâncias do caso concreto.

II. O Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 779 decidiu, por unanimidade, que a tese de “legítima defesa da honra” é inconstitucional e, por isso, não poderá ser invocada como argumento inerente à plenitude de defesa própria do tribunal do júri, a qual não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas. Devem prevalecer a dignidade da pessoa humana, a vedação de todas as formas de discriminação, o direito à igualdade e o direito à vida, tendo em vista os riscos elevados e sistêmicos decorrentes da naturalização, da tolerância e do incentivo à cultura da violência doméstica e do feminicídio. Registrou ainda que na hipótese de a defesa lançar mão, direta ou indiretamente, da tese da “legítima defesa da honra” (ou de qualquer argumento que a ela induza), seja na fase pré-processual, na fase processual ou no julgamento perante o tribunal do júri, caracterizada estará a nulidade da prova, do ato processual ou, caso não obstada pelo presidente do júri, dos debates por ocasião da sessão do júri, faculta-se ao titular da acusação apelar na forma do art. 593, III, “a”, do Código de Processo Penal.

III. A determinação para que o Estado Brasileiro adote medidas especiais para coibir a violência policial contra a população negra encontra fundamento tanto na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial quanto no Estatuto da Igualdade Racial, que garantem a proteção contra violência ou lesão corporal cometida por funcionários do governo, e, a necessidade de serem adotadas medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra. Ao tratar do assunto, o Estatuto da Igualdade Racial acrescenta ainda a necessidade de se implementarem ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social. Estas medidas reforçam que a proteção antidiscriminatória deve abranger não apenas a igualdade formal, mas também a contenção de práticas institucionais racialmente assimétricas.

IV. Com o intuito de resgatar a importante e decisiva contribuição para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País, e, também com fundamento na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial que prevê o compromisso dos Estados Partes adotarem medidas imediatas e eficazes no campo do ensino e da educação contra os preconceitos que levem à discriminação racial, o Estatuto da Igualdade Racial prevê, expressamente, que os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil e da África, são obrigatórios nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental, em seus anos finais, que devem ser ministrados como disciplina autônoma e específica, e, estarem previstos nos currículos escolares das escolas públicas e privadas.

V. O Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 citou documentos internacionais, tais como: opinião consultiva nº 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e os Princípios de Yogyakarta; e, anotou que o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento

jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

a) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.

b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre proteção à não-discriminação.

O item I está incorreto. A assertiva confunde os termos e extremos. O Protocolo não trata a imparcialidade como um "mito" que se torna "indiferença", mas sim exige uma nova compreensão de imparcialidade que inclua a perspectiva de gênero. Inclusive, a Recomendação CNJ n. 128/2023 orientou todos os tribunais brasileiros a adotarem o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero como parâmetro de atuação jurisdicional, incentivando sua incorporação nas rotinas decisórias e formativas.

O item II está correto. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF 779, decidiu por unanimidade pela inconstitucionalidade da tese da "legítima defesa da honra" em casos de feminicídio ou agressão contra a mulher, por violar os princípios da dignidade humana, da igualdade e o direito à vida. A "legítima defesa da honra" é recurso argumentativo/retórico odioso, desumano e cruel utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra a mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões. Constitui-se em ranço, na retórica de alguns operadores do direito, de institucionalização da desigualdade entre homens e mulheres e de tolerância e naturalização da violência doméstica, as quais não têm guarida na Constituição de 1988 (STF - ADPF: 779 DF, Relator.: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 01/08/2023).

O item III está correto. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), em seus Arts. 53 e 54, prevê a proteção contra a violência, física ou psicológica, por parte de integrantes dos órgãos de segurança pública e a necessidade de coibir a discriminação institucional. Vejamos: "Art. 53. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra. Art. 54. O Estado adotará medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra, observado, no que couber, o disposto na Lei no 7.716, de 5 de janeiro de 1989."

O item IV está incorreto. A LDB estabelece que este conteúdo deve ser incluído no currículo oficial da rede de ensino, e não como "disciplina autônoma e específica", mas sim como tema a ser ministrado em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. Além disso, a obrigatoriedade abrange os ensinos fundamental e médio, e não apenas os anos finais do fundamental. Vejamos o disposto no art. 26-A, §1º: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura

que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. “

O item V está correto. Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADO 26 e do MI 4.733, equiparou a homotransfobia ao crime de racismo previsto na Lei nº 7.716/1989, até que o Congresso Nacional legisle sobre o tema. A corte argumentou que o racismo, em sua acepção social, alcança a negação da dignidade e a exclusão de grupos vulneráveis (como o LGBTI+) por meio de construções histórico-culturais. Vejamos: “1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”); [...] 3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.”

A alternativa A está incorreta. Apenas os itens II, III e V estão corretos.

As demais alternativas estão incorretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)